



**Literacia  
Financeira**  
no **Porto**

# **Inquérito de diagnóstico local à literacia financeira da população portuense**

Março 2025

**Porto.**

Câmara Municipal do Porto © 2025

Departamento Municipal de Economia  
Gabinete de Informação e Estudos Estratégicos

Março 2025 | Porto

**Coordenação e Revisão:** Gonçalo Martins Barbosa e Patrícia Serrão  
**Análise e recolha de informação:** Eurosondagem - Estudos de Opinião, S.A.  
**Paginação:** Câmara Municipal do Porto  
**Fotografia:** Câmara Municipal do Porto

#### Aviso / Disclaimer

O inquérito de diagnóstico local à literacia financeira da população portuense foi desenvolvido entre outubro de 2024 e fevereiro de 2025, pelo Município do Porto, com assessoria técnica da Eurosondagem - Estudos de Opinião, S.A.. Para assegurar a imparcialidade, todo o processo de recolha e análise da informação foi conduzido exclusivamente pela entidade externa. A aplicação do inquérito decorreu no terreno entre 27 de novembro e 20 de dezembro de 2024, utilizando o método *Random Route*.

## Índice

Nota introdutória.....	7
Sumário Executivo .....	9
1. Metodologia do inquérito.....	14
2. Caracterização da amostra.....	15
3. Análise descritiva dos resultados.....	19
3.1. Orçamento familiar e poupança.....	19
3.1.1. Responsabilidade pelas decisões sobre o dinheiro .....	19
3.1.2. Responsabilidade pelas decisões sobre poupança e investimento .....	20
3.1.3. Planeamento e controlo do orçamento familiar .....	21
3.1.4. Realização de poupança .....	24
3.1.5. Prevenção de dificuldades financeiras .....	26
3.1.6. Capacidade para resolver uma despesa inesperada .....	27
3.1.7. Suficiência do rendimento disponível .....	28
3.1.8. Limiar de sobrevivência financeira.....	30
3.1.9. Estratégia perante a perda da principal fonte de rendimento .....	31
3.1.10. Planeamento da reforma .....	32
3.1.11. Financiamento da reforma .....	35
3.1.12. Bem-estar financeiro.....	35
3.2. Escolha e gestão de produtos financeiros .....	37
3.2.1. Património imobiliário .....	37
3.2.2. Notoriedade de produtos financeiros .....	37
3.2.3. Produtos financeiros detidos .....	38
3.2.4. Produtos financeiros recentemente adquiridos .....	41
3.2.6. Valor dos ativos financeiros detidos .....	42
3.2.7. Gestão dos ativos financeiros possuídos .....	43
3.2.8. Realização online de determinadas atividades.....	44
3.2.9. Frequência de realização online de determinadas operações .....	46
3.2.10. Critérios de escolha de um seguro .....	48
3.2.11. Práticas fraudulentas em produtos financeiros.....	49
3.3. Compreensão financeira.....	50
3.3.1. Avaliação dos conhecimentos detidos.....	50
3.3.2. Exercícios de literacia financeira .....	53
3.3.3. Conhecimentos financeiros .....	59
3.4. Formação em literacia financeira .....	68
3.4.1. Experiência de formação em literacia financeira.....	68
3.4.2. Notoriedade de programas de literacia financeira .....	72

3.5. <i>Benchmarking</i> nacional e internacional.....	73
3.5.1. Planeamento do orçamento familiar e da poupança.....	73
3.5.2. Escolha e gestão de produtos financeiros.....	77
3.5.3. Compreensão financeira.....	79
Referências.....	85

## Índice de figuras

Figura 1 - Caraterização da amostra por freguesias.....	15
Figura 2 – Caraterização da amostra por faixa etária.....	15
Figura 3 – Nível de escolaridade dos inquiridos.....	16
Figura 4 – Situação ocupacional dos inquiridos.....	16
Figura 5 – Composição do agregado familiar.....	17
Figura 6 - Rendimento médio mensal do agregado familiar.....	17
Figura 7 - Responsabilidade das decisões sobre o dinheiro.....	19
Figura 8- Responsabilidade das decisões sobre o dinheiro, por faixa etária.....	20
Figura 9 - Responsabilidade pelas decisões sobre poupança e investimentos.....	20
Figura 10 - Responsabilidade pelas decisões de poupança e investimentos, por faixa etária.....	21
Figura 11 - Realiza pelo menos 1 prática de gestão financeira.....	21
Figura 12 - Práticas de gestão financeira mais utilizadas.....	22
Figura 13 - Práticas financeiras mais comuns por faixa etária e nível de rendimentos.....	23
Figura 14 - Práticas financeiras intermédias por faixa etária e nível de rendimentos.....	23
Figura 15- Práticas financeiras menos adotadas por faixa etária e nível de rendimentos.....	24
Figura 16 - Realização de poupança no último ano.....	25
Figura 17 - Formas de aplicação da poupança.....	25
Figura 18 – Estratégia preventiva contra dificuldades financeiras.....	26
Figura 19 – Rendimento médio mensal dos detentores de uma estratégia de prevenção.....	26
Figura 20- Estratégias de prevenção de dificuldades financeiras.....	26
Figura 21 - Capacidade para suportar uma despesa inesperada.....	27
Figura 22 - Relação entre poupança realizada e capacidade de pagar uma despesa inesperada.....	27
Figura 23 – Demografia dos Indivíduos com capacidade para suportar uma despesa inesperada.....	28
Figura 24 – Dificuldade em suportar o custo de vida no último ano.....	29
Figura 25 – Capacidade de suportar o custo de vida no último ano.....	29
Figura 26 - Principais práticas para cobrir o custo de vida quando o rendimento disponível não foi suficiente.....	29
Figura 27 - Limiar de sobrevivência.....	30
Figura 28 - Limiar de sobrevivência por nível de rendimento mensal.....	31
Figura 29 - Relação entre poupança realizada no último ano e capacidade de sobrevivência.....	31
Figura 30 - Estratégias para fazer face à perda da principal fonte de rendimento.....	32
Figura 31- Planeamento da reforma.....	33
Figura 32- Indivíduos que já realizaram planeamento da reforma, por faixa etária.....	33
Figura 33 - Demografia dos indivíduos que não fazem planeamento para a reforma.....	33
Figura 34 - Nível de confiança no planeamento da reforma.....	34
Figura 35- Nível de confiança no planeamento da reforma.....	34
Figura 36 - Formas de financiamento da reforma.....	35
Figura 37 - Nível de satisfação face ao bem-estar financeiro.....	35
Figura 38 - Nível de satisfação face ao bem-estar financeiro por género e por faixa etária.....	36
Figura 39 - Nível de satisfação face ao bem-estar financeiro por rendimento médio mensal e nível de habilitações académicas.....	36
Figura 40 - Conhecimento do valor do património imobiliário.....	37
Figura 41 - Detentores de património imobiliário.....	37
Figura 42 - Notoriedade de produtos financeiros.....	38
Figura 43 - Produtos financeiros detidos.....	39
Figura 44 - Principais produtos financeiros detidos por faixa etária.....	40
Figura 45 - Principais produtos financeiros detidos por nível de escolaridade.....	40
Figura 46 - Produtos financeiros detidos por nível de rendimento mensal do agregado.....	41
Figura 47 - Produtos financeiros recentemente adquiridos.....	41
Figura 48 - Fontes de informação sobre produtos financeiros.....	42

Figura 49 - Conhecimento do valor dos ativos financeiros detidos.....	43
Figura 50 – Periodicidade da avaliação dos ativos financeiros detidos.....	43
Figura 51 - Principais práticas de gestão de ativos financeiros .....	44
Figura 52 - Principais práticas de gestão de ativos financeiros por faixa etária .....	44
Figura 53 - Realização de atividades financeiras online .....	45
Figura 54 - Realização de atividades financeiras online por género .....	45
Figura 55 - Realização de atividades financeiras online por faixa etária.....	45
Figura 56 - Realização de atividades financeiras online por nível de escolaridade .....	46
Figura 57 - Realização online de atividades.....	46
Figura 58 - Periodicidade da realização da atividade online .....	47
Figura 59 - Realização de atividades online por género, faixa etária e nível de escolaridade .....	47
Figura 60 - Critérios na escolha de um seguro.....	48
Figura 61 - Critérios na escolha de um seguro, por faixa etária .....	48
Figura 62 - Critérios na escolha de um seguro, por nível de escolaridade .....	49
Figura 63 - Conhecimento de práticas fraudulentas em produtos financeiros .....	49
Figura 64 - Existência de um plano de prevenção contra práticas fraudulentas .....	49
Figura 65 - Auto-avaliação do nível de conhecimentos financeiros .....	50
Figura 66 - Auto-avaliação do nível de conhecimentos financeiros por características demográficas .....	51
Figura 67 - Auto-avaliação de conhecimentos financeiros em comparação com a média nacional.....	52
Figura 68 - Relação entre a perceção do nível de conhecimentos e o posicionamento fase à média nacional .....	52
.....	
Figura 69 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente ao exercício 1 .....	53
Figura 70 - Resultados do exercício 1 .....	53
Figura 71 - Demografia indivíduos que responderam corretamente ao exercício .....	54
Figura 72 - Respostas do exercício 2 .....	54
Figura 73 - Respostas do exercício 3 .....	55
Figura 74 - Demografia os indivíduos que responderam corretamente ao exercício 3.....	55
Figura 75 - Demografia os indivíduos que responderam corretamente ao exercício 4.....	55
Figura 76 - Respostas do exercício 4.....	55
Figura 77 - Demografia os indivíduos que responderam corretamente ao exercício 5.....	56
Figura 78 - Respostas ao exercício 5 .....	56
Figura 79 - Respostas do exercício 6.....	57
Figura 80 – Demografia dos indivíduos que responderam corretamente ao exercício 6 .....	57
Figura 81 - Respostas do exercício 7 .....	57
Figura 82 - Demografia os indivíduos que responderam corretamente ao exercício 7.....	57
Figura 83 - N.º de respostas corretas (%) .....	58
Figura 84 - N.º médio de respostas corretas por género e faixa etária.....	58
Figura 85 - N.º médio de respostas corretas por nível de escolaridade .....	58
Figura 86 - Relação entre o n.º médio de respostas corretas e a perceção de conhecimentos financeiros .....	59
.....	
Figura 87 - Resposta à afirmação 1 .....	60
Figura 88 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 1 .....	60
Figura 89 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 2 .....	60
Figura 90 - Respostas à afirmação 2.....	60
Figura 91 - Respostas à afirmação 3.....	61
Figura 92 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 3 .....	61
Figura 93 - Respostas à afirmação 4.....	62
Figura 94 - Demografia os indivíduos que responderam corretamente à afirmação 4.....	62
Figura 95 - Respostas à afirmação 5.....	62
Figura 96 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 5 .....	62
Figura 97 - Respostas à afirmação 6.....	63
Figura 98 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 6 .....	63

Figura 99 - Respostas à afirmação 7 .....	64
Figura 100 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 7 .....	64
Figura 101 - Respostas à afirmação 8 .....	64
Figura 102 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 8 .....	64
Figura 103 - Respostas à afirmação 9 .....	65
Figura 104 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 9 .....	65
Figura 105 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 10 .....	66
Figura 106 - Respostas à afirmação 10 .....	66
Figura 107 - Respostas à afirmação 11 .....	66
Figura 108 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 11 .....	66
Figura 109 - N.º Respostas corretas (%) .....	67
Figura 110 - N.º médio de avaliações corretas, por nível de escolaridade .....	67
Figura 111 - N.º médio de avaliações corretas, por género e faixa etária .....	67
Figura 112 - Relação entre o n.º médio de avaliações corretas e o nível de conhecimentos financeiros percebido .....	68
Figura 113 - Acessibilidade dos programas conhecidos .....	69
Figura 114 - Motivações dos inquiridos para considerarem os programas existentes como não acessíveis .....	69
Figura 115 - Características demográficas dos inquiridos .....	70
Figura 116 - Manifestação de interesse em fazer um curso de literacia financeira .....	70
Figura 117 - Demografia dos indivíduos com interesse em realizar um curso de literacia financeira .....	71
Figura 119 - Benefícios de uma população com mais literacia financeira .....	72
Figura 118 - Motivações apontadas pelos inquiridos para a falta de interesse em participar num curso de literacia financeira .....	72
Figura 120 - Nível de conhecimento dos programas .....	73
Figura 121 - Aplicação da poupança realizada .....	74
Figura 122 - Capacidade de superar uma despesa inesperada .....	75
Figura 123 - Capacidade temporal de cobrir as despesas mensais no caso da perda da principal fonte de rendimento .....	76
Figura 124 - Capacidade de cobrir as despesas mensais durante, pelo menos, 3 meses, no caso de perda da principal fonte de rendimento .....	76
Figura 125 - Nível de confiança face ao planeamento da reforma .....	77
Figura 126 - Principais produtos financeiros detidos .....	78
Figura 127 - Fontes de informação mais valorizadas em produtos financeiros .....	78
Figura 128 - Realização de operações online .....	79
Figura 129 - Realização online de atividades .....	80
Figura 130 - Comparação dos conhecimentos financeiros face à média da população portuguesa .....	80
Figura 131 - Conhecimentos financeiros por comparação aos da média dos Países da UE .....	81
Figura 132 - N.º médio de respostas corretas aos exercícios de literacia financeira .....	81

## Índice de tabelas

Tabela 1 - Apoios sociais detidos .....	18
Tabela 2 - Três principais práticas de gestão financeira .....	74
Tabela 3 - Respostas corretas aos exercícios de literacia financeira (%) .....	82
Tabela 4 - Respostas corretas às afirmações sobre conhecimentos financeiros .....	82
Tabela 5 - Respostas corretas aos exercícios /afirmações de literacia financeira .....	83
Tabela 6 - Avaliações corretas de afirmações de conhecimento geral .....	84
Tabela 7 - Respostas corretas a exercícios/afirmações de literacia financeira .....	84

## Nota introdutória

A literacia financeira assume um papel cada vez mais relevante no quotidiano dos cidadãos, influenciando a sua capacidade de gerir o orçamento familiar, planear o futuro e tomar decisões informadas sobre poupança e investimento. No Município do Porto, reconhecemos que a educação financeira é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da nossa população.

É neste contexto que apresentamos os resultados do Inquérito de Diagnóstico Local à Literacia Financeira da População Portuense 2025, um estudo pioneiro promovido pelo Município do Porto e alinhado com as boas-práticas internacionais. De referir que este projeto municipal vem na sequência do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, realizado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros com base no referencial da Rede Internacional de Educação Financeira da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE/INFE). Este último inquérito permitiu aferir o nível de literacia financeira da nossa população, bem como compreender os hábitos de planeamento e gestão das finanças pessoais, englobar padrões de escolha e gestão de produtos financeiros e identificar desafios e oportunidades para futuras iniciativas de capacitação financeira.

Após um trabalho de campo com 751 entrevistas presenciais, no concelho do Porto, a residentes com idade igual ou superior a 18 anos, os dados evidenciam um conjunto de conclusões que merecem a nossa atenção. Destacamos que 69% dos inquiridos adotam pelo menos uma estratégia para gerir o orçamento familiar, mas apenas 27,3% possuem um plano preventivo para enfrentar dificuldades financeiras. No que respeita à poupança, 56,1% conseguiram guardar dinheiro no último ano, sendo a conta à ordem o principal meio utilizado. No entanto, verificamos que 40,2% da população não procura informação sobre produtos financeiros, um fator que pode limitar a tomada de decisões informadas e conscientes.

Outro ponto relevante prende-se com a digitalização dos serviços financeiros: apenas 5,7% dos residentes recorrem a meios digitais para atividades financeiras, um valor significativamente inferior à média dos países da OCDE. Esta realidade alerta para a necessidade de promover uma maior inclusão digital e facilitar o acesso a ferramentas financeiras modernas e seguras.

Os resultados revelam ainda desafios na compreensão de conceitos financeiros essenciais. Embora a maioria dos inquiridos percecionem os seus conhecimentos como medianos, apenas 2,1% consideram ter um nível elevado de literacia financeira. Questões como a relação entre inflação e poder de compra ou a diferença entre juros simples e compostos continuam a ser pouco compreendidas por uma parte significativa da população.

Em suma, este diagnóstico fornece um retrato fiel dos comportamentos e conhecimentos financeiros dos portuenses e reforça o compromisso do Município do Porto com a promoção da educação financeira, enquanto fator essencial de cidadania e inclusão. Com base nos dados obtidos, vamos trabalhar em conjunto com o ecossistema da cidade para desenvolver ações que dotem os nossos munícipes das competências necessárias para uma melhor gestão financeira, contribuindo assim para um Porto mais informado e preparado para os desafios da atualidade.

**Rui Moreira**

Presidente da Câmara Municipal Porto

## Sumário Executivo

O presente relatório apresenta os resultados do Inquérito de Diagnóstico Local à Literacia Financeira da população residente no concelho do Porto 2025, promovido pelo Município do Porto, como parte integrante do projeto Literacia Financeira no Porto. O estudo adota uma metodologia semelhante à do Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira.

O estudo cobre temas como o planeamento e gestão do orçamento familiar, conhecimento e escolha de produtos financeiros, bem como hábitos financeiros realizados pela população em estudo. Com o intuito de garantir a representatividade da amostra, foram realizadas 751 entrevistas válidas, em formato presencial, durante os meses de novembro e dezembro de 2024.

Os dados obtidos com a aplicação dos inquéritos foram explorados com base em variáveis socioeconómicas e, sempre que relevante, foram cruzados dados de diferentes perguntas. Para além disso, são apresentados indicadores agregados de literacia financeira, literacia financeira digital e bem-estar financeiro, permitindo uma análise detalhada ao nível de conhecimento e hábitos financeiros da população.

Paralelamente, com o intuito de aferir o posicionamento do Porto no país e no mundo, sempre que possível, o inquérito reflete uma comparação com o panorama nacional e internacional. Em particular, foram alvo de comparação os dados do 4.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa (CNSF, 2023), do *OECD/INFE 2023 international survey of adult financial literacy* (OCDE, 2023) e do *Monitoring the level of financial literacy in the EU* (Comissão Europeia 2023).

### 1) Planeamento do orçamento familiar e poupança

A maioria dos entrevistados (69,0%) revelou adotar pelo menos uma estratégia para planear e gerir o orçamento familiar. Entre os métodos mais comuns, 35,4% dos entrevistados afirmam registar as suas despesas, 35,2% utilizam ordens de pagamento por débito direto e 33,8% anotam previamente as contas a pagar com o intuito de prevenir esquecimentos.

No que respeita à poupança, 14,4% dos inquiridos reservam uma pequena percentagem do rendimento mensal, 13,6% envolvem toda a família na gestão financeira e 10,1% possuem um fundo próprio para fazer face a situações imprevistas. Os jovens entre os 18 e os 24 anos demonstram menor preocupação com o planeamento financeiro e com controlo do orçamento familiar, estando em linha com a frequência com que indicam que as decisões económicas são tomadas por terceiros.

Relativamente à poupança no último ano, 56,1% dos entrevistados conseguiram guardar dinheiro, recorrendo principalmente a depósitos na conta à ordem (78,9%), a guardar dinheiro em casa (24,5%) e a aplicações de depósitos a prazo (24,2%). No entanto, apenas 27,3% possuem um plano preventivo para enfrentar dificuldades financeiras, geralmente baseado na poupança gerada através dos meios mencionados.

Quando questionados sobre a capacidade de suportar uma despesa inesperada equivalente ao rendimento mensal, 66,7% afirmam que conseguiriam fazê-lo sem recorrer a empréstimos ou ajuda de terceiros. Para além disso, 75,5% consideram os seus rendimentos suficientes para cobrir o custo de vida. Ainda assim, no último ano, 22,4% admitiram ter enfrentado momentos em que o rendimento disponível foi insuficiente para cobrir as despesas correntes. Nestes casos, os principais mecanismos de compensação utilizados consistiram no recurso a empréstimos informais junto de pessoas próximas e no incumprimento do pagamento de contas, ambos representando 35,7%.

No caso da perda da principal fonte de rendimento, 48,8% dos inquiridos afirmam que conseguiriam cobrir as despesas do agregado durante pelo menos três meses. Em contrapartida, 44,9% consideram que não conseguiriam manter a autonomia financeira durante tanto tempo, e 12,3% estimam que a sua capacidade financeira não chegaria a um mês.

Quanto ao planeamento para a reforma, 62,6% dos entrevistados já fizeram ou ponderam vir a fazê-lo, embora a confiança nesse planeamento seja moderada: apenas 43,6% consideram-se moderadamente confiantes e 37,0% revelam pouca confiança. A maioria dos entrevistados (90,4%) pretende financiar a reforma através dos descontos para a segurança social ou outros regimes contributivos obrigatórios realizados ao longo da vida, enquanto 43,8% planeiam utilizar as suas poupanças e 23,7% preveem continuar a trabalhar.

No entanto, a perceção da situação financeira atual revela algum descontentamento entre a amostra: 49,7% dos entrevistados declaram-se insatisfeitos, 35,2% adotam uma posição neutra e apenas 14,6% afirmam estar satisfeitos com o rendimento de que dispõem.

## **2) Escolha e gestão de produtos financeiros**

Quando questionados sobre os produtos financeiros que detêm, a grande maioria dos entrevistados (94,9%) referiu possuir uma conta depósito à ordem. Entre os restantes produtos mais comuns, ainda que com uma proporção inferior, destacam-se o seguro automóvel (41,1%), o cartão de crédito (39,5%) e a conta depósito a prazo (36,4%).

Ao nível da gestão dos ativos financeiros, 47,4% dos detentores conhecem o seu valor, quer seja de forma total (28,7%) ou parcial (18,7%). Paralelamente, 67,1% acompanham com frequência a evolução da sua rentabilidade, tanto numa base quinzenal como mensal (31,8% e 35,3%, respetivamente). O contacto presencial

com as entidades responsáveis pelos produtos financeiros e o contacto online constituem as principais estratégias de gestão de ativos financeiros, representando 67,9% e 41,5%, respetivamente.

A digitalização dos serviços financeiros já faz parte da rotina de muitos entrevistados. Cerca de metade dos inquiridos utilizam plataformas online para efetuar pagamentos, transferências e consultar movimentos bancários. No entanto, a adesão ao digital em operações mais complexas ainda é reduzida. Apenas 8,0% já solicitaram um cartão bancário online, 7,3% realizaram investimentos ou aplicações financeiras e 6,9% subscreveram um seguro através de um meio digital. A abertura de contas à ordem (3,5%) e a contratação de créditos (2,8%) continuam a ser práticas pouco comuns entre os portuenses.

No que diz respeito ao património, 35,8% dos entrevistados possuem bens imobiliários, e a maioria (76,2%) conhece o valor do seu património, embora apenas 9,7% o avaliem de forma exata e atualizada.

No momento da escolha de um seguro, os fatores mais determinantes são o valor da apólice (76,3%) e as coberturas incluídas (61,4%). Entre os 25 e os 54 anos existe uma tendência superior para ponderar um conjunto mais alargado de fatores, como os prémios, serviços adicionais e período de carência.

Apesar de 81,9% dos inquiridos estarem cientes da existência de fraudes financeiras, apenas 18,6% afirmam conhecer diretamente uma vítima. Não obstante, as medidas preventivas continuam a ser pouco adotadas: apenas 9,9% possuem um plano específico para se protegerem contra este tipo de risco.

### 3) Compreensão financeira

Mais de metade dos entrevistados (56,7%) consideram possuir conhecimentos financeiros moderados ou medianos, enquanto 41,1% admitem ter pouca ou nenhuma familiaridade com o tema. Apenas 2,1% autoavaliam-se com um nível elevado ou muito elevado de literacia financeira. Quando questionados sobre como avaliam os seus conhecimentos financeiros em comparação com a população portuguesa em geral, 53,5% consideram-se ao nível da média, 40,7% acreditam ter um conhecimento inferior ou até mesmo muito inferior e apenas 5,3% veem-se como mais informados.

Os entrevistados responderam a sete questões sobre literacia financeira, alcançando uma média de 4,14 respostas corretas. No entanto, apenas 7,7% dos inquiridos acertaram todas as questões. Os melhores resultados verificaram-se na identificação da inexistência de juros num empréstimo de 50 euros com retorno rápido da mesma quantia (91,3%) e na divisão linear de 1.000€ por cinco irmãos (92,3%). Já ao nível do reconhecimento do saldo disponível num extrato bancário, 65,7% responderam corretamente, mas apenas 41,5% identificaram que um pagamento poderia levar a conta a um descoberto bancário.

Os conceitos mais complexos apresentados registaram uma menor taxa de resposta correta: 44,9% dos entrevistados compreenderam a relação entre inflação e poder de compra, 37,3% calcularam corretamente juros simples e 40,9% demonstraram conhecimento sobre juros compostos. Num exercício de validação de afirmações financeiras, em verdadeiras e falsas, apenas um entrevistado acertou todas as 11 declarações, sendo a média total de respostas corretas 5,16 por pessoa.

A maioria dos inquiridos compreende o impacto da inflação no custo de vida (75,0%) e reconhece o débito direto como um mecanismo para evitar esquecimentos no pagamento de contas (82,4%). No entanto, quando se trata de investimentos, apenas 56,7% identificam a relação entre risco e retorno, e um número ainda menor compreende o impacto da diversificação do portefólio na redução do risco (33,3%). Do mesmo modo, apenas 32,1% distinguem os diferentes níveis de risco entre produtos como ações e certificados de aforro, e 24,0% percebem corretamente a diferença de rentabilidade entre juros simples e compostos.

No que toca à segurança digital, 69,1% dos entrevistados evitam redes *Wi-Fi* públicas para transações financeiras, enquanto 47,4% verificam previamente se a instituição financeira está devidamente regulada no país antes de realizar operações online. Para além disso, 40,6% tem conhecimento de que um contrato digital pode dispensar assinatura em papel e 34,0% reconhecem que as criptomoedas não possuem o mesmo valor legal que as notas e moedas. No entanto, apenas 21,4% estão conscientes de que dados pessoais partilhados online podem ser utilizados para ofertas financeiras personalizadas.

De forma geral, os resultados indicam que a compreensão financeira melhora com níveis mais altos de escolaridade. Os homens, trabalhadores ativos e pessoas pertencentes a agregados com maior rendimento mensal, demonstraram maior confiança e familiaridade com temas financeiros, evidenciando a importância da educação financeira no desenvolvimento de uma gestão consciente dos recursos.

#### **4) Formação em literacia financeira**

A maioria dos entrevistados (63,1%) desconhece ou não dispõe de informação suficiente sobre os programas de literacia financeira existentes. Entre os que conhecem, uma parte significativa (45,5%) considera os mesmos pouco acessíveis à população em geral, apontando como principais obstáculos a fraca divulgação, os custos envolvidos e a linguagem excessivamente técnica e elitizada.

Quando questionados sobre a possibilidade de participar num curso de literacia financeira, apenas 29,6% manifestam interesse, sobretudo como uma ferramenta para melhorar a gestão do rendimento pessoal e familiar. No obstante, a sensação de desnecessidade, de perceção de que possui conhecimentos suficientes, destaca-se como o principal fator de resistência à necessidade de formação na temática.

## 5) *Benchmarking nacional e internacional*

No planeamento do orçamento familiar e da poupança, bem como na escolha e gestão de produtos financeiros, os resultados da população residente no Município do Porto estão, em geral, alinhados com os resultados obtidos a nível nacional. No entanto, os resultados apresentam duas diferenças notórias. No Porto, a adoção de práticas de gestão financeira no dia-a-dia é menos comum, com 69,0% dos residentes a referirem esta prática, face aos 82,1% registados a nível nacional. Para além disso, existe também uma menor incidência de planeamento para a reforma, com 62,6% dos inquiridos portuenses a mencioná-lo, em comparação com os 84,2% observados no conjunto do país.

Ao nível da compreensão financeira, embora os residentes no Município do Porto percecionem um nível de conhecimentos financeiros superior à média da população portuguesa, os resultados do estudo evidenciam, em média, um menor número de respostas corretas (4,14 vs. 4,25). Nas afirmações comparáveis, no Porto a média de avaliações corretas por afirmação situou-se nos 43,8%, em contrapartida do panorama nacional onde registaram 58,7%.

Na análise do estudo OCDE, e considerando as comparações diretas possíveis com a média dos 20 países membros da OCDE considerados no estudo, destacam-se alguns pontos que seguem a tendência observada para a população portuguesa. Em cenários de crise financeira, a população residente no Porto revela uma maior capacidade para enfrentar dificuldades económicas. Cerca de 66,7% dos inquiridos afirmam conseguir cobrir autonomamente uma despesa inesperada equivalente ao seu rendimento mensal, um valor superior aos 56,2% registados na média dos países da OCDE. Paralelamente, 48,8% indicam que conseguiriam suportar o custo de vida por três ou mais meses, em caso de perda abrupta da principal fonte de rendimento da família, o que se sobrepõem aos 41,6% observados no conjunto dos países da OCDE.

Comparativamente à média dos países considerados no estudo OCDE, a população do Porto apresenta uma adesão significativamente menor ao canal digital para a realização de atividades e operações financeiras. Em média, apenas 5,7% dos residentes recorrem ao meio digital para determinadas atividades, enquanto nos países da OCDE essa percentagem situa-se nos 20,9%. No que concerne à realização de operações financeiras online, 38,9% da população do Porto utiliza este canal, em comparação com aos 64,3% registados na OCDE para o mesmo tipo de operações.

Por fim, no âmbito da compreensão financeira, a população residente no Porto regista um nível médio de resposta correta aos exercícios e afirmações inferior ao observado para a média dos países OCDE (47,6% vs. 63,6%, respetivamente).

## 1. Metodologia do inquérito

O Inquérito à Literacia Financeira da população portuense 2025 incluiu a elaboração de um questionário estruturado, a definição de uma amostra representativa da população portuense, e a aplicação do inquérito “porta-a-porta” em todas as freguesias que compõem o Município do Porto. Todo o processo decorreu com o apoio de um fornecedor externo, empresa Eurosondagem – Estudos de Opinião, S.A., garantido a imparcialidade na recolha e tratamento da informação.

### 1) Questionário

O questionário foi aplicado à escala municipal, de forma presencial, seguindo quotas previamente definidas por freguesia, género e idade, de forma a garantir a representatividade do universo em estudo. Para a definição das respetivas quotas, foram utilizados os dados definitivos dos Censos 2021, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

A aplicação do questionário decorreu entre 27 de novembro e 20 de dezembro de 2024, com o apoio de uma equipa de 12 entrevistadores. Com o intuito de garantir o cumprimento da representatividade da amostra, bem como a aleatoriedade na escolha dos entrevistados, foi adotado o método de *Random-Route*. Este procedimento, também conhecido como método do caminho aleatório, permite atribuir a cada lar da localidade em estudo a mesma probabilidade de ser selecionado e, conseqüentemente, a cada indivíduo a mesma probabilidade de ser inquirido.

A cada entrevistador foi atribuído um número de entrevistas a realizar e as respetivas quotas a atingir por segmentos, tendo sido seguido um plano de visitas diário, que tinha por base uma escolha aleatória da rua, do número da porta e, se aplicável, do andar, relativamente a cada freguesia. Em cada agregado familiar selecionado, eram identificados os elementos residentes que preenchiam as quotas pretendidas e, sempre que existia mais do que um candidato elegível, aplicava-se o critério do elemento do agregado com data de aniversário mais recente. Sempre que não residiam indivíduos dentro das quotas pretendidas, não eram realizadas entrevistas. Nestes casos, a escolha do agregado familiar seguinte (*i.e.*, rua, número e andar) seguia novamente o método aleatório.

A aplicação de um processo de amostragem com diferentes estratos e quotas específicas, exigiu a monitorização permanente das entrevistas efetuadas por parte da equipa responsável, de forma a atingir a proporcionalidade pretendida. Paralelamente, as respostas obtidas foram validadas presencialmente, com recurso a supervisores que asseguraram o controlo de qualidade no terreno, e, na fase de tratamento dos dados, mediante o cruzamento e validação da informação.

## 2) Amostra

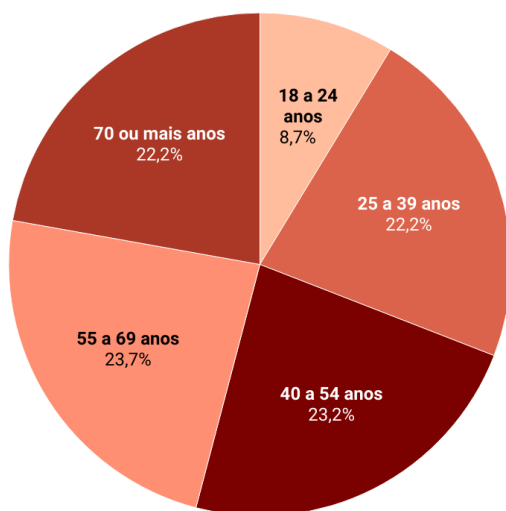
O principal objetivo do inquérito consistia em caracterizar o nível de literacia financeira da população portuense com idade igual ou superior a 18 anos. Para tal, definiu-se uma amostra de 750 entrevistas válidas, visando refletir, de forma não enviesada, o universo em estudo, com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3,57%. Para tal, foram considerados os seguintes segmentos:

- Género: feminino e masculino;
- Idade: 18 a 24 anos; 25 a 39 anos; 40 a 54 anos; 55 a 69 anos; 70 anos ou mais;
- Freguesia de residência: Bonfim; Campanhã; Paranhos; Ramalde; União de Freguesias Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde; União de Freguesias de Cedofeita, St.º Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória; e União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

## 2. Caracterização da amostra

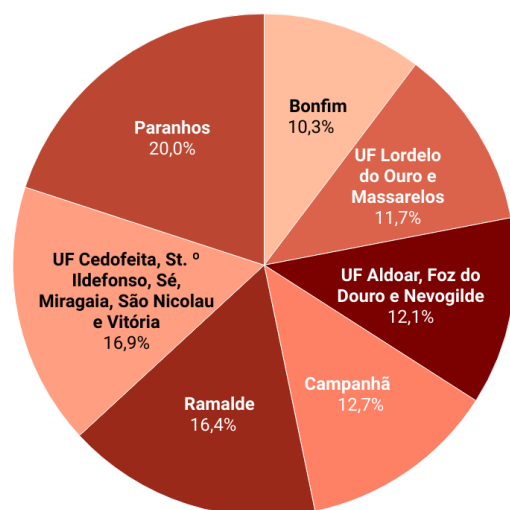
Das entrevistas realizadas, 751 foram consideradas válidas. Entre os participantes, 55,3% são do género feminino e 44,7% do género masculino. No que diz respeito à idade, 8,7% têm entre 18 e 24 anos, 46,9% situam-se na faixa dos 40 aos 69 anos e 22,2% têm 70 ou mais anos (Figura 1). Relativamente à freguesia de residência, a representatividade dos participantes reflete a distribuição do universo referido, variando entre um mínimo de 10,3% na freguesia do Bonfim e um máximo de 20,0%, na freguesia de Paranhos (Figura 2).

Figura 2 – Caracterização da amostra por faixa etária



Base: Total de inquiridos (n=751)

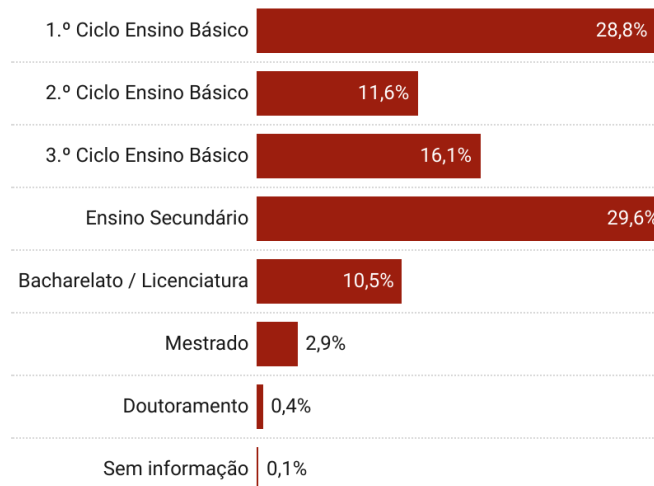
Figura 1 - Caracterização da amostra por freguesias



Base: Total de inquiridos (n=751)

Quando analisado o nível de escolaridade, 56,5% dos entrevistados possuem o Ensino Básico, entre os quais 28,8% concluíram apenas o 1.º Ciclo. O ensino secundário é o nível de habilitações académicas com maior expressão, representando 29,6%, e apenas 13,8% têm formação de nível superior, dos quais 3,3% acima do Bacharelato ou Licenciatura (Figura 3).

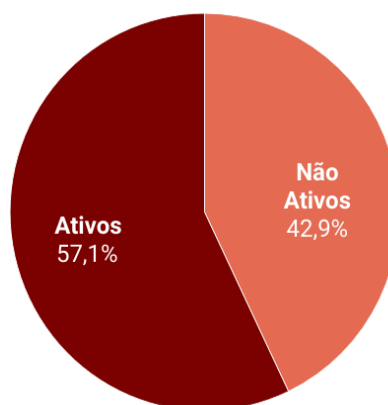
**Figura 3 – Nível de escolaridade dos inquiridos**



Base: Total de inquiridos (n=751)

Na amostra recolhida os entrevistados ativos superam os não ativos (Figura 4). Os indivíduos ativos são sobretudo representados por trabalhadores por conta de outrem (70,9%) e, numa segunda instância, por desempregados (19,3%). Os trabalhadores por conta própria representam apenas 8,6% do tal dos ativos, e 4,9% dos casos totais. Em contrapartida, no caso dos não ativos, os indivíduos reformados correspondem ao estrato mais representativo (75,8%), seguindo-se os estudantes (11,5%).

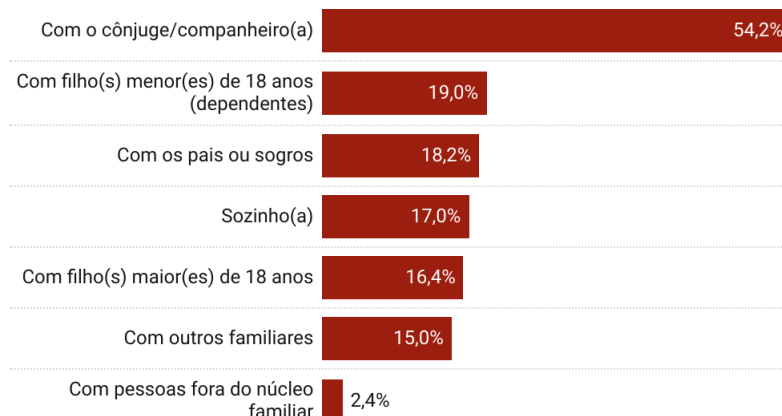
**Figura 4 – Situação ocupacional dos inquiridos**



Base: Total de inquiridos (n=751)

Mais de metade dos entrevistados (54,2%) vivem com o cônjuge ou companheiro, 19,0% vivem com filhos menores de 18 anos e 16,4% vivem com filhos maiores de 18 anos. Por outro lado, quase um quinto dos entrevistados (18,2%) vivem com pais ou com os sogros e 17,0% vivem sozinhos. Viver sozinho tende a acentuar-se à medida que aumenta a idade, assumindo maior expressão no caso dos escalões etários mais velhos: 19,1% dos indivíduos entre os 55 e 69 anos e 36,5% dos indivíduos com mais de 70 anos (Figura 5).

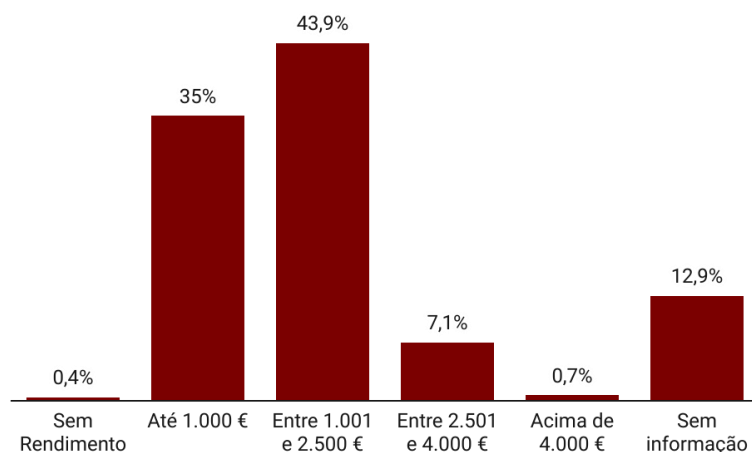
**Figura 5 – Composição do agregado familiar**



Base: Total de inquiridos (n=751)

Ao nível dos rendimentos, 43,9% dos agregados familiares representados dispõem de um rendimento médio mensal compreendido entre 1.001€ e 2.500€, 35,0% referenciam um rendimento médio inferior a 1.000€, e apenas 7,8% dos agregados assumem um rendimento médio mensal superior a 2.500€. De notar que 12,9% dos entrevistados optaram por não responder à questão, dos quais 50,8% correspondiam a jovens entre os 18 e os 24 anos (Figura 6).

**Figura 6 - Rendimento médio mensal do agregado familiar**



Base: Total de inquiridos (n=751)

A grande maioria dos entrevistados possui nacionalidade portuguesa (95,1%). Os cidadãos com nacionalidade estrangeira distribuem-se por nove nacionalidades distintas (brasileira, angolana, italiana, argelina, cabo-verdiana, marroquina, norte-americana, uruguaia e venezuelana), predominando a nacionalidade brasileira (3,6%). Ao nível de apoios sociais, 25,8% dos entrevistados são beneficiários de algum tipo de apoio, predominando o abono de família (46,9%), complemento solidário para idosos (23,7%) e rendimento social de inserção (19,1%) (Tabela 1).

*Tabela 1 - Apoios sociais detidos*

<b>Apoios sociais</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>%</b>
Abono de família	91	46,9
Complemento solidário para idosos	46	23,7
Rendimento Social de Inserção	37	19,1
Subsídio de desemprego	10	5,2
Pensão social de invalidez	6	3,1
Pensão social de sobrevivência	3	1,6
Pensão social de viuvez	3	1,6
Apoio à renda	2	1,0
Bolsa de estudos	2	1,0
Prestação social para a inclusão	2	1,0
Apoio alimentar	1	0,5
Apoio doença oncológica	1	0,5
Apoio filha deficiente	1	0,5
Complemento solidário reforma antecipada	1	0,5
Subsídio baixa médica	1	0,5
<b>Total de beneficiários</b>	<b>194</b>	<b>100,0</b>

*Base: Total de inquiridos (n=194)*

### 3. Análise descritiva dos resultados

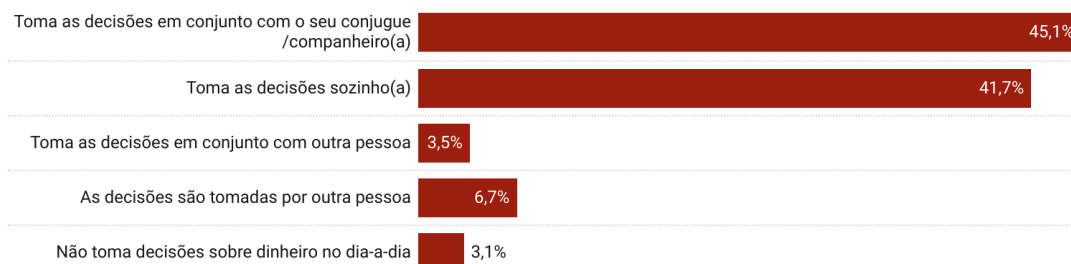
Na presente secção encontra-se uma análise descritiva dos resultados obtidos com a aplicação do questionário. Sempre que possível, foram cruzados dados com o intuito de obter uma análise mais aprofundada e com maior valor acrescentado sobre o nível de literacia financeira dos portuenses.

#### 3.1. Orçamento familiar e poupança

##### 3.1.1. Responsabilidade pelas decisões sobre o dinheiro

A maioria dos entrevistados afirma tomar decisões diárias sobre a gestão do dinheiro (90,3%). Em 45,1% dos casos, essas decisões são partilhadas entre o casal, enquanto em 41,7% dos casos, este tipo de decisão é assumido exclusivamente por uma das partes, ou seja, pelo próprio (Figura 7). Entre os jovens (18 a 24 anos, ativos ou inativos), a delegação dessas decisões em outra pessoa é mais comum, embora represente apenas 21,5% dos casos. Já entre os entrevistados de 25 a 69 anos, mais da metade toma decisões financeiras em conjunto com o companheiro (50,5%). Nos entrevistados com idade igual ou superior a 70 anos, é especialmente representativo o cenário em que as decisões sobre o dinheiro são assumidas em exclusivo pelos próprios (50,9%) (Figura 8).

*Figura 7 - Responsabilidade das decisões sobre o dinheiro*



Base: Total de inquiridos (n=751)

*Figura 8- Responsabilidade das decisões sobre o dinheiro, por faixa etária*

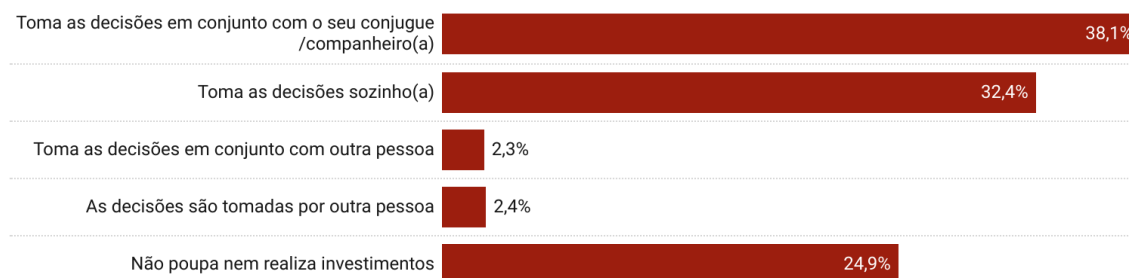
	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 54 anos	55 a 69 anos	70 ou mais anos
Toma as decisões em conjunto com o seu conjuge /companheiro(a)	12.3%	43.1%	59.2%	48.9%	41.3%
Toma as decisões sozinho(a)	32.3%	42.5%	32.2%	44.9%	50.9%
Toma as decisões em conjunto com outra pessoa	13.9%	3.6%	3.5%	1.1%	1.8%
As decisões são tomadas por outra pessoa	21.5%	7.2%	4.0%	3.9%	6.0%
Não toma decisões sobre dinheiro no dia-a-dia	20.0%	3.6%	1.2%	1.1%	0.0%

Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.1.2. Responsabilidade pelas decisões sobre poupança e investimento

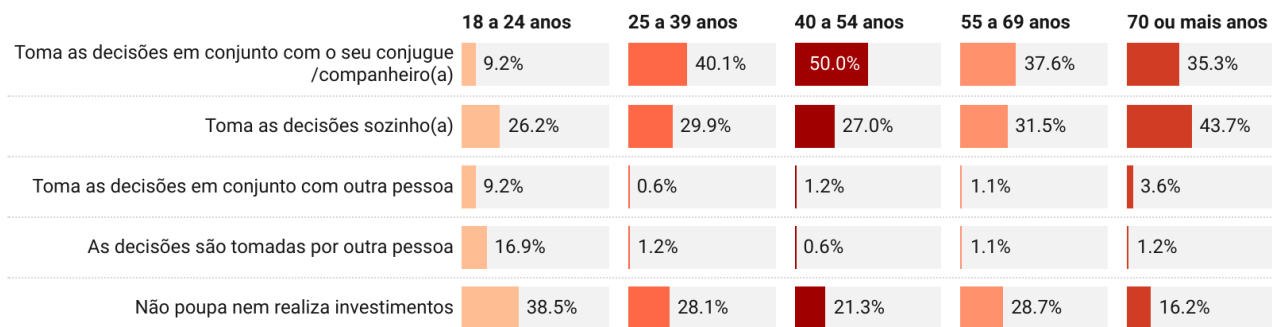
Em cerca de 25% dos agregados familiares não se poupa nem se procede a investimentos financeiros. Nos casos em que existe poupança ou investimento, a responsabilidade por este tipo de decisões tende a ser assumida de forma partilhada com o companheiro (50,7%) ou a ser realizada, em exclusivo, pelo próprio (43,1%) (Figura 9). Neste último cenário, destacam-se os segmentos etários extremos, ou seja, os jovens entre os 18 e os 24 anos (42,5%) e as pessoas com 70 ou mais anos (52,1%). Entre os 25 e os 69 anos as decisões nesta matéria são sobretudo assumidas pelo casal (53,9%) (Figura 10).

*Figura 9 - Responsabilidade pelas decisões sobre poupança e investimentos*



Base: Total de inquiridos (n=751)

*Figura 10 - Responsabilidade pelas decisões de poupança e investimentos, por faixa etária*

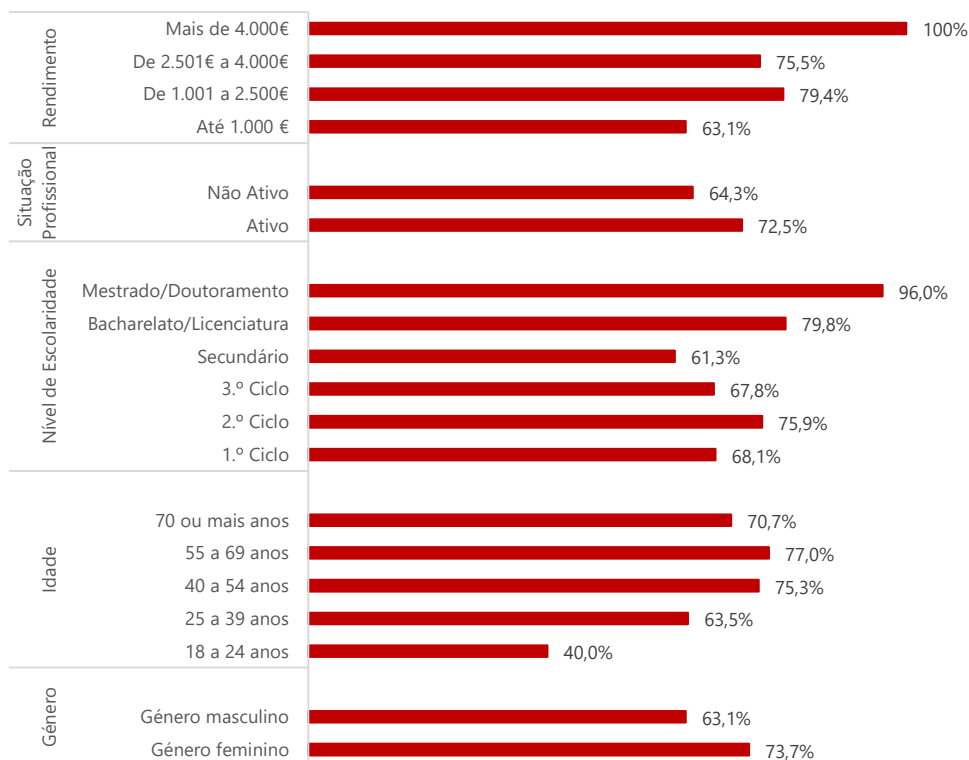


Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.1.3. Planeamento e controlo do orçamento familiar

Quando questionados sobre a realização de práticas de gestão financeira, 69% dos inquiridos afirmam realizar, pelo menos, 1 prática concreta de gestão financeira. De entre os que realizam, destacam-se pessoas do género feminino (73,7%), com idade igual ou superior a 40 anos (74,4%), com formação superior (83,7%), e com rendimento familiar mensal superior a 1.000€ (79,1%) (Figura 11).

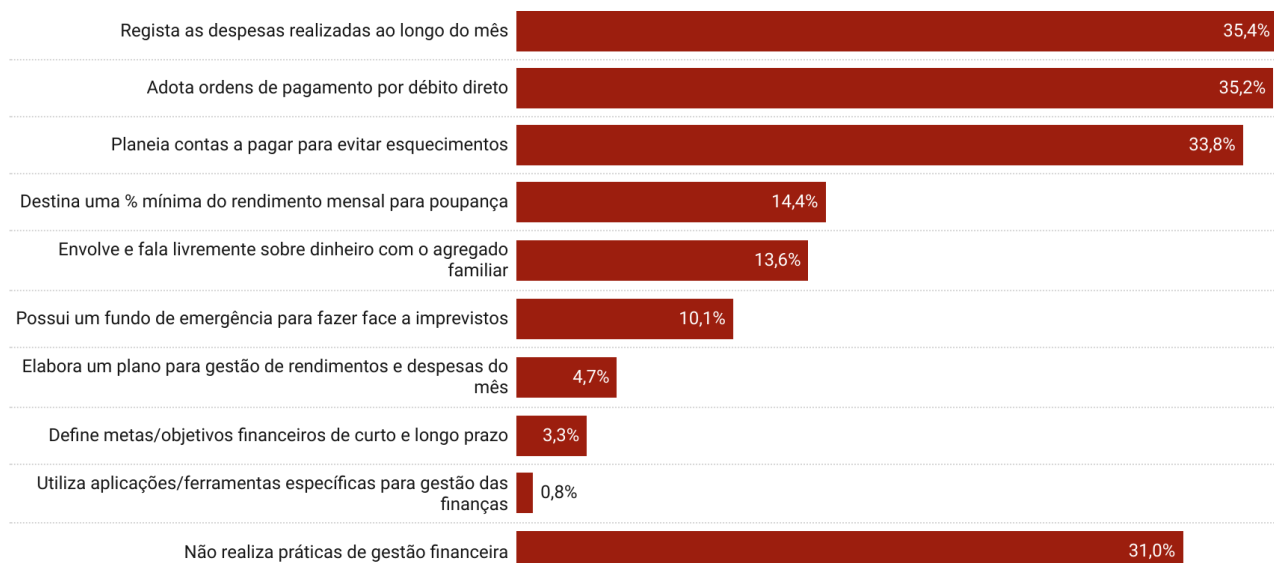
*Figura 11 - Realiza pelo menos 1 prática de gestão financeira*



■ Realiza, pelo menos, 1 dos comportamentos financeiros

O registo das despesas concretizadas ao longo do mês (35,4%), as ordens de pagamento por débito direto (35,2%) e o planeamento antecipado das contas a pagar (33,8%) constituem as 3 práticas de gestão financeira mais adotadas entre os portuenses. Importa ainda salientar que, 14,4% destinam uma percentagem mínima do respetivo rendimento mensal para poupança, 13,6% assumem o dinheiro como um tema presente na interação familiar e 10,1% possuem um fundo de emergência (Figura 12).

*Figura 12 - Práticas de gestão financeira mais utilizadas*



*Base: Total de inquiridos (n=751)*

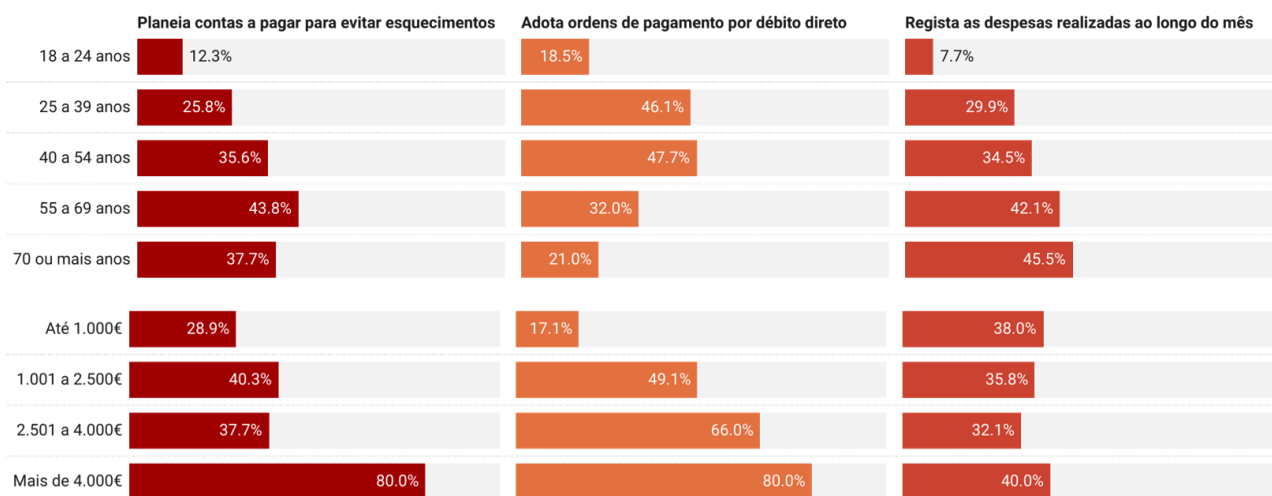
Ao analisar com maior detalhe as três práticas mais frequentemente realizadas, é possível perceber que o registo das despesas realizadas apenas demonstra ser realmente muito pouco habitual no caso do segmento etário mais jovem. No que respeita às ordens de pagamento por débito direto, estas são essencialmente adotadas pelos inquiridos de 25 a 54 anos e intensificam-se à medida que se eleva o escalão de rendimento familiar mensal. Para além disso, o planeamento antecipado das contas a pagar é sobretudo realizado pelos inquiridos de 55 a 69 anos e inseridos no escalão superior de rendimento familiar (mais de 4.000€) (Figura 13).

Como comportamentos intermédios, destaca-se o fundo de emergência, conversas com familiares sobre dinheiro e definição de um montante mínimo mensal para poupança (Figura 14). No que respeita ao fundo de emergência este é mais intensamente possuído por inquiridos de 40 a 69 anos e por representantes de famílias com rendimento mensal superior a 2.500€. As conversas familiares sobre dinheiro são tidas como mais habituais junto dos inquiridos com 25 a 54 anos. Mas, pelo contrário, parecem mais atípicas nas famílias com rendimento mensal inferior a 1.000€. Por fim, a definição de um percentual mínimo mensal para poupança incrementa-se à

medida que aumenta o rendimento mensal da família, e consiste numa estratégia mais adotada por pessoas entre os 40 e os 54 anos.

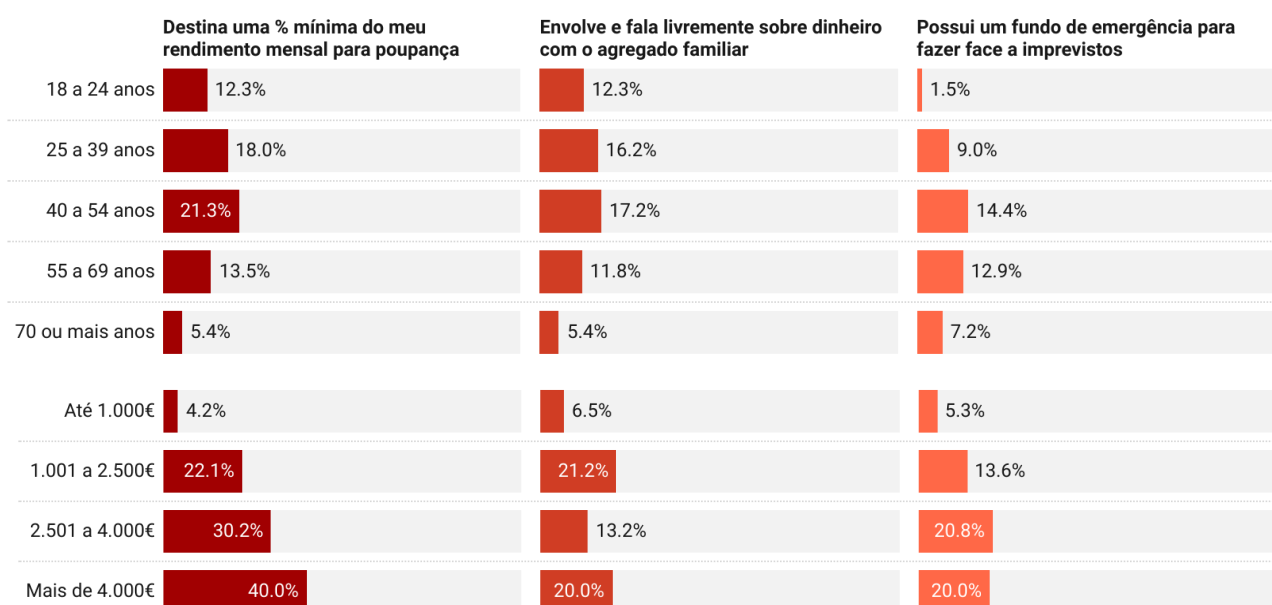
No contexto das práticas menos adotadas, apenas em 2 cenários observou-se uma proporção superior a 10% e, em ambos os casos, no âmbito dos representantes de famílias com rendimento mensal médio alto (entre 2.500 e 4.000€): definição de objetivos financeiros de curto e longo prazo e elaboração de um plano para gestão de rendimentos e despesas (Figura 15).

**Figura 13 - Práticas financeiras mais comuns por faixa etária e nível de rendimentos**



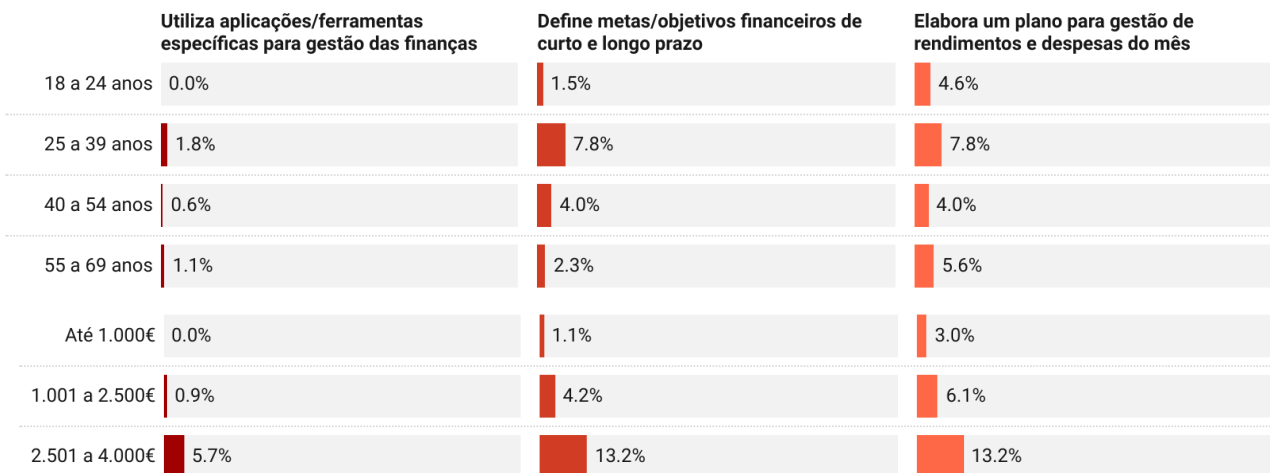
Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 14 - Práticas financeiras intermédias por faixa etária e nível de rendimentos**



Base: Total de inquiridos (n=751)

*Figura 15- Práticas financeiras menos adotadas por faixa etária e nível de rendimentos*

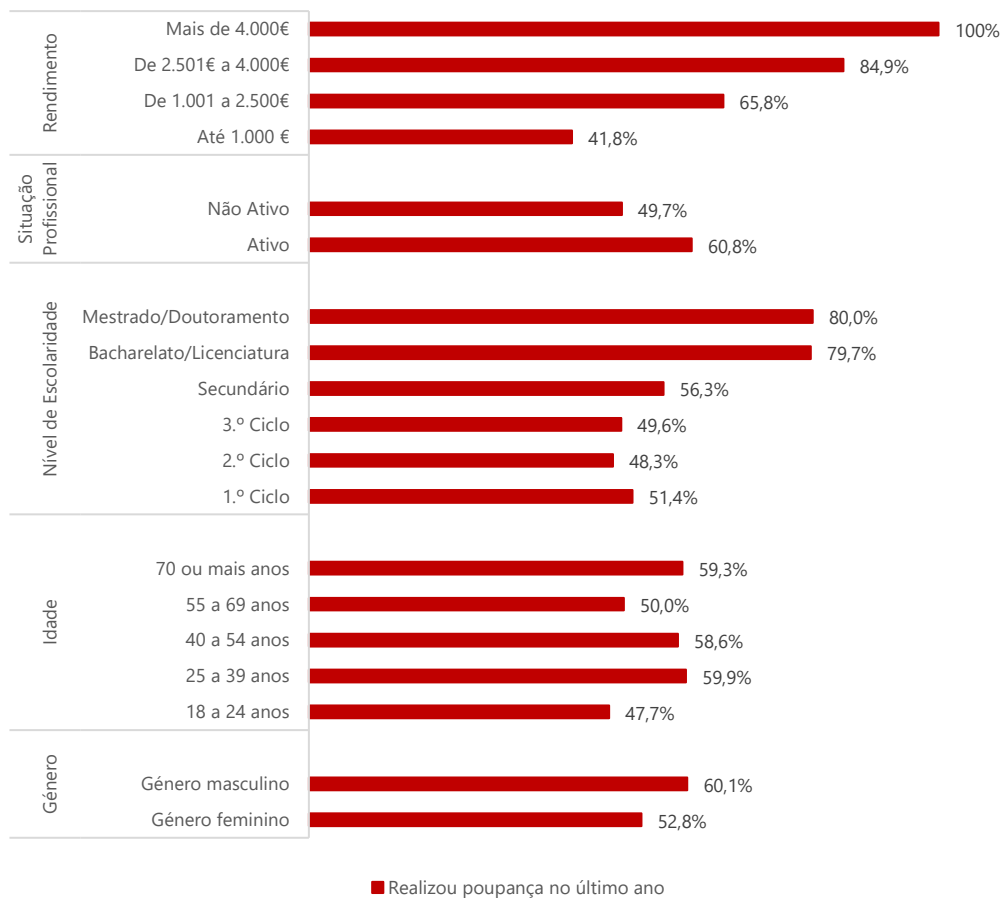


Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.1.4. Realização de poupança

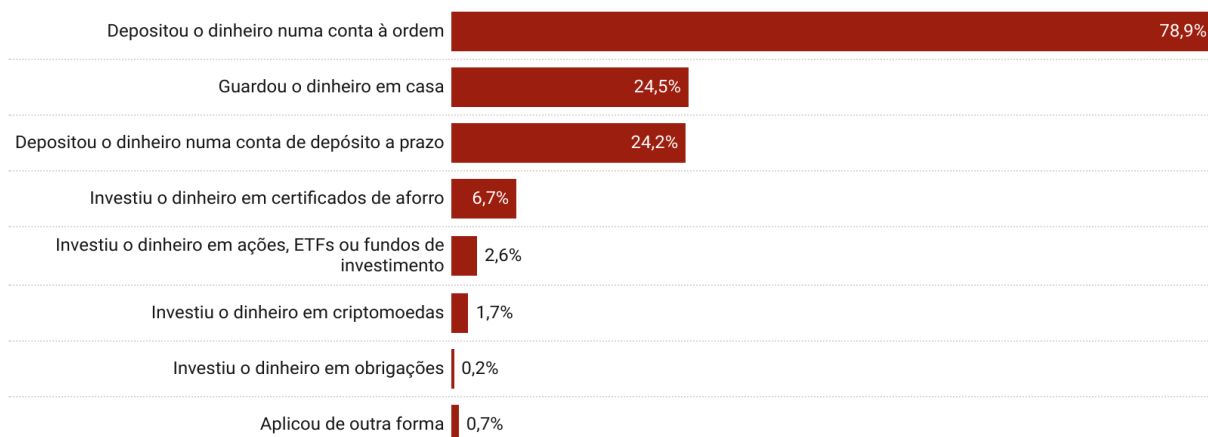
A proporção dos entrevistados que afirmaram ter poupado no decorrer do último ano situou-se numa maioria de 56,1%. No perfil deste segmento destacam-se, pela sua especial representatividade, os cidadãos com formação superior (79,8%) e representantes de famílias com rendimento mensal superior a 1.000€ (69,1%) (Figura 16). No entanto, na maior parte destes casos, não ocorreu propriamente um investimento da poupança realizada (Figura 17). Ou seja, 78,9% indicaram o depósito do dinheiro na conta à ordem e 24,5% guardaram o dinheiro em casa. O depósito numa conta a prazo referencia o principal cenário de aplicação efetiva de poupança, embora represente apenas 24,2% dos casos. Num polo oposto, as aplicações financeiras menos utilizadas entre os entrevistados foram em ações, fundos de índices cotados (ETFs) ou fundos de investimentos, (2,6%), investimento em criptomoedas (1,7%) e obrigações (0,2%).

**Figura 16 - Realização de poupança no último ano**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 17 - Formas de aplicação da poupança**



Base: Total de inquiridos (n=421)

### 3.1.5. Prevenção de dificuldades financeiras

Apenas 27,3% dos entrevistados afirmam possuir um plano preventivo para fazer face a uma eventual situação de dificuldade financeira (Figura 18). Uma prática que surge sobretudo nos agregados familiares com rendimentos mensais mais elevados, especialmente a partir dos 2.500€ (44,8%) (Figura 19). A estratégia de prevenção de uma eventual dificuldade financeira passa, na maioria dos casos (58,1%), por guardar ou acumular de poupança na conta à ordem. Não obstante, em 24,9% dos casos, dispõe-se para o efeito de uma conta a prazo ou conta poupança (Figura 20).

Figura 18 – Estratégia preventiva contra dificuldades financeiras

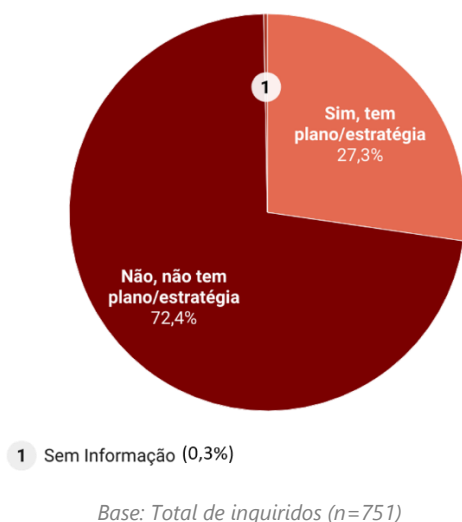


Figura 19 – Rendimento médio mensal dos detentores de uma estratégia de prevenção

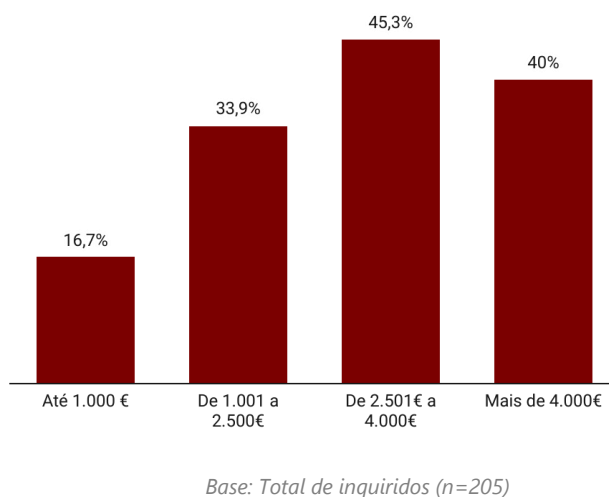
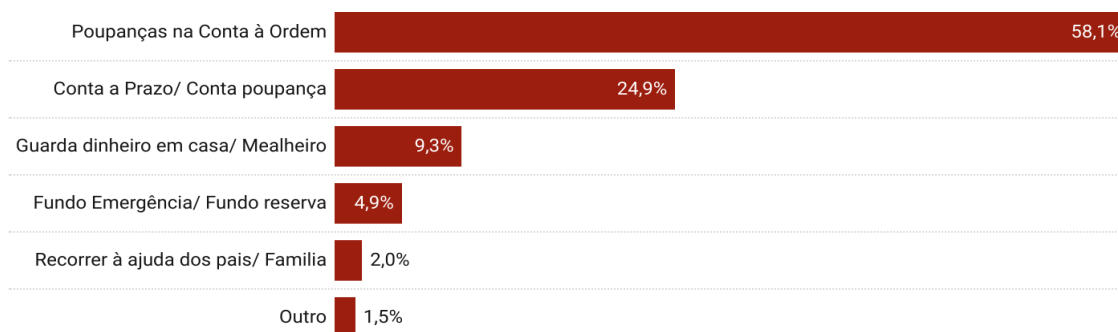


Figura 20- Estratégias de prevenção de dificuldades financeiras



Base: Total de inquiridos (n=205)

### 3.1.6. Capacidade para resolver uma despesa inesperada

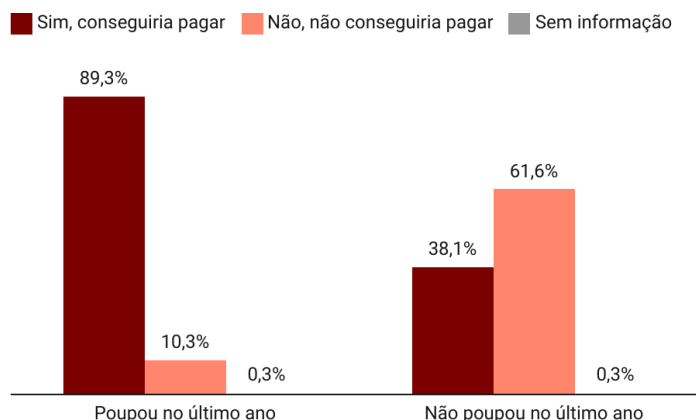
Quando questionados sobre a capacidade de fazer face a uma despesa inesperada, 66,7% dos entrevistados afirmam ter capacidade de suportar uma despesa de montante equivalente ao seu rendimento mensal, e sem ter de pedir dinheiro emprestado ou ajuda a familiares ou amigos (Figura 21). O reconhecimento desta capacidade surge associado aos entrevistados que conseguiram poupar no último ano. Dos que não conseguiram poupar, 61,6% assumiam mesmo incapacidade em resolver uma despesa imprevista no valor do seu rendimento mensal (Figura 22).

Figura 21 - Capacidade para suportar uma despesa inesperada



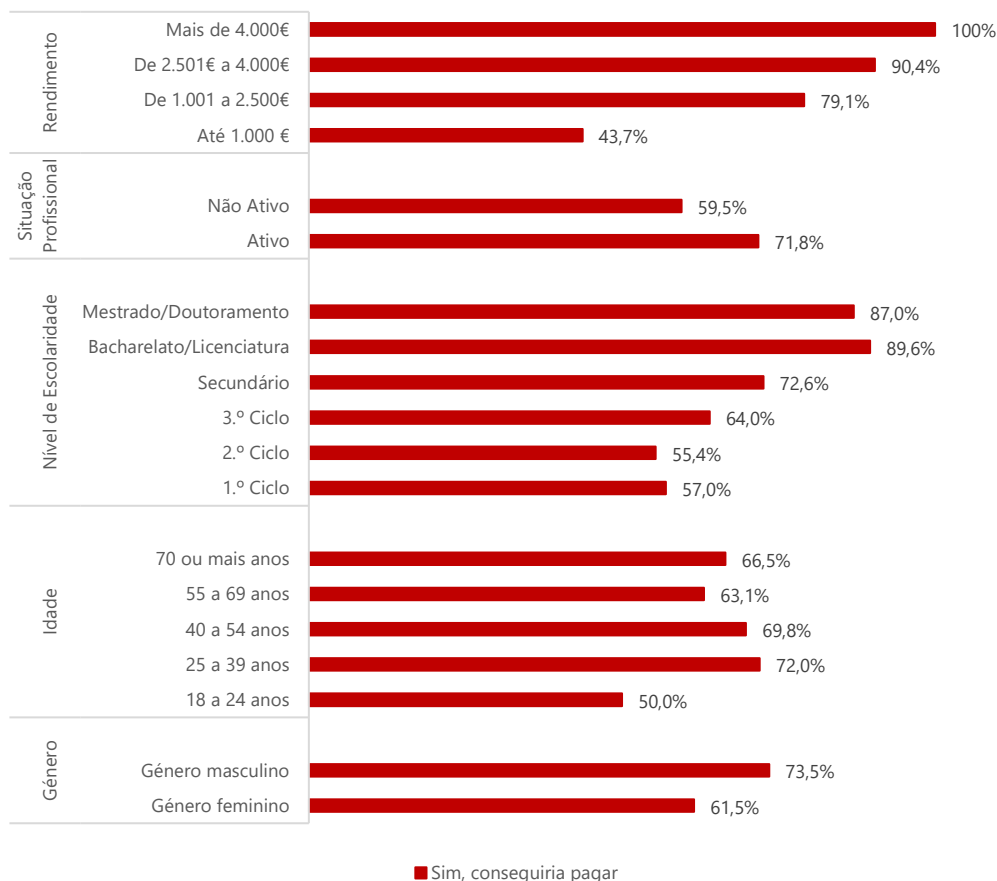
Base: Total de inquiridos com rendimentos próprios (n=205)

Figura 22 - Relação entre poupança realizada e capacidade de pagar uma despesa inesperada



De entre os entrevistados com capacidade explícita para pagar uma despesa inesperada destacam-se os homens (73,5%), os entrevistados com idade superior a 25 anos (66,0%), e os entrevistados com níveis de escolaridade e de rendimento mais elevados (71,2% dos detentores de, pelo menos, o ensino secundário; e 80,1% das famílias com rendimento mensal superior a 1.000€) (Figura 23).

*Figura 23 – Demografia dos Indivíduos com capacidade para suportar uma despesa inesperada*

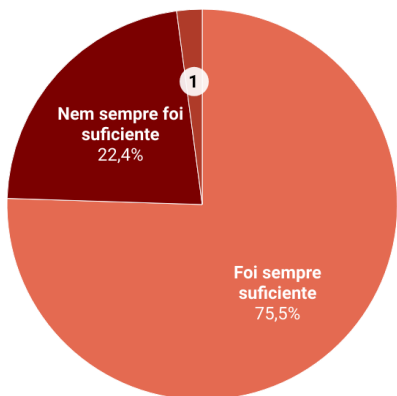


Base: Total de inquiridos com rendimentos próprios (n=709)

### 3.1.7. Suficiência do rendimento disponível

A proporção dos entrevistados que afirmam ter rendimento suficiente para cobrir o seu custo de vida é de 75,5% (Figura 24). No entanto, nos agregados com rendimento mensal inferior a 1.000€ a opinião contrária atinge uma expressão significativa (40,3%) (Figura 25).

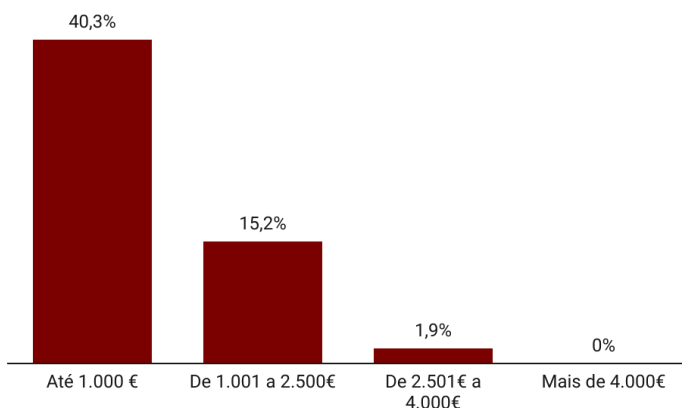
**Figura 24 – Capacidade de suportar o custo de vida no último ano**



1 Sem informação (2,1%)

Base: Total de inquiridos (n=751)

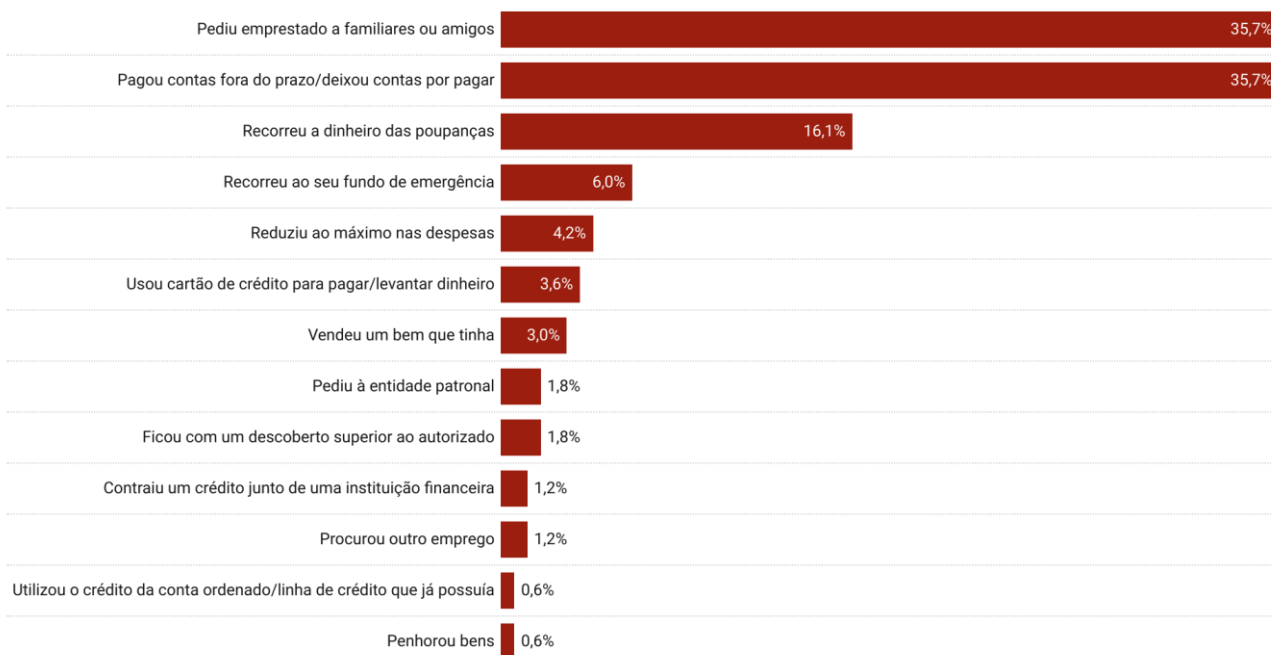
**Figura 25 – Dificuldade em suportar o custo de vida no último ano**



Base: Total de inquiridos (n=168)

No caso dos entrevistados que, em algum momento, se confrontaram com dificuldades na cobertura do custo de vida (22,4% da amostra total), estes tenderam a agir sobretudo de duas formas: pedindo dinheiro emprestado a alguém próximo (35,7%); e, por incumprimento, deixando contas por pagar (35,7%) (Figura 26).

**Figura 26 - Principais práticas para cobrir o custo de vida quando o rendimento disponível não foi suficiente**

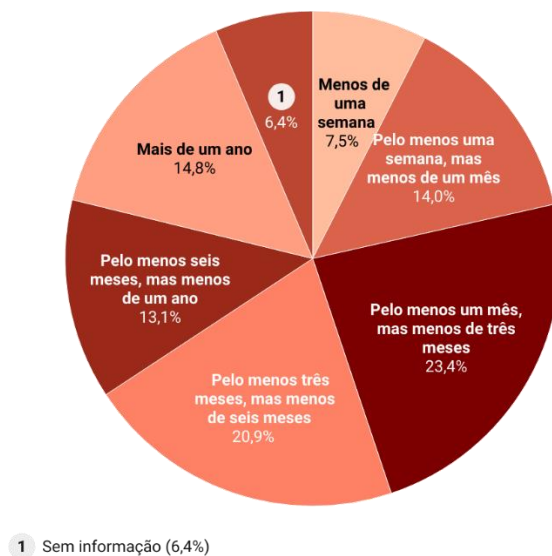


Base: Total de inquiridos (n=168)

### 3.1.8. Limiar de sobrevivência financeira

No caso de se perder a principal fonte do rendimento familiar, 48,8% dos entrevistados afirmam ter capacidade para conseguir cobrir as despesas do agregado, sem recorrer à ajuda de outrem, pelo menos, por um período de 3 meses. Por outro lado, 44,9% consideram que os 3 meses não correspondem a um *timing* de sobrevivência realisticamente atingível, chegando mesmo 21,5% a defender uma autonomia que não atingirá 1 mês (Figura 27).

Figura 27 - Limiar de sobrevivência



Base: Total de inquiridos (n=751)

Nos agregados com rendimento médio mensal até 1.000€, 15,1% estimam ter autonomia financeira para, no máximo, uma semana; 27,8% preveem resistir pelo menos uma semana, mas menos de um mês; e 25,5% entre um e três meses. Para os agregados com rendimentos entre 1.001€ e 2.500€, os períodos de autonomia mais frequentes situam-se entre um e três meses (25,8%) ou entre três e seis meses (25,8%). Já entre os agregados com rendimentos superiores a 2.500€, predomina uma autonomia financeira de, no mínimo, seis meses (Figura 28).

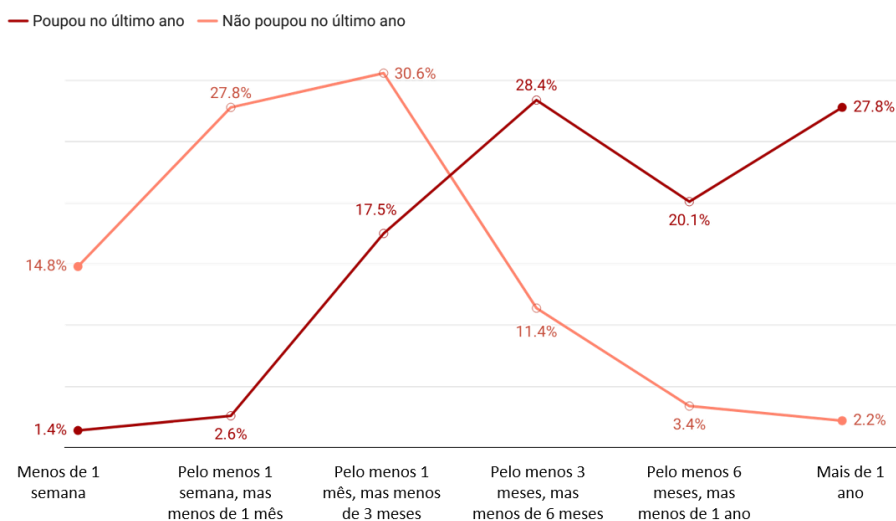
Foi ainda percecionada uma relação entre a estimativa do prazo da resistência financeira à perda da principal fonte de rendimento familiar e o facto de se ter ou não poupado no decurso do último ano (Figura 29). No caso de quem poupou, 76,3% dos entrevistados referem ter capacidade para suportar as despesas, pelo menos, durante 3 meses. Em contraste, entre os que não conseguiram poupar, 73,2% estimam que a sua autonomia financeira não chegaria a 3 meses. Destes últimos, 27,8% consideram que um mês seria o limite, enquanto 14,8% indicam que não conseguiriam resistir nem uma semana.

Figura 28 - Limiar de sobrevivência por nível de rendimento mensal

	Até 1.000 €	De 1.001 a 2.500€	De 2.501€ a 4.000€	Mais de 4.000€
Menos de 1 semana	15.2%	2.7%	1.9%	0.0%
Pelo menos 1 semana, mas menos de 1 mês	27.8%	8.2%	1.9%	0.0%
Pelo menos 1 mês, mas menos de 3 meses	25.5%	25.8%	3.8%	0.0%
Pelo menos 3 meses, mas menos de 6 meses	16.0%	25.8%	20.8%	20.0%
Pelo menos 6 meses, mas menos de 1 ano	7.2%	16.4%	28.3%	20.0%
Mais de 1 ano	4.9%	19.1%	37.7%	60.0%
Sem informação	3.4%	2.1%	5.7%	0.0%

Base: Total de inquiridos (n=751)

Figura 29 - Relação entre poupança realizada no último ano e capacidade de sobrevivência



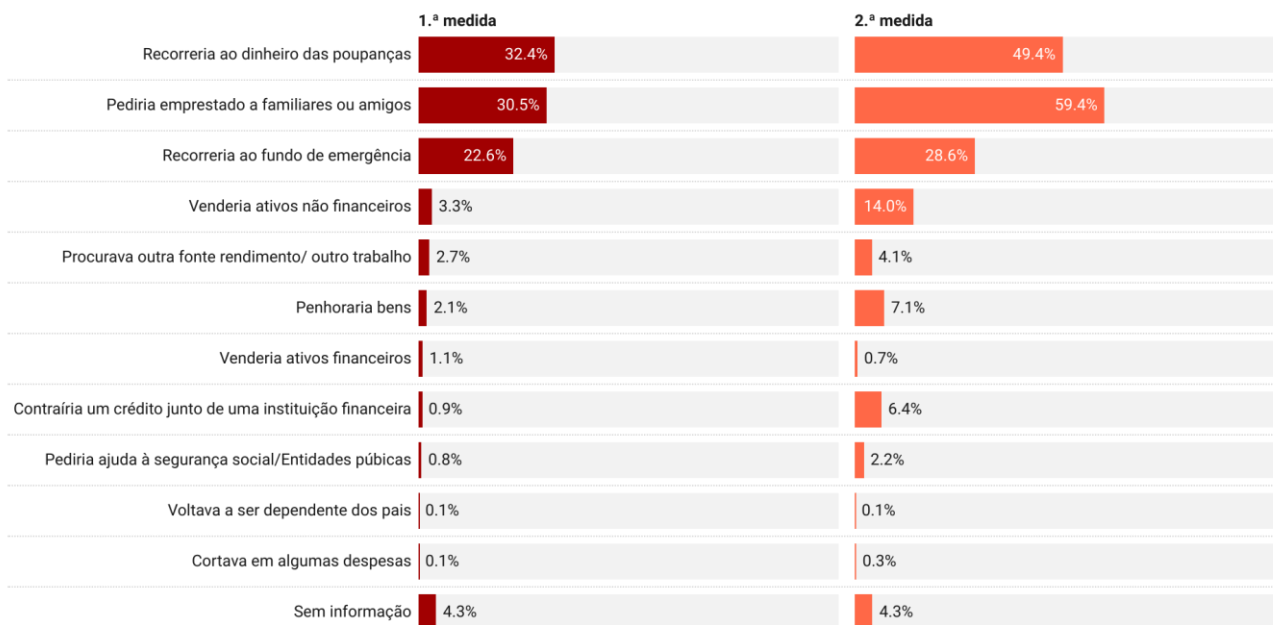
Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.1.9. Estratégia perante a perda da principal fonte de rendimento

Num cenário de eventual perda da principal fonte de rendimento, e para fazer face às despesas, a maioria dos entrevistados (61,6%) tenderia a recorrer, numa primeira instância, aos recursos financeiros já disponíveis, nomeadamente a poupanças monetárias acumuladas (32,4%) ou a fundo de emergência previamente constituído (22,6%). Uma parte ainda significativa dos entrevistados, optaria ainda pela solicitação de empréstimos junto de familiares ou amigos (30,5%). A conjugação das duas primeiras medidas previsivelmente a adotar para fazer frente a uma eventual perda da principal fonte de rendimento, tende sobretudo a resultar na intensificação quer do recurso à poupança acumulada quer da solicitação de apoio financeiro junto das

pessoas mais próximas. Em todo o caso, é esta última estratégia que se assume como a medida mais preconizada (59,4%) (Figura 30).

*Figura 30 - Estratégias para fazer face à perda da principal fonte de rendimento*

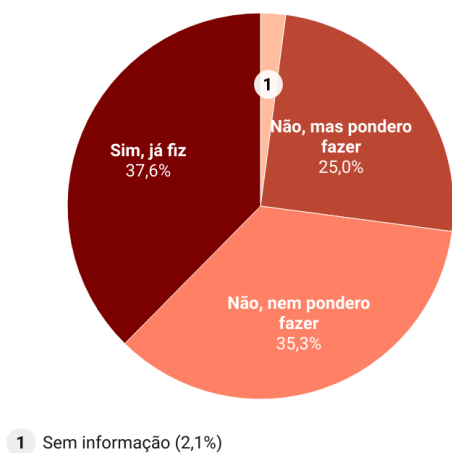


*Base: Total de inquiridos (n=751)*

### **3.1.10. Planeamento da reforma**

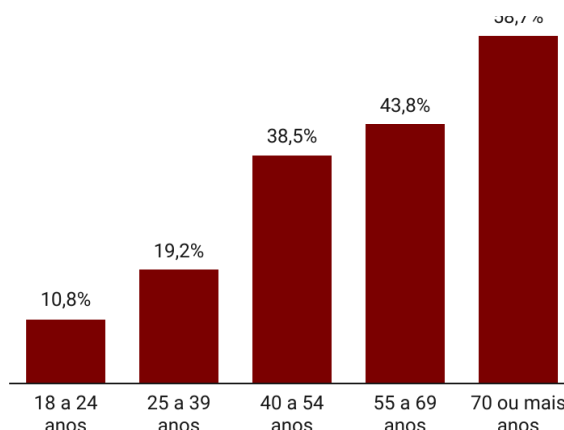
Quando questionados sobre o planeamento financeiro para a reforma, 62,6% de entrevistados afirmam que já fizeram ou ponderam vir a fazer algum tipo de planeamento (Figura 31). A concretização efetiva de um plano para a reforma aumenta à medida que aumenta a idade dos indivíduos, acentuando-se sobretudo a partir dos 40 anos (Figura 32). No entanto, 35,3% afirmaram que não fizeram nem ponderam vir a fazer nenhum plano para esta fase da vida. Este desinteresse surge especialmente acentuado junto dos entrevistados com 55 a 69 anos (48,3%) e representantes de agregados com rendimento mensal inferior a 1 000€ (45,3%) (Figura 33).

Figura 31- Planeamento da reforma



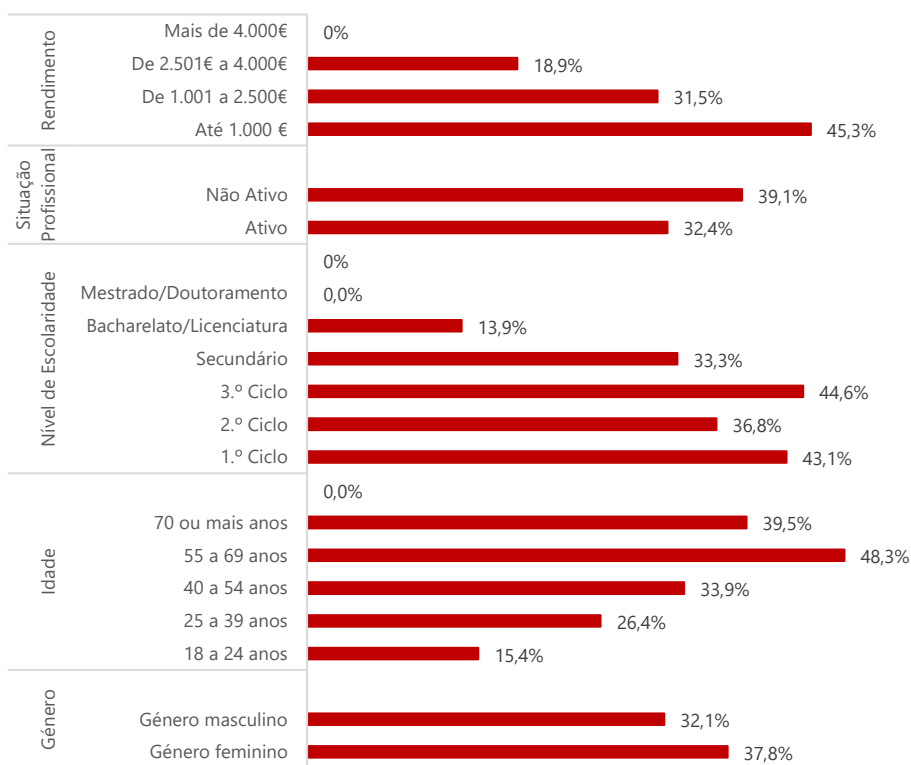
Base: Total de inquiridos (n=751)

Figura 32- Indivíduos que já realizaram planeamento da reforma, por faixa etária



Base: Total de inquiridos (n=282)

Figura 33 - Demografia dos indivíduos que não fazem planeamento para a reforma



■ Não fizeram nem pensam vir a fazer planeamento da reforma

Base: Total de inquiridos (n=282)

No caso dos entrevistados que já fizeram, ou que ponderam vir a fazer, planeamento da reforma existe alguma moderação na explicitação da confiança sentida sobre esse mesmo planeamento: 43,6% sentem confiança na sua estratégia, enquanto 37,0% referem-se como pouco confiantes (Figura 34). Nos polos

extremos, os pessimistas (*i.e.*, os nada confiantes) sobrepõem-se de forma clara aos otimistas (muito ou totalmente confiantes), representando 14,5% e 4,0%, respetivamente). A pouca, ou nenhuma, confiança sobre aquilo que se planeou ou se pensa vir a planear em termos de reforma é sobretudo evidente nos segmentos etários mais jovens: 18 a 24 anos (66,0%); 25 a 39 anos (57,4%) (Figura 35).

Figura 34 - Nível de confiança no planeamento da reforma

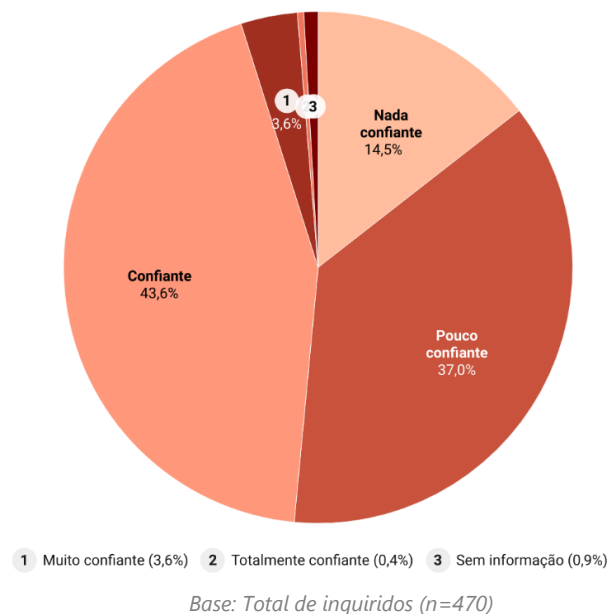
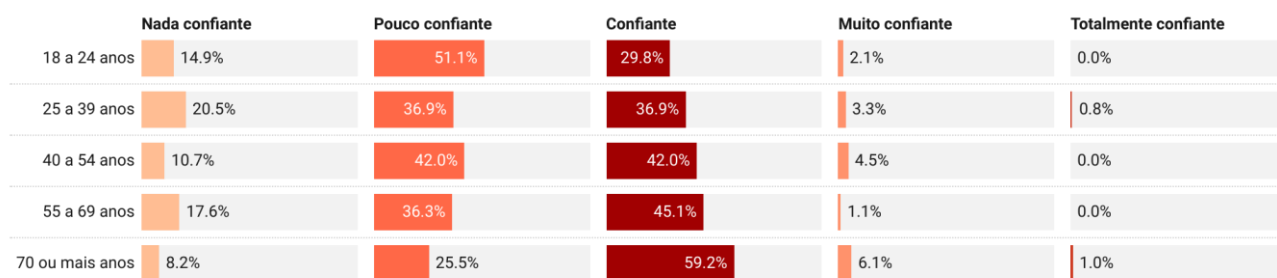


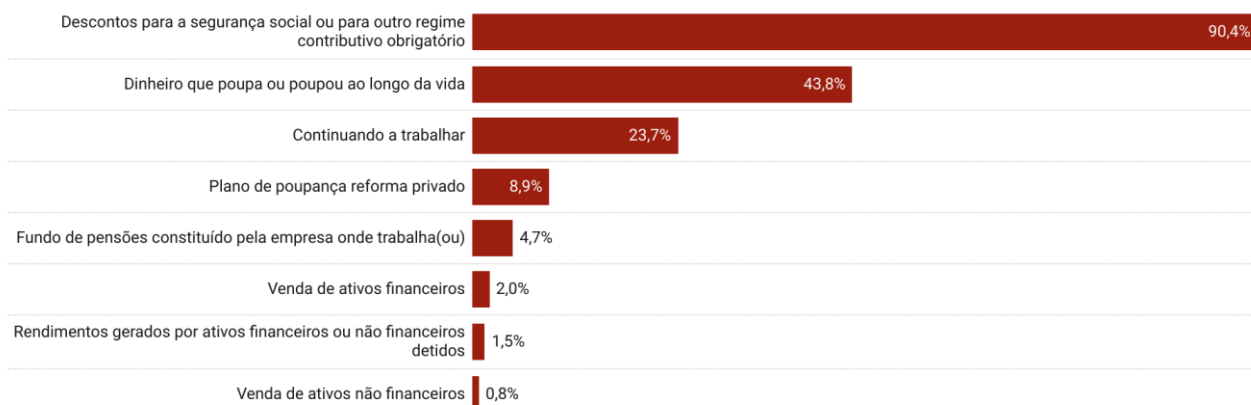
Figura 35- Nível de confiança no planeamento da reforma



### 3.1.11. Financiamento da reforma

A grande maioria dos entrevistados (90,4%) afirma que irá financiar a sua reforma através dos descontos para a segurança social ou outro regime contributivo obrigatório (Figura 36). No entanto, e ainda com alguma expressividade, 43,8% pretendem recorrer a dinheiro poupado e 23,7% referem que irão continuar a trabalhar. Ambas as hipóteses são mencionadas por pessoas principalmente com idade inferior a 55 anos, representando 50% e 36,2% dos casos. Apenas em 8,9% dos casos é referido o recurso a um plano de poupança reforma privado.

Figura 36 - Formas de financiamento da reforma

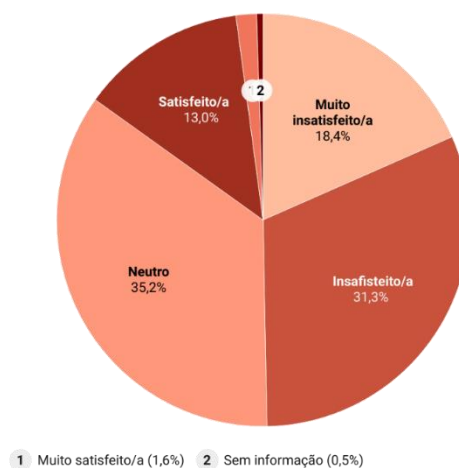


Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.1.12. Bem-estar financeiro

Na amostra selecionada, destaca-se o sentimento de insatisfação face ao seu atual *status* financeiro (49,7% dos casos totais), sendo que 18,4% radicalizam o estado de espírito negativo (Figura 37). Para além disso, 35,2% assumem neutralidade nesta matéria, não expressando nem satisfação nem insatisfação. Por outro lado, apenas 14,6% afirmam estar satisfeitos, enquanto um número reduzido, 1,6%, relata um nível elevado de satisfação.

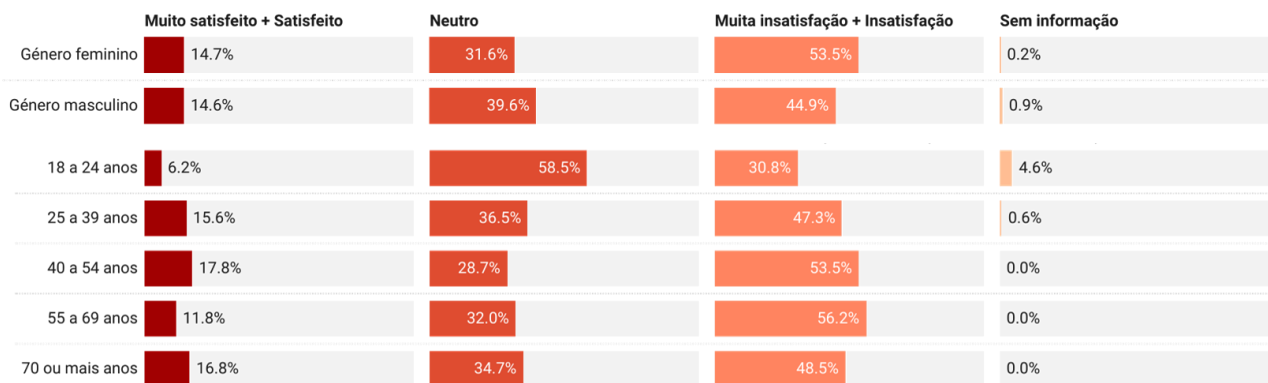
Figura 37 - Nível de satisfação face ao bem-estar financeiro



Base: Total de inquiridos (n=751)

Do ponto de vista demográfico, as mulheres demonstram maior insatisfação com a sua situação financeira do que os homens (53,5% vs. 44,9%). O sentimento de insatisfação é mais evidente entre os entrevistados na faixa etária entre os 40 e os 69 anos, enquanto os jovens de 18 a 24 anos são o único grupo onde a neutralidade supera a insatisfação. Relativamente ao sentimento de satisfação, existe alguma variação entre os grupos etários, sendo o valor mais baixo observado entre os jovens de 18 a 24 anos (6,2%), e o mais elevado no segmento dos 40 aos 54 anos (17,8%) (Figura 38).

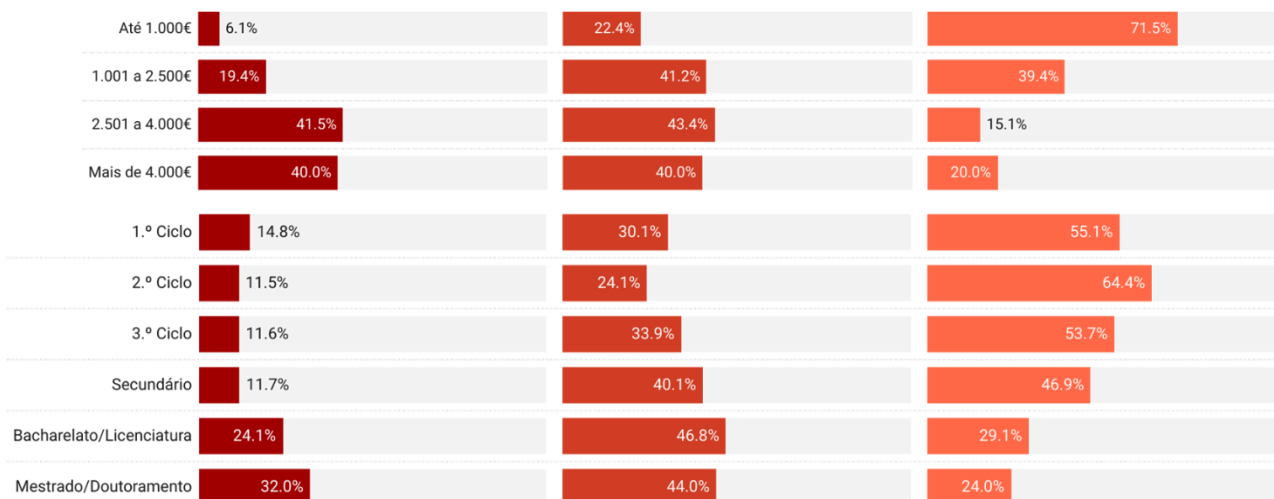
*Figura 38 - Nível de satisfação face ao bem-estar financeiro por género e por faixa etária*



Base: Total de inquiridos (n=751)

O sentimento de insatisfação com a situação financeira é predominante entre os entrevistados com escolaridade até ao 3.º ciclo. Por outro lado, entre os que possuem formação superior, a neutralidade é a posição mais comum, destacando-se que, no grupo de mestres e doutorados, existem mais satisfeitos do que insatisfeitos - o único caso dentro desta variável. Para além disso, verifica-se uma relação direta entre bem-estar financeiro e rendimento familiar: quanto menor o rendimento, maior a insatisfação (e vice-versa) (Figura 39).

*Figura 39 - Nível de satisfação face ao bem-estar financeiro por rendimento médio mensal e nível de habilitações académicas*



Base: Total de inquiridos (n=751)

## 3.2. Escolha e gestão de produtos financeiros

### 3.2.1 Património imobiliário

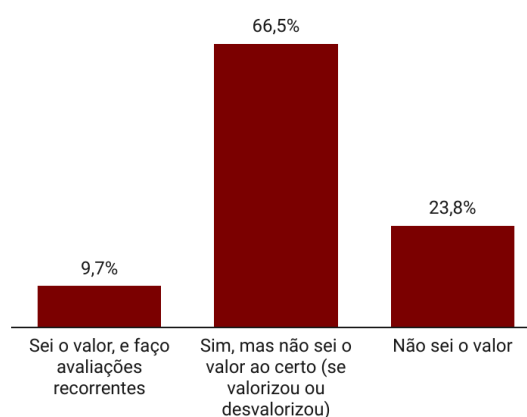
Quando questionados sobre o valor do seu património imobiliário, pouco mais de um terço dos entrevistados (35,8%) declarou ser proprietário de imóveis (Figura 40). Entre estes, a maioria (76,2%) afirma ter conhecimento sobre o valor do seu património, embora apenas 9,7% o saibam de forma exata e atualizada, por meio de avaliações recorrentes (Figura 41).

Figura 40 - Detentores de património imobiliário



Base: Total de inquiridos (n=751)

Figura 41 - Conhecimento do valor do património imobiliário

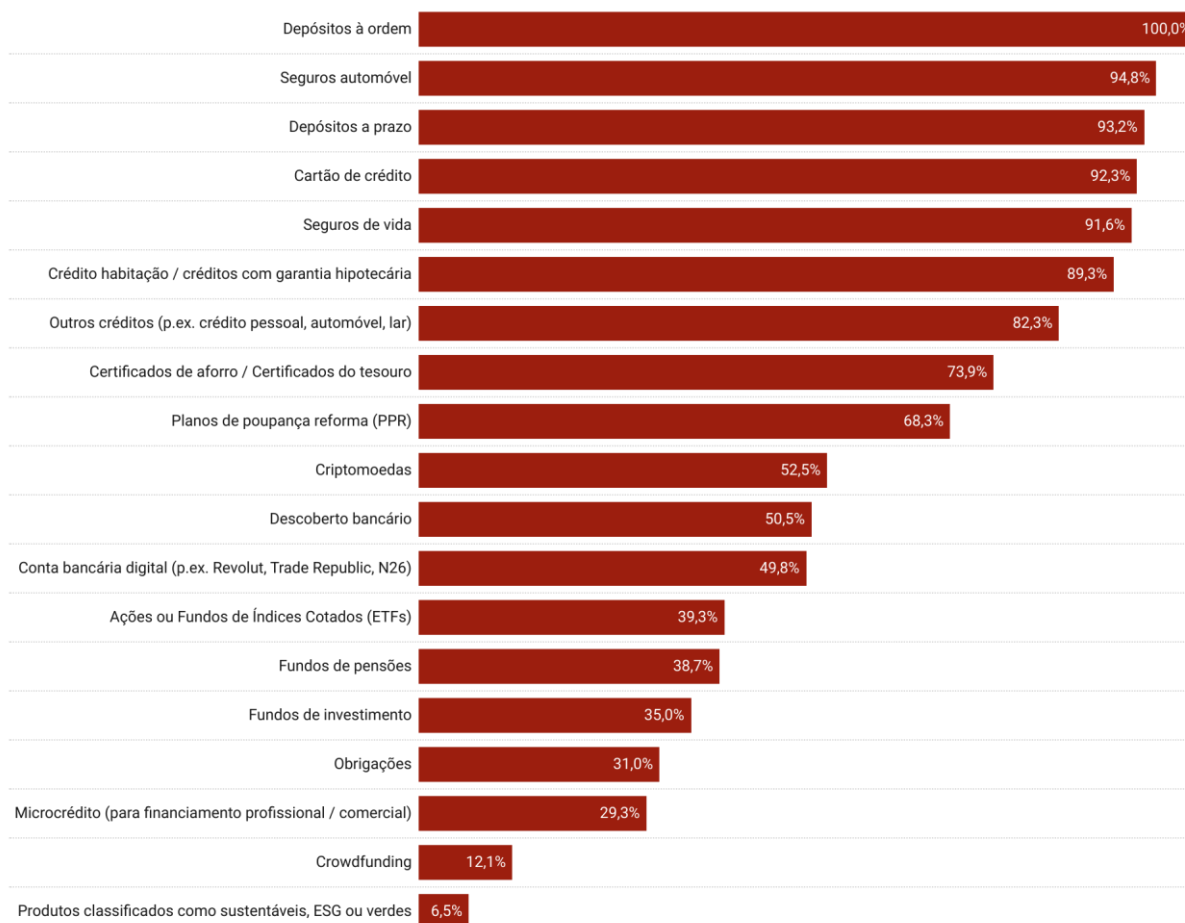


Base: Total de inquiridos (n=269)

### 3.2.2. Notoriedade de produtos financeiros

Em termos de notoriedade dos produtos financeiros, a conta de depósitos à ordem é a única que possui um reconhecimento total. No entanto, outros quatro produtos atingem um nível de reconhecimento superior a 90%: seguro automóvel, conta de depósitos a prazo, cartão de crédito e seguros de vida. Num polo oposto, os produtos financeiros menos conhecidos são o *crowdfunding* (12,1%) e os produtos financeiros sustentáveis (e.g., ESG (*Environmental, Social, and Governance*) ou verdes (6,5%) (Figura 42).

*Figura 42 - Notoriedade de produtos financeiros*

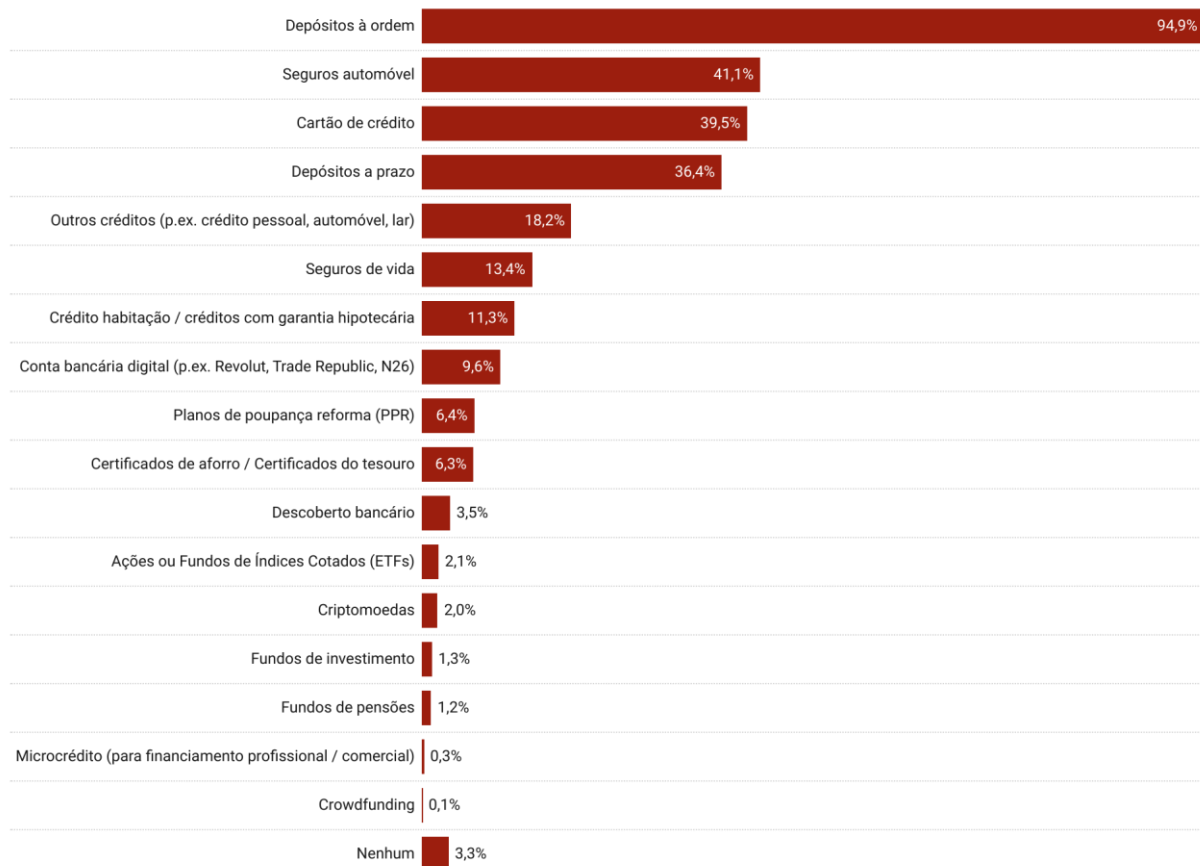


Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.2.3. Produtos financeiros detidos

Quando questionados sobre quais os produtos financeiros detidos, a generalidade dos entrevistados afirmaram possuir uma conta de depósitos à ordem (94,9%). Numa segunda linha surgem posicionados os seguros automóveis (41,1%), o cartão de crédito (39,5%) e as contas de depósitos a prazo (36,4%). Outros créditos (e.g., pessoal, automóvel, entre outros), seguros de vida e crédito à habitação ou créditos com garantia hipotecária, consistem nos restantes produtos que possuem uma penetração superior a 10%. No total da amostra, apenas 3,3% dos entrevistados afirmam não possuir qualquer produto financeiro (Figura 43).

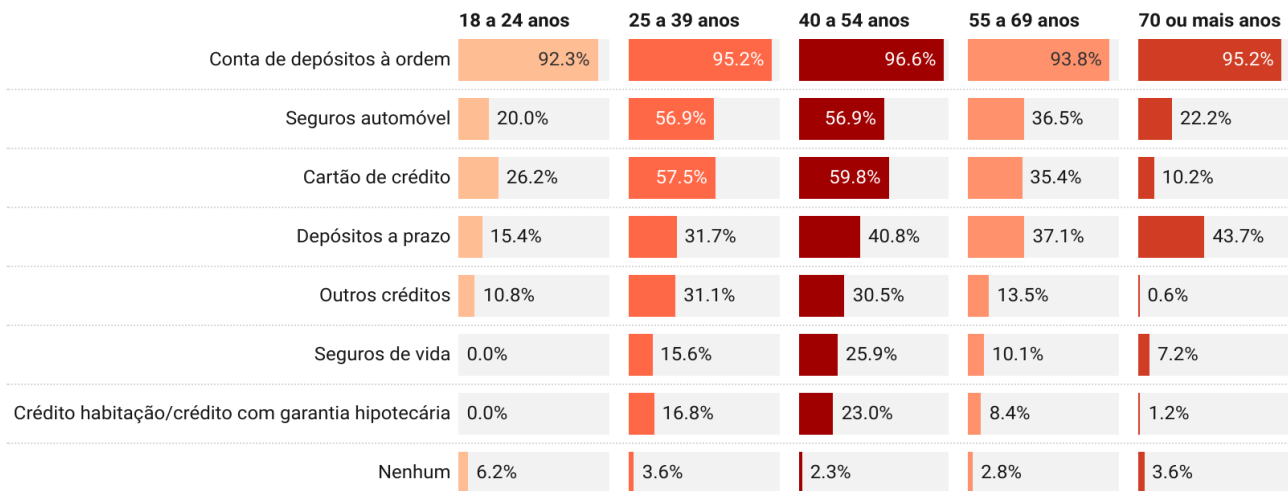
*Figura 43 - Produtos financeiros detidos*



*Base: Total de inquiridos (n=751)*

Na Figura 44, é possível analisar com maior detalhe as correlações existentes entre a faixa etária e os produtos financeiros detidos. Adicionalmente, foi possível aferir que é mais comum junto dos indivíduos mais jovens, entre os 25 e os 39 anos, deter: conta bancária digital (25,8%), Criptomoedas (6,0%), Ações/Fundos de Índices Cotados (ETFs) (4,2%), Microcrédito (0,6%) e *Crowdfunding* (0,6%). Numa outra perspetiva, junto de pessoas entre os 40 e os 54 anos, existe uma maior adesão aos Planos Poupança Reforma (PPRs) (10,9%), descobertos bancários (9,2%), Fundos de investimento (3,5%) e Fundos de pensões (2,9%). Por fim, em pessoas com 70 ou mais anos, os certificados de aforro e do tesouro consistem no produto financeiro mais detido (7,8%).

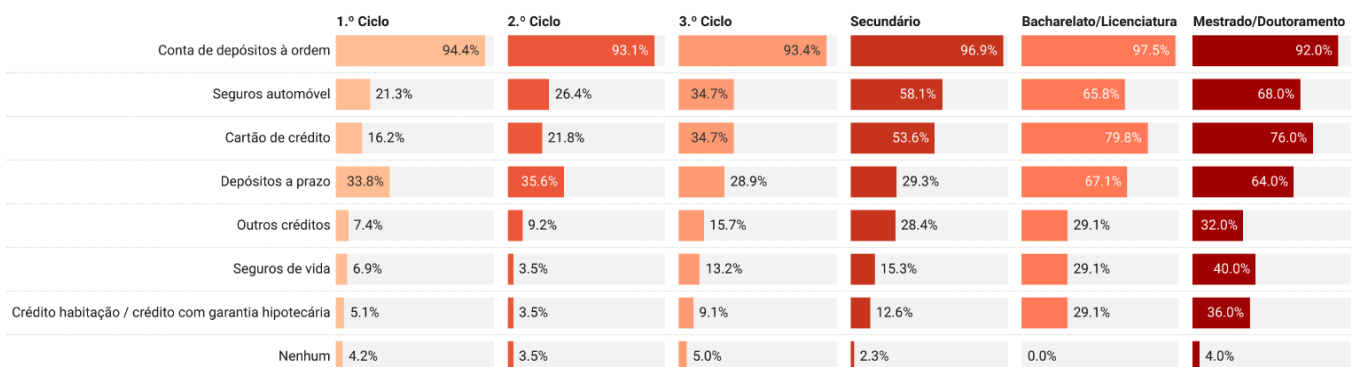
**Figura 44 - Principais produtos financeiros detidos por faixa etária**



Base: Total de inquiridos (n=751)

Na Figura 45, por sua vez, é possível analisar com maior detalhe as correlações existentes entre o nível de escolaridade e os produtos financeiros detidos. Nesta perspetiva, foi ainda possível perceber que é mais frequente nos indivíduos que possuem habilitações académicas ao nível de Bacharelato/Licenciatura deterem certificados de aforro/tesouro (21,5%) e *crowdfunding* (1,3%). Por outro lado, os indivíduos que possuem Mestrado/Doutoramento, é mais comum deterem conta bancária digital (40%), PPRs (36%), descobertos bancários (12%), ações / ETFs (32%), criptomoedas (20%), fundos de pensões (8%) e microcrédito (8%).

**Figura 45 - Principais produtos financeiros detidos por nível de escolaridade**

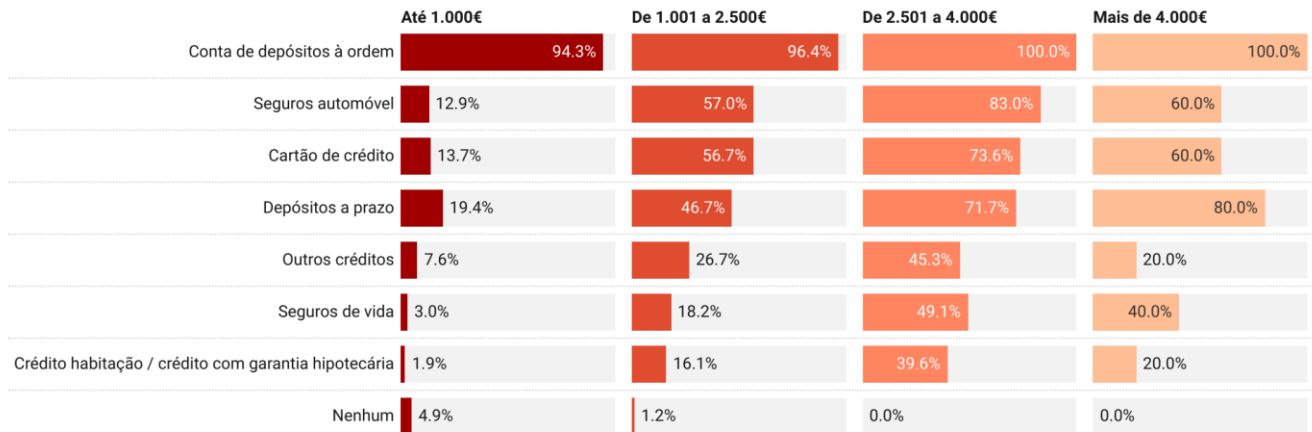


Base: Total de inquiridos (n=751)

Por fim, na Figura 46, é possível observar as correlações existentes entre os rendimentos mensais dos agregados e os produtos financeiros detidos. Adicionalmente, foi possível aferir picos de penetração nos restantes produtos financeiros. Em agregados familiares com rendimentos entre 2.500 e 4.000€ é mais comum

deter conta bancária digital (39,6%), fundo de pensões (20%) e microcrédito (3,8%). Por outro lado, em agregados familiares com rendimentos mensais superiores a 4.000€ é mais frequente PPRs (60%), certificados de aforro/ tesouro (60%), ações ou ETFs (60%), criptomoedas (20%), fundos de investimento (20%).

**Figura 46 - Produtos financeiros detidos por nível de rendimento mensal do agregado**

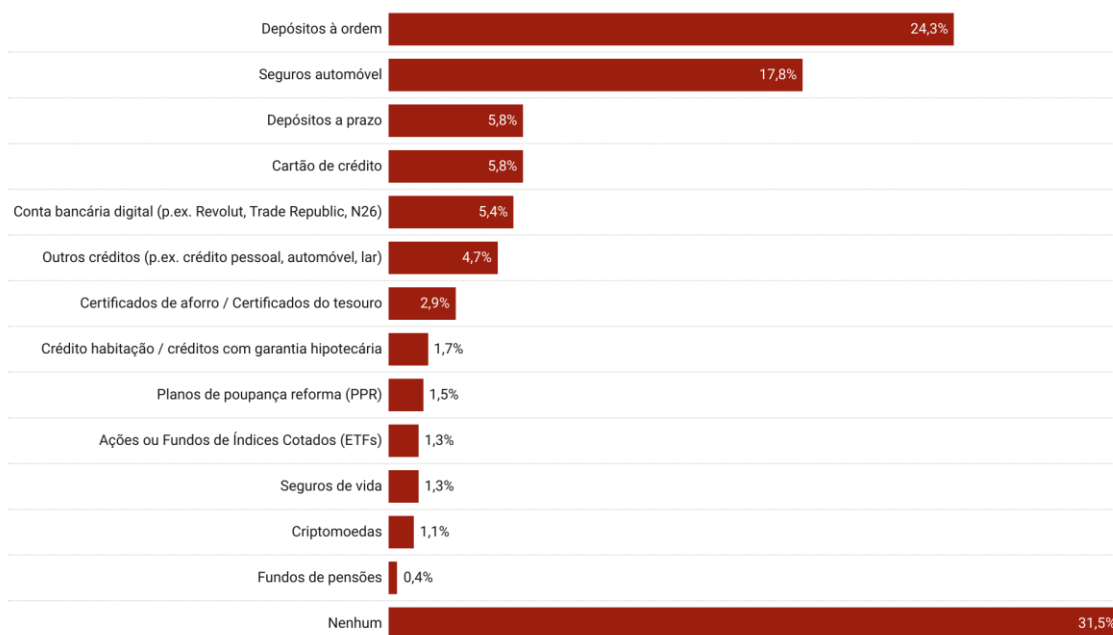


Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.2.4. Produtos financeiros recentemente adquiridos

As contas de depósitos à ordem consistem no produto financeiro que a maior proporção dos entrevistados refere ter contratado recentemente (24,3%), seguindo-se o seguro automóvel (17,8%). No entanto, quase 1/3 dos entrevistados afirmam não ter adquirido recentemente qualquer produto desta natureza (Figura 47).

**Figura 47 - Produtos financeiros recentemente adquiridos**

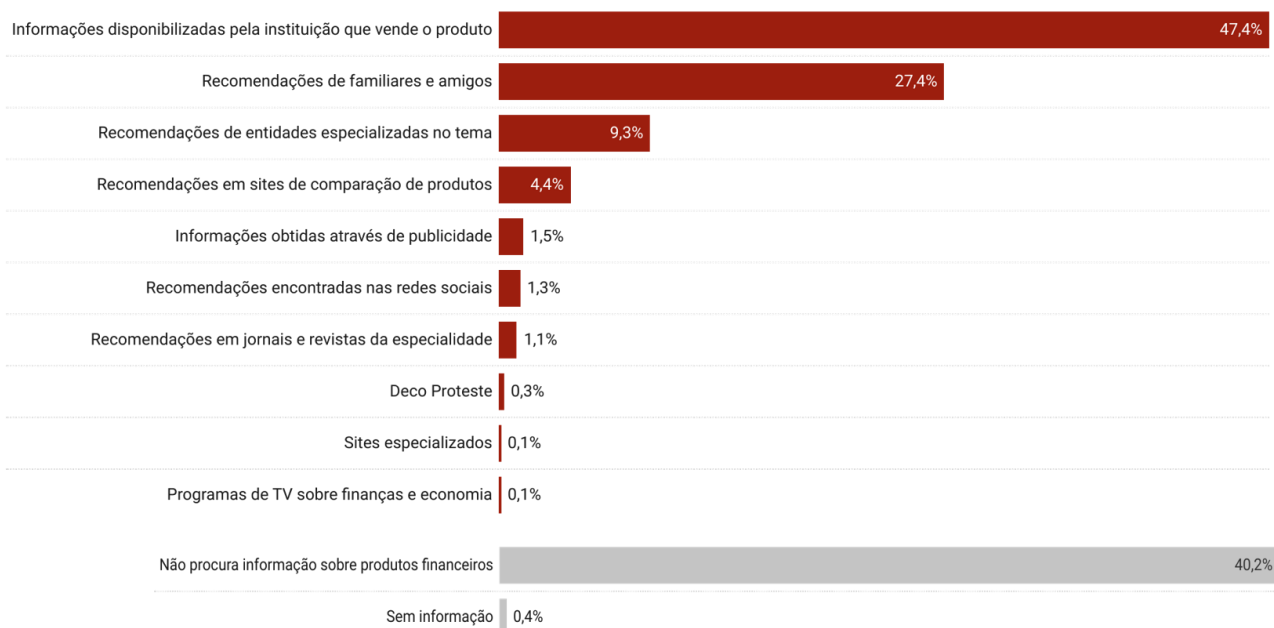


Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.2.5. Fontes de informação sobre produtos financeiros

Quando questionados sobre as fontes de informação que mais influenciam a escolha de um produto financeiro, 40,2% dos entrevistados afirmam, pura e simplesmente, não procurar informação neste domínio. Dos que procuram, 79,8% valorizam sobretudo a informação disponibilizada pela entidade vendedora e 46,2% ressaltam a importância de recomendações provenientes de familiares e amigos (Figura 48).

Figura 48 - Fontes de informação sobre produtos financeiros



Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.2.6. Valor dos ativos financeiros detidos

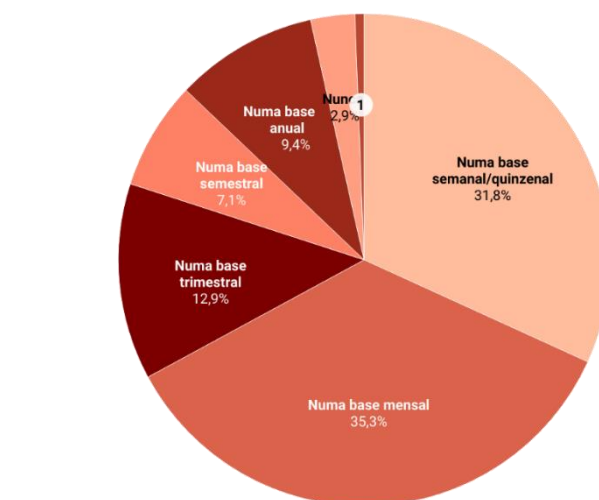
De entre os entrevistados que possuem, pelo menos, 1 produto financeiro, 41,0% não se perspetivam como sendo propriamente detentores de algum ativo financeiro (Figura 49). Nos casos em que se reconhece a posse, 47,4% afirmam conhecer o respetivo valor, integral ou parcialmente (28,7% e 18,7% respetivamente), e 67,1% referem acompanhar com frequência a evolução da respetiva rentabilidade numa base semanal ou quinzenal (31,8%) ou mensal (35,3%), sendo que apenas 2,9% referem não acompanhar a evolução de valor dos seus ativos. Contudo, 10,2% desconhecem totalmente o valor dos seus ativos financeiros (Figura 50).

**Figura 49 - Conhecimento do valor dos ativos financeiros detidos**



Base: Total de inquiridos (n=724)

**Figura 50 – Periodicidade da avaliação dos ativos financeiros detidos**



1 Sem informação (0,6%)

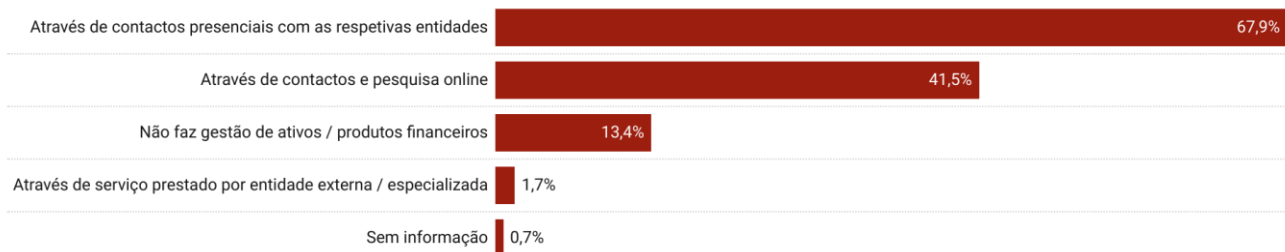
Base: Total de inquiridos (n=170)

### 3.2.7. Gestão dos ativos financeiros possuídos

Para realizar a gestão dos ativos financeiros detidos, o contacto presencial com as respetivas entidades (67,9%) consiste na forma privilegiada de se proceder à gestão dos ativos financeiros (Figura 51), principalmente no caso dos inquiridos com idade igual ou superior a 40 anos (Figura 52). Os contactos e a pesquisa online (41,5%) prefigura-se como a principal estratégia de 2.ª linha, assumindo contudo estatuto prioritário nos segmentos etários mais jovens, até aos 39 anos. Contudo, 13,4% reiteram que não realizam qualquer tipo de

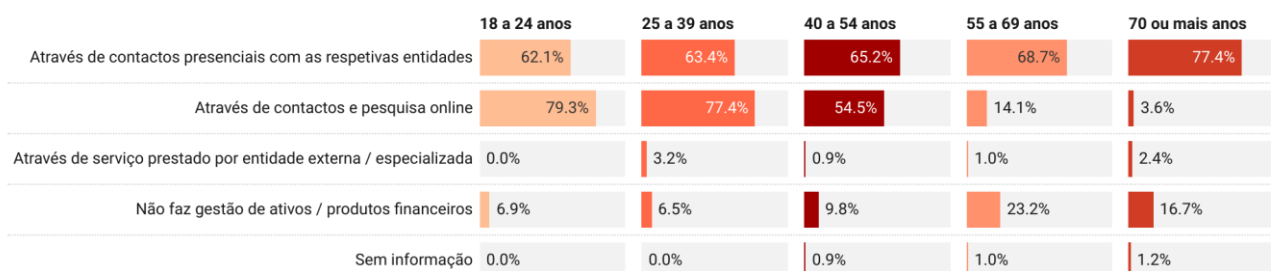
gestão dos respetivos ativos financeiros, afetando sobretudo os detentores de produtos que requerem práticas menos ativas de gestão (e.g., depósitos a prazo, cartão de crédito ou seguros).

**Figura 51 - Principais práticas de gestão de ativos financeiros**



Base: Total de inquiridos (n=417)

**Figura 52 - Principais práticas de gestão de ativos financeiros por faixa etária**

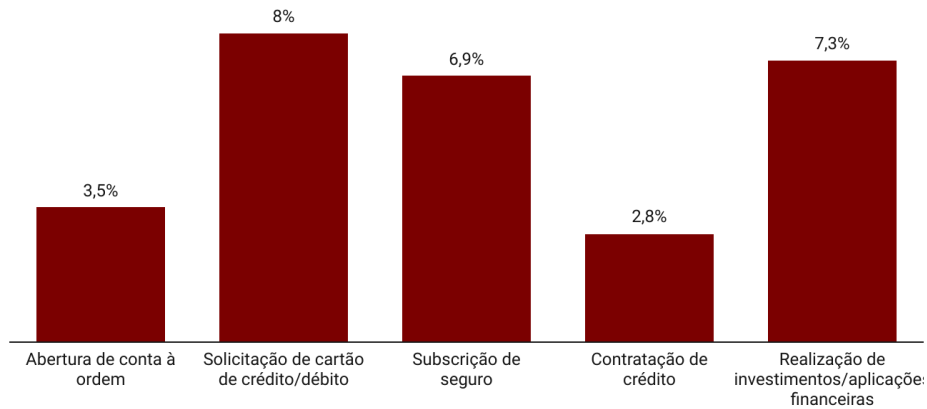


Base: Total de inquiridos (n=170)

### 3.2.8. Realização online de determinadas atividades

No que respeita à realização de determinadas atividades financeiras online esta é uma prática ainda escassa entre os entrevistados. Solicitação de cartão bancário, realização de investimentos ou aplicações financeiras e subscrição de um seguro, destacam-se como sendo as atividades mais comuns, mesmo não totalizando 10% do total de inquiridos (Figura 53).

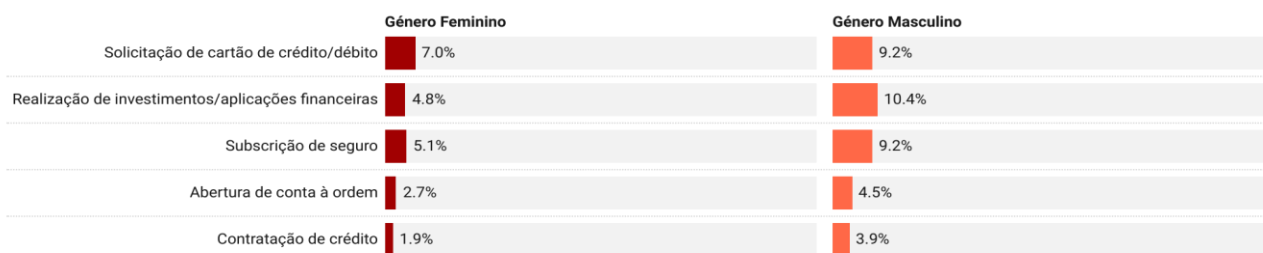
**Figura 53 - Realização de atividades financeiras online**



Base: Total de inquiridos (n=751)

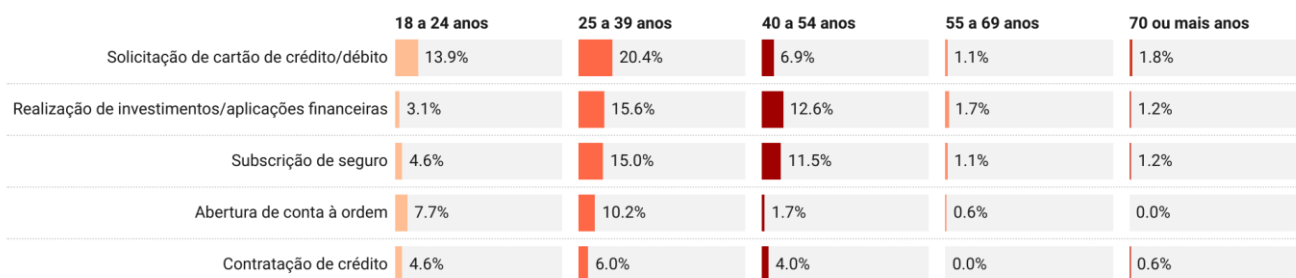
Quando analisadas as características demográficas dos entrevistados nesta temática, foi possível aferir que os homens tendem a recorrer mais ao meio digital para realização de atividades financeiras (Figura 54), e é no segmento de 25 a 39 anos que se observa a maior apetência para recurso ao online (Figura 55). Esta tendência é também observável nos entrevistados com formação superior que afirmam recorrer com alguma expressão aos canais digitais para realizar investimentos ou aplicações financeiras, solicitação de um cartão bancário e para subscrição de um seguro (Figura 56).

**Figura 54 - Realização de atividades financeiras online por género**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 55 - Realização de atividades financeiras online por faixa etária**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 56 - Realização de atividades financeiras online por nível de escolaridade**

	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Bacharelato/ Licenciatura	Mestrado/ Doutoramento
Solicitação de cartão de crédito/débito	0.9%	1.2%	1.7%	12.6%	24.1%	32.0%
Realização de investimentos/aplicações financeiras	0.0%	0.0%	0.0%	7.2%	32.9%	52.0%
Subscrição de seguro	0.5%	4.6%	4.1%	7.2%	22.8%	32.0%
Abertura de conta à ordem	0.0%	0.0%	0.0%	5.0%	13.9%	16.0%
Contratação de crédito	0.0%	0.0%	1.7%	2.7%	12.7%	12.0%

Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.2.9. Frequência de realização online de determinadas operações

Quase metade dos entrevistados realizam pagamentos ou transferências (46,6%) e consultam movimentos bancários (45,1%) através dos canais digitais com grande regularidade, 38,6% realizam compras de bens e serviços (*e-commerce*) e 25,4% fazem a gestão online dos seus produtos financeiros (Figura 57).

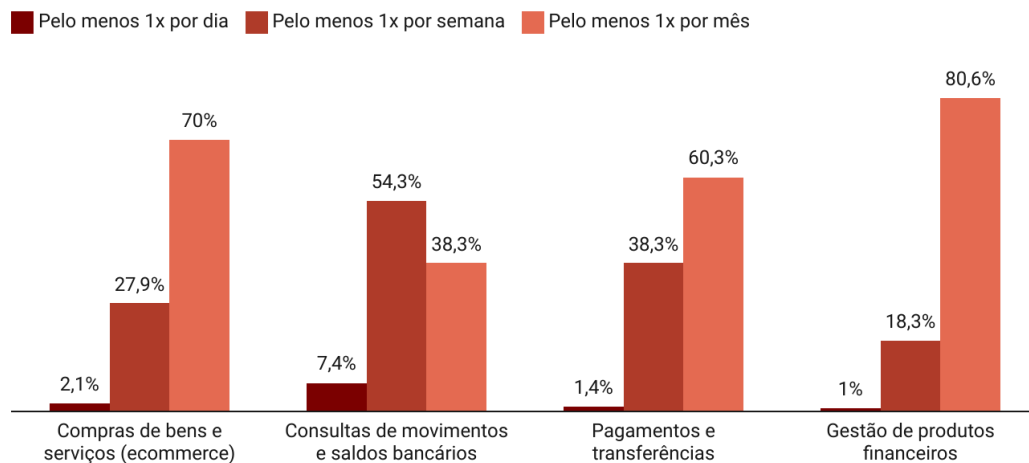
**Figura 57 - Realização online de atividades**



Base: Total de inquiridos (n=751)

No contexto das operações online avaliadas, as consultas de movimentos e/ou saldos e os pagamentos e transferências para além de realizadas por mais cidadãos são também as concretizadas com maior regularidade/periodicidade (Figura 58).

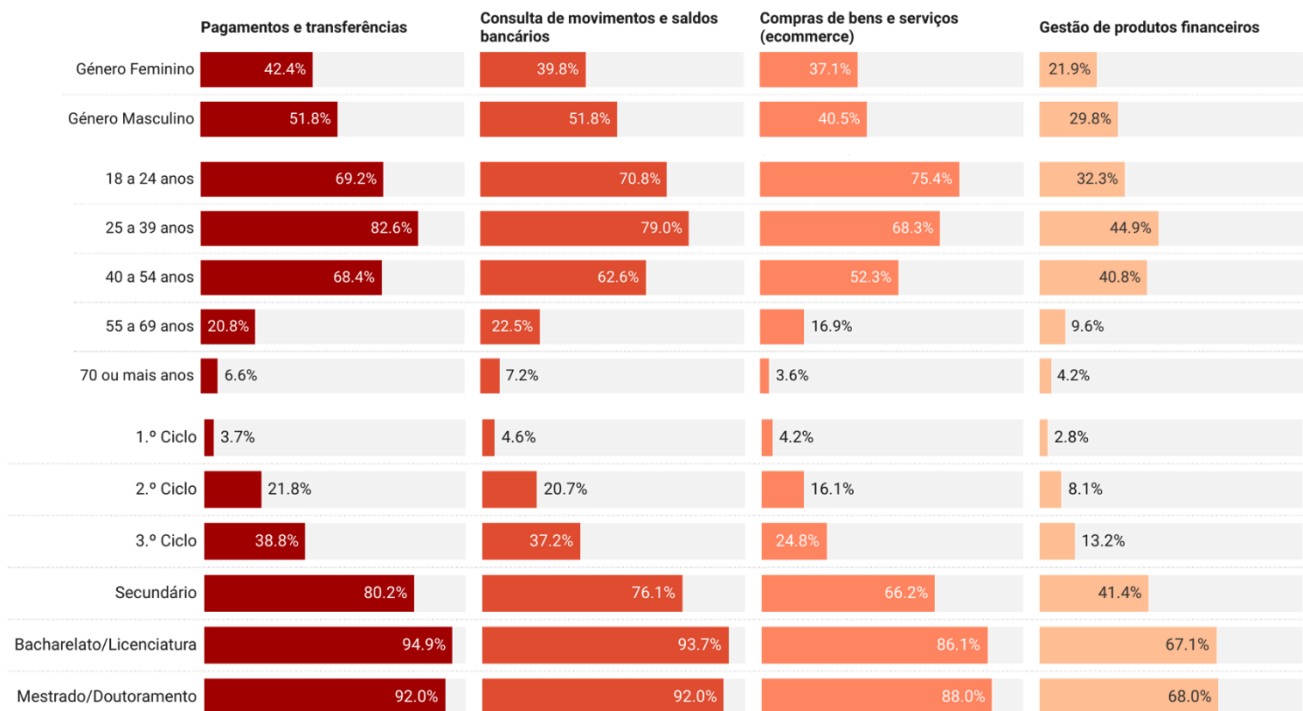
**Figura 58 - Periodicidade da realização da atividade online**



Base: Total de inquiridos que realizam a atividade online: e-commerce (n=290), pagamentos/transferências (n=339); consultas de saldos/movimentos (n=350), Gestão de produtos financeiros (n=191)

Relativamente à demografia dos entrevistados na realização de atividades online, é possível perceber que todas as atividades online são, maioritariamente, mais realizadas por homens. Até aos 54 anos de idade, e sobretudo na faixa etária dos 25 a 39 anos, existe uma tendência maioritária para a generalidade das atividades (com exceção da gestão de produtos financeiros) serem realizadas digitalmente. O recurso ao meio digital tende a assumir-se como prática predominante junto de quem é detentor, pelo menos, do nível secundário de instrução (Figura 59).

**Figura 59 - Realização de atividades online por género, faixa etária e nível de escolaridade**

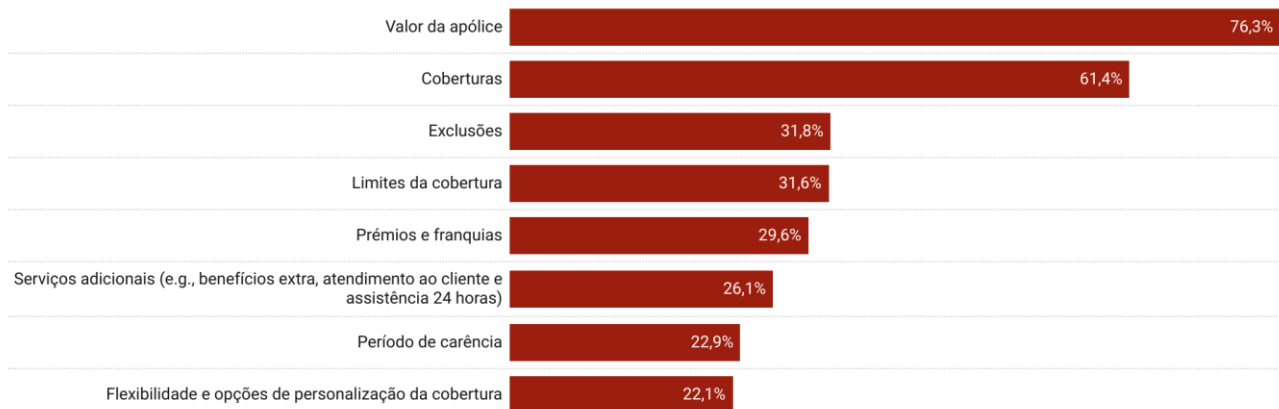


Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.2.10. Critérios de escolha de um seguro

Quando questionados sobre os critérios que influenciam a escolha no momento de subscrição de um seguro, o valor *per si* da apólice (76,3%) e as coberturas (61,4%) destacam-se como os fatores predominantes na escolha do seguro, independentemente da sua natureza (Figura 60).

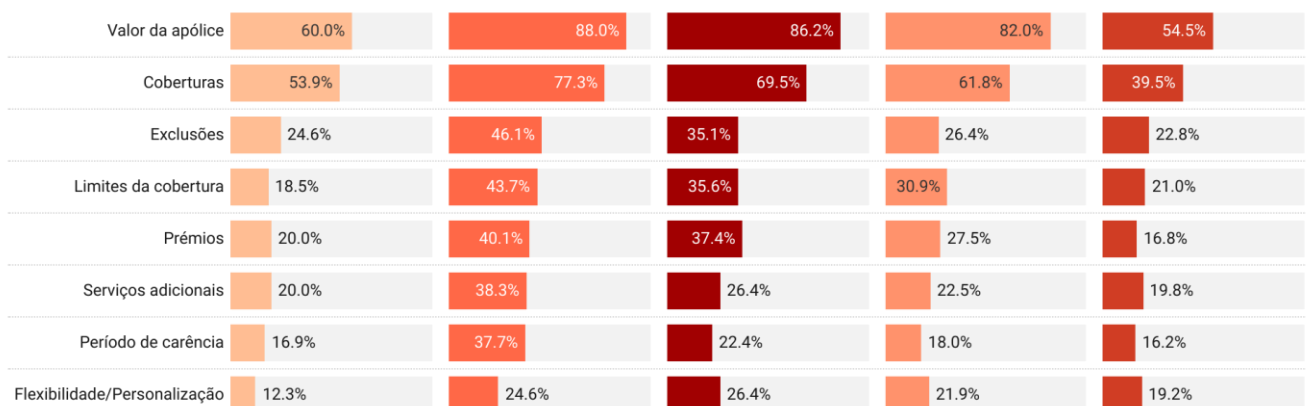
**Figura 60 - Critérios na escolha de um seguro**



Base: Total de inquiridos (n=751)

No entanto, entre os 25 e os 54 anos existe uma tendência para na escolha de um seguro se ponderar um conjunto mais alargado de fatores, tais como as exclusões, limites da cobertura, prémios e serviços adicionais (Figura 61). Nos inquiridos com nível de escolaridade inferior ao ensino secundário, a escolha de um seguro surge excessivamente decorrente do valor da apólice, numa primeira instância, e das coberturas, numa segunda (Figura 62).

**Figura 61 - Critérios na escolha de um seguro, por faixa etária**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 62 - Critérios na escolha de um seguro, por nível de escolaridade**

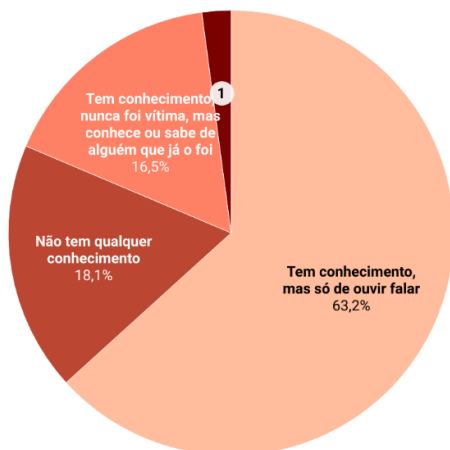
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Bacharelato/Licenciatura	Mestrado/Doutoramento
Valor da apólice	59.7%	82.8%	74.4%	84.2%	91.1%	92.0%
Coberturas	38.9%	62.1%	57.0%	73.4%	88.6%	84.0%
Exclusões	22.2%	17.2%	26.5%	42.8%	45.6%	52.0%
Limites da cobertura	23.6%	25.3%	28.1%	39.6%	41.8%	36.0%
Prémios	18.1%	26.4%	28.9%	39.2%	32.9%	48.0%
Serviços adicionais	20.4%	12.6%	25.6%	32.9%	36.7%	32.0%
Período de carência	15.3%	21.8%	16.5%	30.6%	31.7%	28.0%
Flexibilidade/Personalização	22.2%	13.8%	21.5%	25.2%	22.8%	24.0%

Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.2.11. Práticas fraudulentas em produtos financeiros

No que concerne a práticas fraudulentas em produtos financeiros, 81,9% dos entrevistados afirmam ter conhecimento da sua existência, e 18,6% conhecem uma vítima em concreto (Figura 63). Ainda assim, apenas 9,9% dos inquiridos adotam uma estratégia preventiva de práticas fraudulentas (Figura 64). Entre as práticas mais utilizadas como mecanismo de prevenção destaca-se a não abertura de *links* e emails duvidosos (41,9%) e não dar sequência a SMS ou telefonemas que suscitam desconfiança (25,7%).

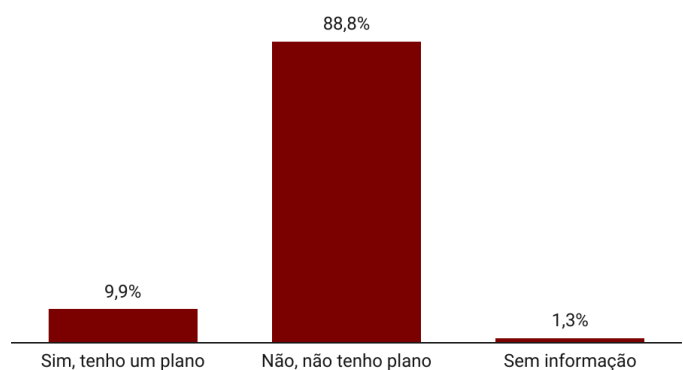
**Figura 63 - Conhecimento de práticas fraudulentas em produtos financeiros**



1 Tem conhecimento e já foi vítima (2,1%)

Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 64 - Existência de um plano de prevenção contra práticas fraudulentas**



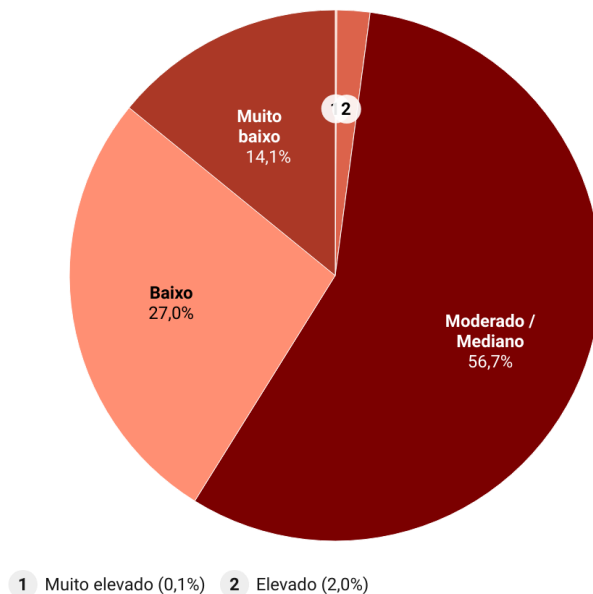
Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.3. Compreensão financeira

#### 3.3.1. Avaliação dos conhecimentos detidos

A maioria dos entrevistados (56,7%) considera ter um nível de conhecimento financeiro moderado ou mediano, enquanto 41,1% se veem como pouco ou nada conhecedores nesta área. Em contraste, apenas 2,1% se autoavaliam como tendo um conhecimento financeiro elevado ou muito elevado (Figura 65).

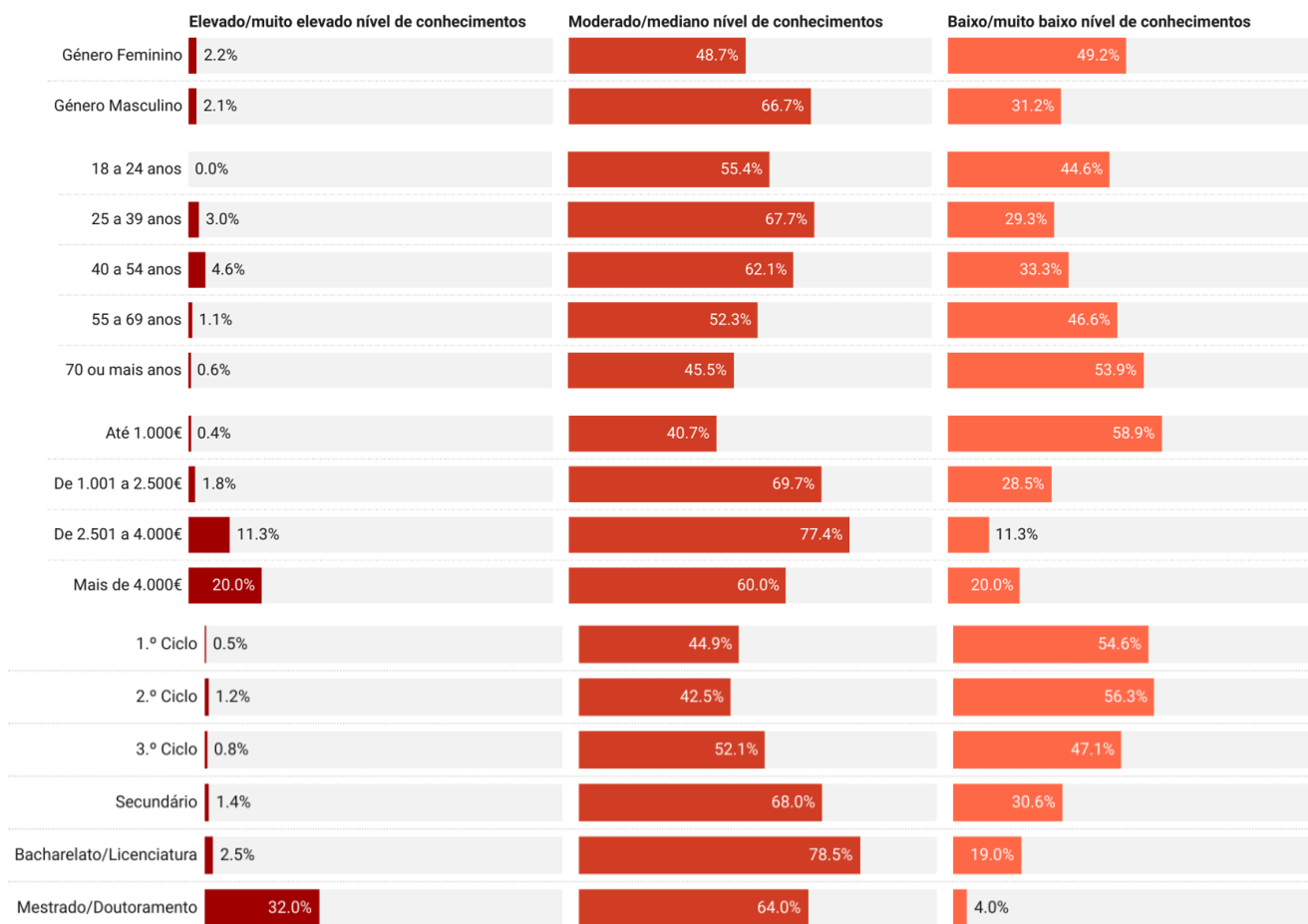
Figura 65 - Auto-avaliação do nível de conhecimentos financeiros



Base: Total de inquiridos (n=751)

As mulheres apresentam uma maior incidência de casos em que assumem um baixo ou muito baixo nível de conhecimentos financeiros (49,2%). Já entre os 25 e os 54 anos, verifica-se uma melhor autoavaliação nessa matéria, ainda que predominantemente associada a um nível moderado ou mediano. Para além disso, existe uma clara tendência para o nível de conhecimentos financeiros assumido se elevar à medida que aumenta o grau de instrução detido e o valor do rendimento familiar mensal. Contudo, a identificação de um nível elevado ou muito elevado de conhecimentos financeiros apenas ganha expressão acima dos 20% junto dos entrevistados que possuem mestrado ou doutoramento e de quem integra agregados com rendimento mensal superior a 4.000€ (Figura 66).

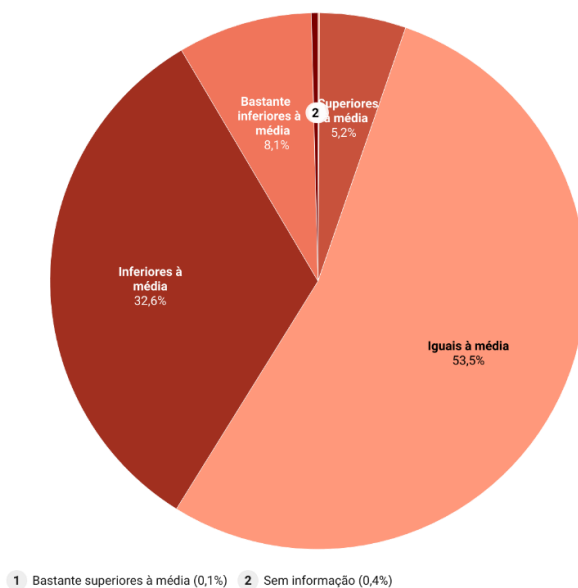
**Figura 66 - Auto-avaliação do nível de conhecimentos financeiros por características demográficas**



Base: Total de inquiridos (n=751)

Um pouco mais de metade dos entrevistados (53,5%) considera dispor de um nível de conhecimentos financeiros equiparado ao que se pensa ser o da média da população portuguesa. Mas também neste caso, as opiniões de sinal tendencialmente negativo (conhecimento inferior e muito inferior à média - 40,7%) sobrepõem-se com clareza às opiniões positivas (conhecimento superior e muito superior à média - 5,3%) (Figura 67).

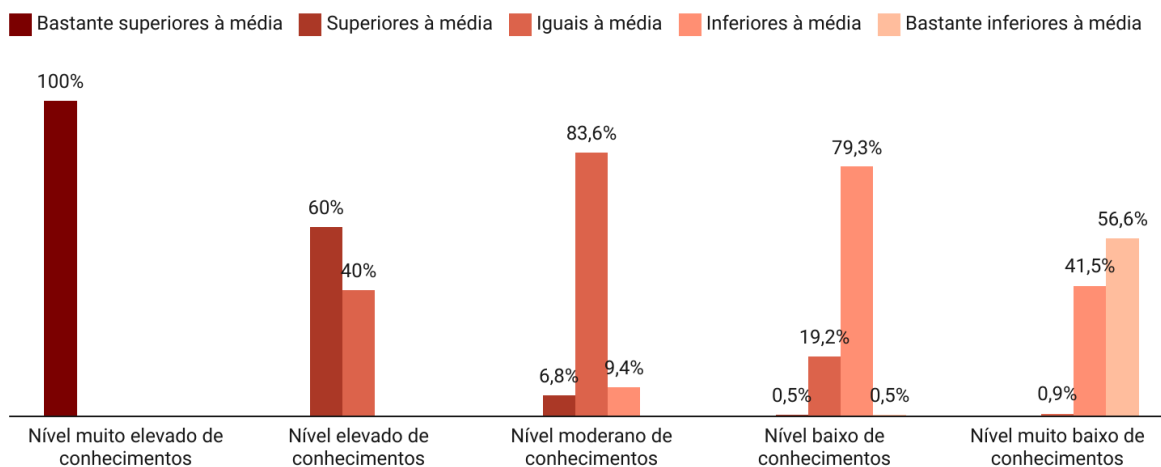
**Figura 67 - Auto-avaliação de conhecimentos financeiros em comparação com a média nacional**



Base: Total de inquiridos (n=751)

Os inquiridos tendem a estabelecer uma forte relação entre o nível de conhecimentos financeiros que assumem ter e o patamar onde o integram no contexto do conhecimento geral associado à população portuguesa. Em todo o caso, e curiosamente: 40% dos entrevistados que sentem ter um nível elevado de conhecimentos posicionam-se em termos nacionais apenas numa posição de mediania; e 41,5% dos inquiridos assumidamente muito pouco conhecedores nesta matéria não se veem, contudo, como excessivamente inferiores àquilo que estimam ser a média nacional (Figura 68).

**Figura 68 - Relação entre a percepção do nível de conhecimentos e o posicionamento fase à média nacional**



Base: Total de inquiridos (n=751)

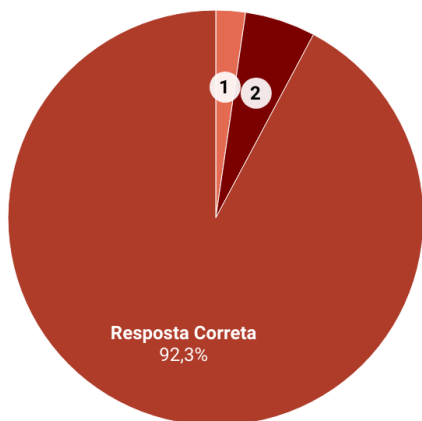
### 3.3.2. Exercícios de literacia financeira

Com o intuito de aferir os conhecimentos financeiros dos portuenses, foram colocadas sete questões de escolha múltipla e de resposta aberta. As primeiras cinco, permitem aferir a numeracia financeira, envolvendo a realização de cálculos numéricos simples, e as duas questões seguintes permitem avaliar a capacidade do entrevistado interpretar um extrato bancário. Com o intuito de potenciar uma análise detalhada sobre as respostas obtidas, será apresentado o exercício, as respostas e informação demográfica dos entrevistados consoante a resposta.

#### 1) *Imagine que 4 amigos jogaram, em conjunto, no Euromilhões e ganharam um prémio de 2.000 euros. Esse valor é distribuído equitativamente por todos. Quanto dinheiro cabe a cada um?*

A grande maioria dos entrevistados (92,3%) resolveu corretamente o exercício (Figura 69). Os inquiridos com 70 ou mais anos (83,8%) e com apenas o 1.º ciclo de escolaridade (81,9%) correspondem aos segmentos com menor nível de acerto na resposta (Figura 70).

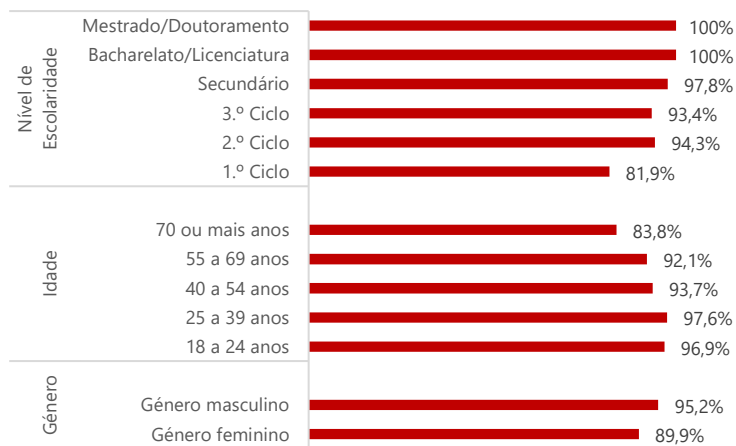
Figura 69 - Resultados do exercício 1



1 Resposta Errada (2,3%)    2 Não sabe/Não responde

Base: Total de inquiridos (n=751)

Figura 70 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente ao exercício 1



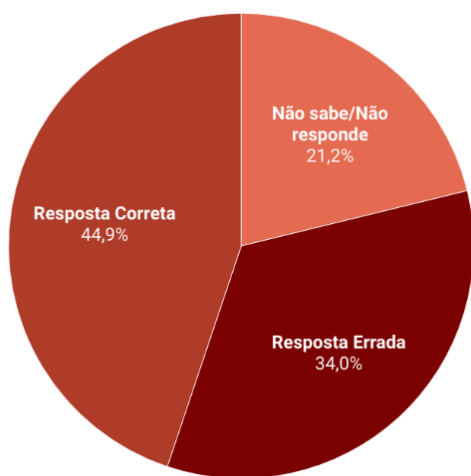
■ Resposta correta ao exercício 1

Base: Total de inquiridos (n=693)

**2) Suponha agora que os 4 amigos têm de aguardar um ano para poderem receber a sua parte dos 2.000 euros. Se existir uma taxa de inflação de 1,5%, daqui a 1 ano vão conseguir comprar menos, o mesmo ou mais do que conseguiriam comprar hoje?**

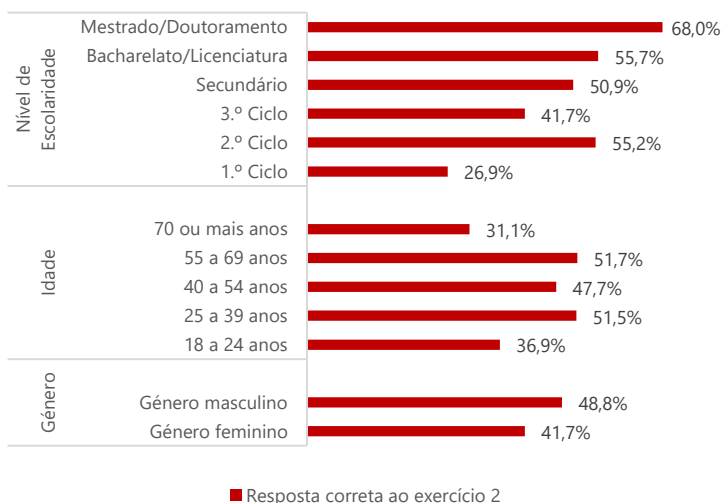
Menos de metade dos inquiridos (44,9%) conseguiu resolver corretamente esta questão (Figura 71). Para além disso, apenas no segmento dos inquiridos com mestrado ou doutoramento é observada uma maioria consistente de respostas corretas (68,0%) (Figura 72).

**Figura 71 - Respostas do exercício 2**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 72 - Demografia indivíduos que responderam corretamente ao exercício**



■ Resposta correta ao exercício 2

Base: Total de inquiridos (n=337)

**3) Se recentemente emprestou 50 euros a um amigo e ele devolveu-lhe os 50 euros duas semanas depois, quanto é que ele lhe pagou de juros?**

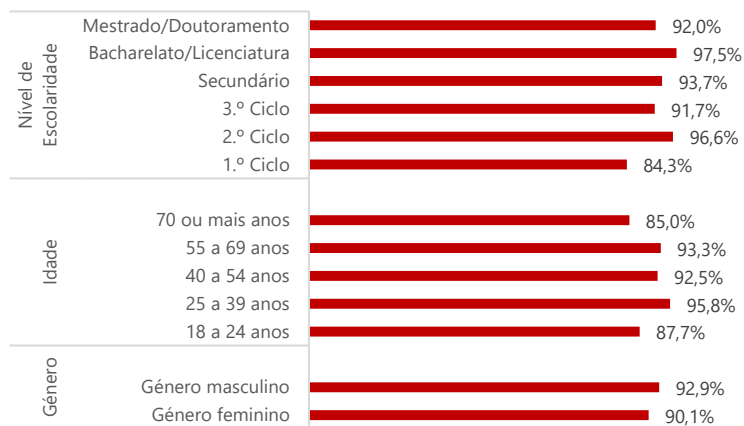
A grande maioria dos entrevistados (91,3%) respondeu com exatidão à questão colocada, deferindo a inexistência de qualquer valor relativo a juros (Figura 73). Nesta questão, nenhum dos segmentos da amostra registou um nível de correção de resposta inferior a 84% (Figura 74).

**Figura 73 - Respostas do exercício 3**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 74 - Demografia os indivíduos que responderam corretamente ao exercício 3**



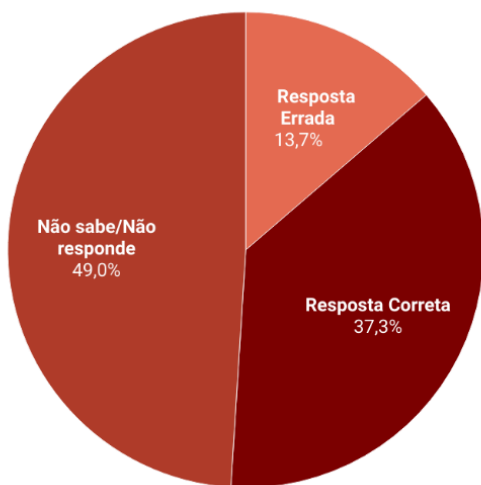
■ Resposta correta ao exercício 3

Base: Total de inquiridos (n=686)

**4) Suponha que coloca 100 euros num depósito a prazo com uma taxa de juro anual de 2%, de capitalização anual. Quanto é que terá na conta ao fim de um ano?**

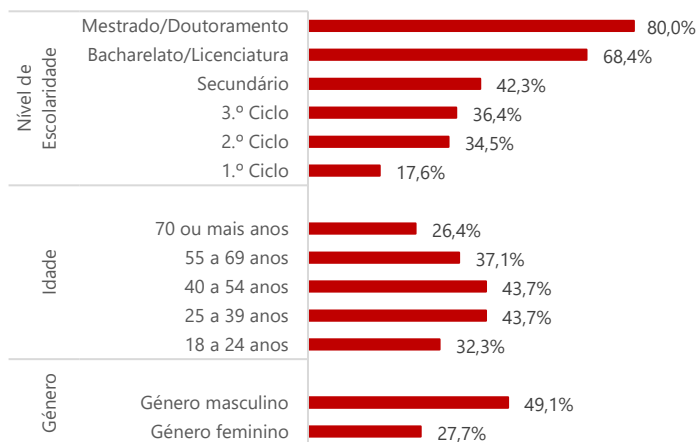
Os inquiridos, 37,3% responderam corretamente, enquanto 49,0% não conseguiram responder (Figura 75). Os homens, bem como os entrevistados na faixa etária dos 25 a 54 anos, foram os que mais acertaram na questão. Para além disso, foi observado um aumento da predominância de respostas corretas à medida que o nível de escolaridade era superior (Figura 76).

**Figura 75 - Respostas do exercício 4**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 76 - Demografia os indivíduos que responderam corretamente ao exercício 4**



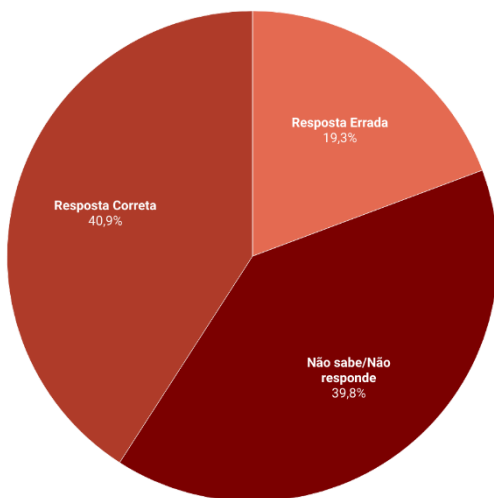
■ Resposta correta ao exercício 4

Base: Total de inquiridos (n=280)

**5) E ao fim de 5 anos? (Sem comissões nem impostos. No fim de cada ano deixa o valor dos juros ficar nesse mesmo depósito a prazo)**

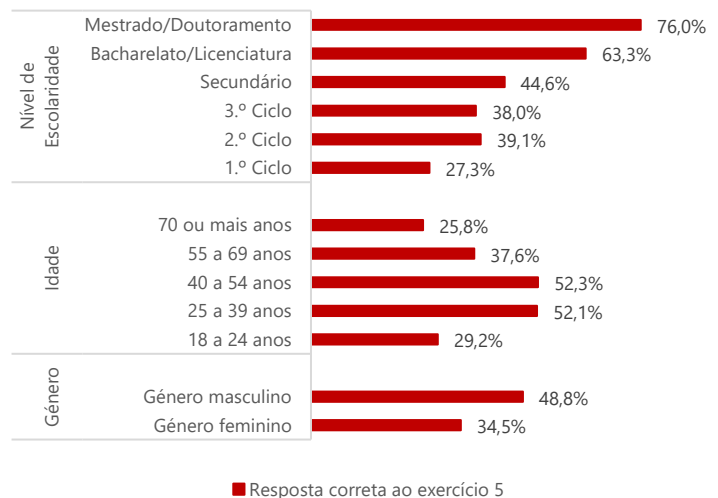
Nesta afirmação, 40,9% dos inquiridos responderam corretamente, 39,8% da amostra não conseguiu explicitar uma resposta objetiva, e 19,3% respondeu incorretamente (Figura 77). Os homens, indivíduos entre os 25 aos 54 anos e com nível superior de escolaridade, correspondem aos segmentos com maior número de respostas corretas (Figura 78).

**Figura 77 - Respostas ao exercício 5**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 78 - Demografia os indivíduos que responderam corretamente ao exercício 5**



Base: Total de inquiridos (n=307)

**6) De acordo com o extrato, qual o saldo da conta de depósito à ordem que, em 20 de novembro de 2024, pode ser utilizado sem recurso ao descoberto bancário?**

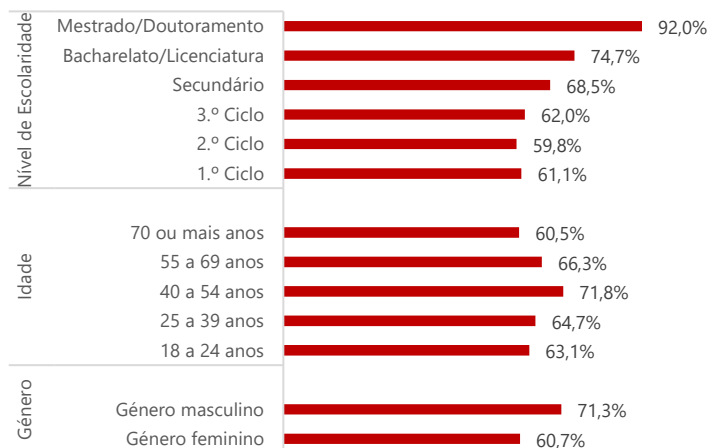
Mais de metade dos inquiridos (65,7%) respondeu corretamente à informação (Figura 79), tendo-se verificado inclusivamente uma maioria de respostas corretas em todos os segmentos.

**Figura 79 - Respostas do exercício 6**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 80 – Demografia dos indivíduos que responderam corretamente ao exercício 6**



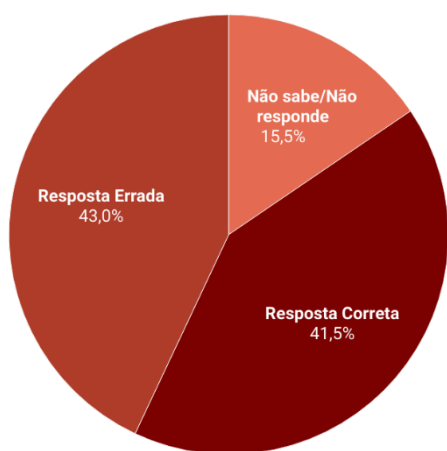
■ Resposta correta ao exercício 6

Base: Total de inquiridos (n=493)

**7) Suponha que no dia 21 de novembro de 2024 vai ser debitado o seguro do seu automóvel no valor de 150 euros. A conta tem saldo suficiente para fazer face a este pagamento?**

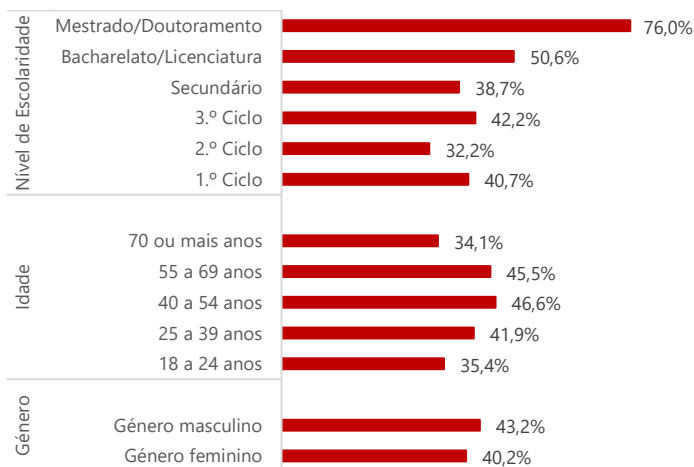
Nesta afirmação, o número de respostas erradas predominou face às respostas corretas (43,0% vs. 41,5%) (Figura 81). Para além disso, apenas os entrevistados com formação superior é que registaram o maior número de respostas corretas (Figura 82).

**Figura 81 - Respostas do exercício 7**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 82 - Demografia os indivíduos que responderam corretamente ao exercício 7**



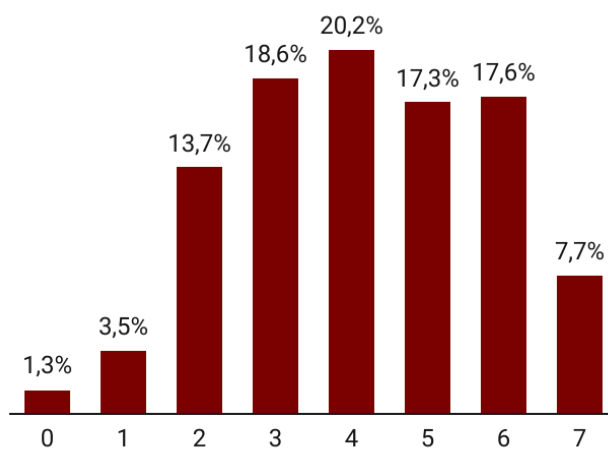
■ Resposta correta ao exercício 7

Base: Total de inquiridos (n=312)

## Síntese dos exercícios de literacia financeira

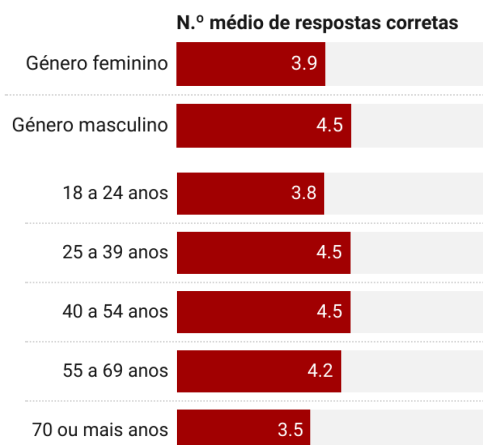
Nas sete questões colocadas sobre conhecimentos financeiros, o número médio de respostas corretas foi de 4,14. Um pouco menos de metade (42,6%) respondeu corretamente a, pelo menos, 5 dos exercícios, 25,3% responderam corretamente a, pelo menos, 6 dos exercícios, e 7,7% dos entrevistados conseguiram responder corretamente a todos os exercícios (Figura 83). O número médio de respostas certas por entrevistado foi mais elevado junto do género masculino, em pessoas entre os 25 e os 69 anos (Figura 84), e aumentou à medida que se eleva o nível de escolaridade possuído (Figura 85).

Figura 83 - N.º de respostas corretas (%)



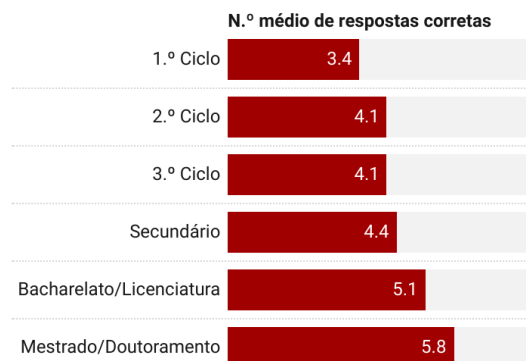
Base: Total de inquiridos (n=751)

Figura 84 - N.º médio de respostas corretas por género e faixa etária



Base: Total de inquiridos (n=751)

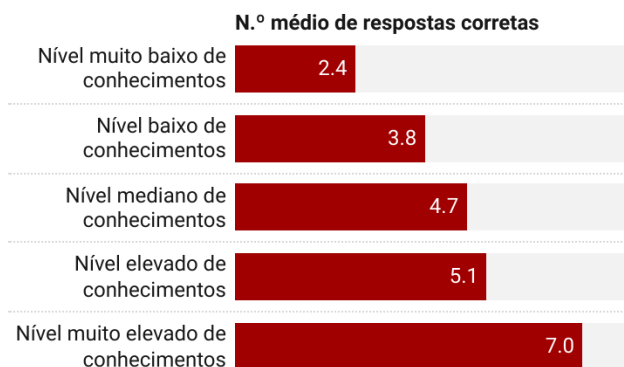
Figura 85 - N.º médio de respostas corretas por nível de escolaridade



Base: Total de inquiridos (n=751)

São os entrevistados que se assumem com elevado ou mais elevado nível de conhecimentos financeiros que, de facto, demonstram maior eficiência na respostas às questões colocadas. Por contraste, os inquiridos que se consideram menos conhecedores destas matérias, referenciam claramente as médias mais baixas de correção nas respostas (Figura 86).

**Figura 86 - Relação entre o n.º médio de respostas corretas e a percepção de conhecimentos financeiros**



Base: Total de inquiridos (n=751)

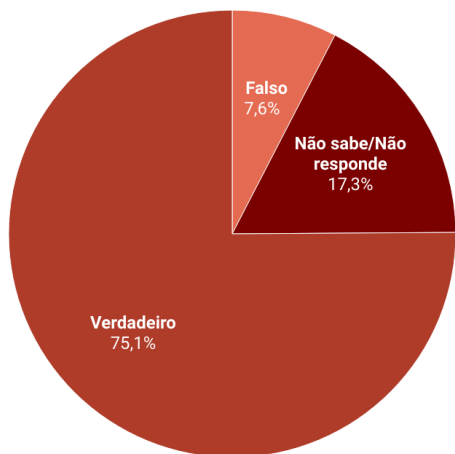
### 3.3.3. Conhecimentos financeiros

Posteriormente, foram apresentadas onze afirmações que visavam analisar os conhecimentos sobre o conceito de inflação, a relação entre retorno e risco de investimento e a relação entre risco de investimento e diversificação da carteira de ações, tendo sido solicitado aos entrevistados a classificação de cada afirmação como verdadeira ou falsa. De seguida, encontram-se descritas as afirmações, bem como a demografia dos indivíduos que responderam corretamente.

#### 1) ***Inflação elevada significa que o custo de vida sobe rapidamente e o dinheiro perde valor.***

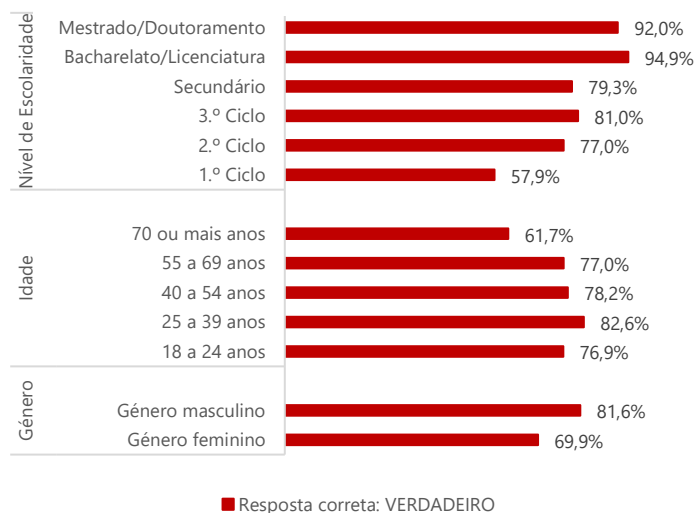
Na afirmação 1, 75,1% dos entrevistados pensaram corretamente (Figura 87). Isto é, que inflação elevada significa, de facto, uma subida célere do custo de vida e uma desvalorização do dinheiro. Ao realizar uma análise às características demográficas, apenas num segmento a afirmação não é confirmada por uma maioria expressiva (superior a 60%) - detentores do 1.º ciclo de ensino (57,9%) (Figura 88).

**Figura 87 - Resposta à afirmação 1**



Base: Total de inquiridos (n=751)

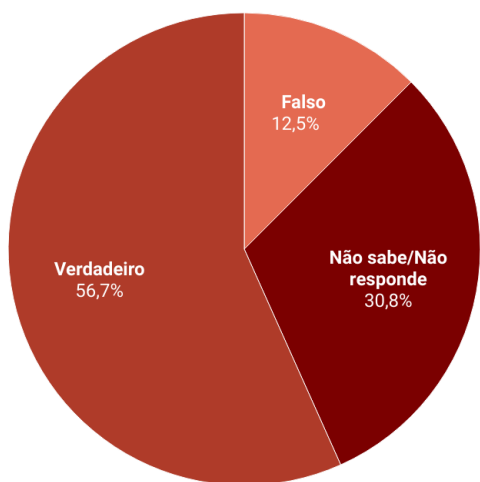
**Figura 88 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 1**



**2) Um investimento com um elevado retorno tem geralmente associado um risco mais elevado.**

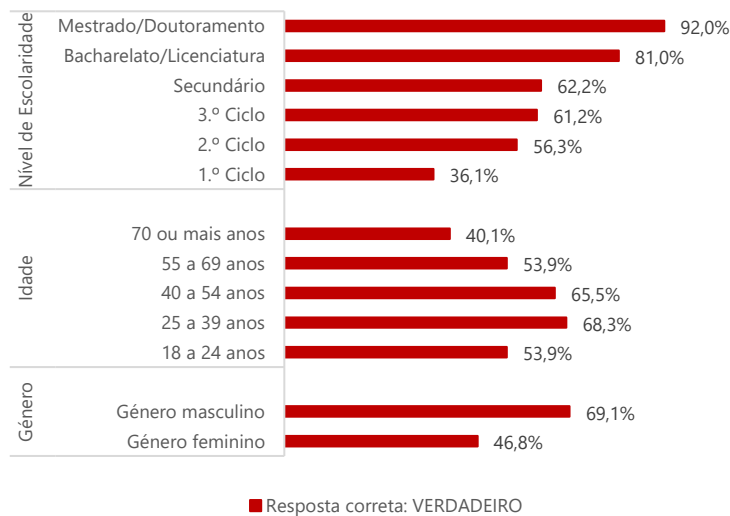
Na afirmação 2, apenas um pouco mais de metade dos entrevistados (56,7%) associa corretamente investimento de maior retorno a risco mais elevado (Figura 89). No entanto, em três segmentos da amostra esse paralelismo não é maioritariamente ratificado - género feminino (46,8%), indivíduos com 70 ou mais anos (40,1%) e possuidores do 1.º ciclo de ensino (36,1%) (Figura 90).

**Figura 89 - Respostas à afirmação 2**



Base: Total de inquiridos (n=751)

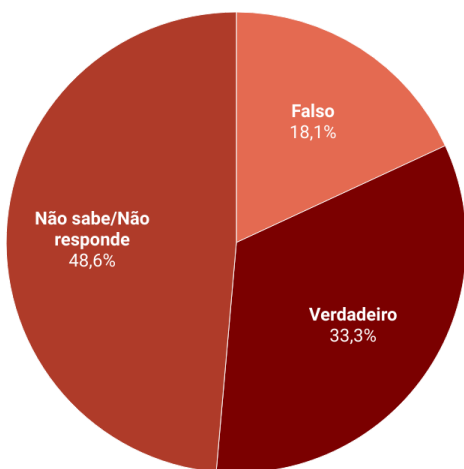
**Figura 90 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 2**



**3) Regra geral, é possível reduzir o risco de investimento no mercado de capitais se possuir um conjunto diversificado de ações.**

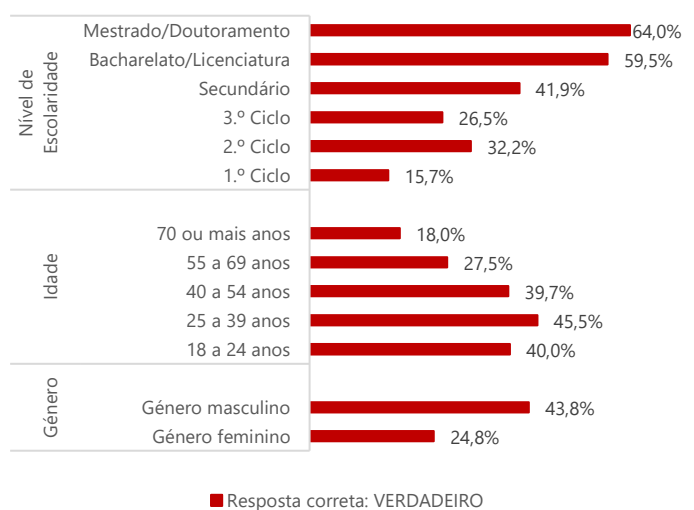
Apenas 1/3 dos entrevistados reconhece a afirmação 3 como correta, isto é que possuir um portefólio diversificado de ações minimiza o risco do investimento (Figura 91). Em paralelo, quase metade dos inquiridos não assumiu uma opinião concreta neste domínio e apenas perante quem tem formação superior é maioritariamente reconhecida a veracidade da afirmação (60,6%) (Figura 92).

**Figura 91 - Respostas à afirmação 3**



Base: Total de inquiridos (n=751)

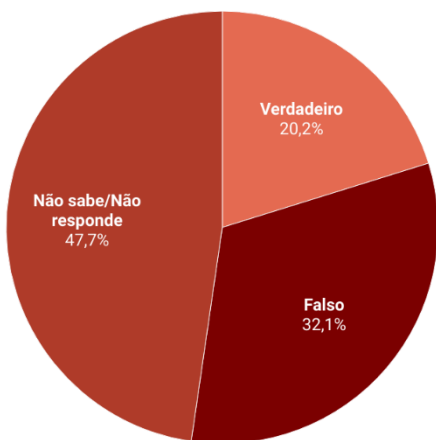
**Figura 92 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 3**



**4) Certificados de aforro e ações são produtos financeiros com nível de risco idêntico.**

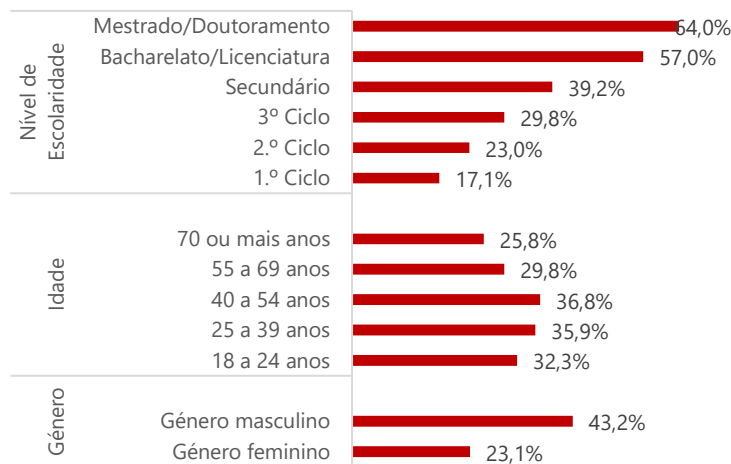
Nesta afirmação, 32,1% de inquiridos, corretamente, rejeitam a existência de um nível de risco idêntico em ações e certificados de aforro, 20,2% consideram que a afirmação está correta e 47,7% não se pronunciaram sobre a afirmação (Figura 93). Nesta afirmação, os entrevistados com formação superior foram os únicos a ratificar com clareza a resposta correta (Figura 94).

Figura 93 - Respostas à afirmação 4



Base: Total de inquiridos (n=751)

Figura 94 - Demografia os indivíduos que responderam corretamente à afirmação 4

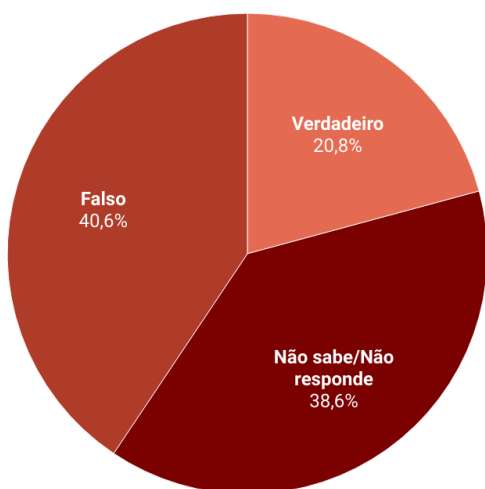


■ Resposta correta: FALSO

**5) Um contrato digital exige a assinatura de um contrato em papel para ser considerado válido.**

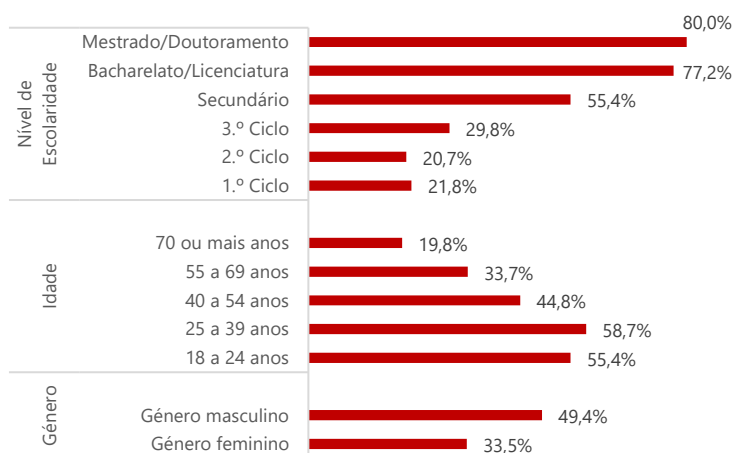
Em 40,6% dos casos discorda-se, com razão, que um contrato digital exija indispensavelmente a assinatura de um contrato em papel (Figura 95). A perceção correta é sobretudo observada junto dos inquiridos mais jovens, até aos 39 anos (57,8%), e com formação académica superior ao ensino secundário (62,6%) (Figura 96).

Figura 95 - Respostas à afirmação 5



Base: Total de inquiridos (n=751)

Figura 96 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 5

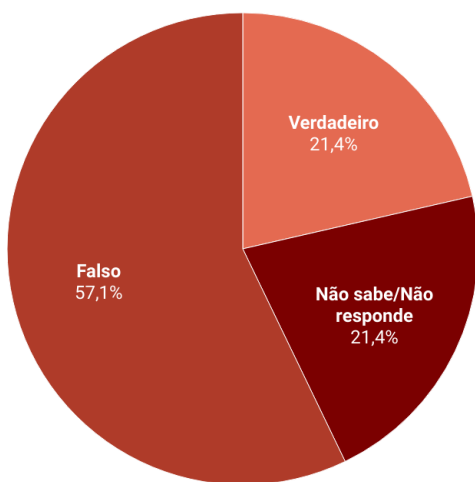


■ Resposta correta: FALSO

**6) Os dados pessoais que partilho publicamente online podem ser utilizados para me enviar propostas comerciais ou financeiras personalizadas.**

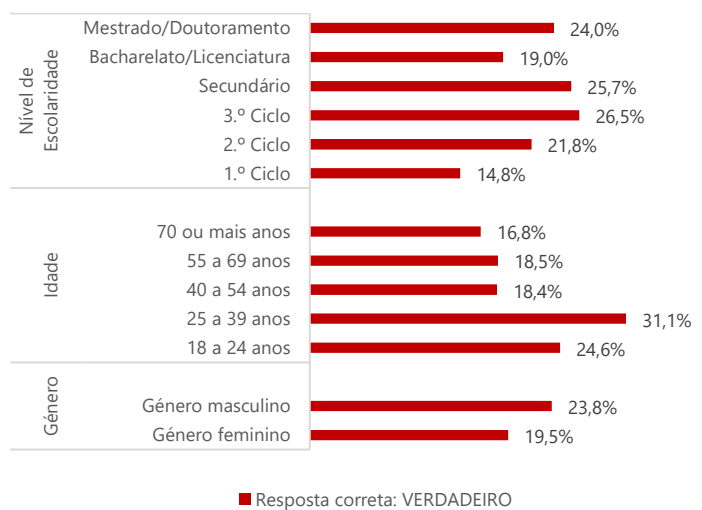
Apenas 21,4% dos entrevistados reconhecem, acertadamente, que os dados pessoais partilhados publicamente online legitimam o envio de propostas comerciais ou financeiras personalizadas (Figura 97). Ao analisar com maior detalhe, é possível perceber que é no segmento etário dos 25 aos 39 anos que se nota o maior acerto na validação da afirmação testada (31,1%) (Figura 98).

**Figura 97 - Respostas à afirmação 6**



Base: Total de inquiridos (n=751)

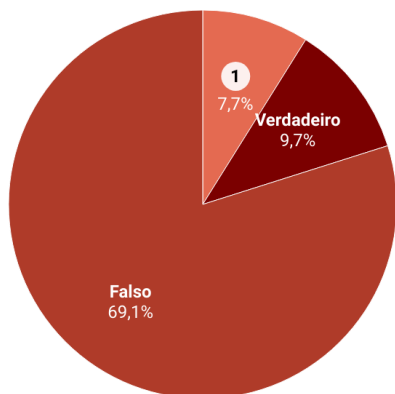
**Figura 98 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 6**



**7) Utilizar redes de WiFi públicas é totalmente seguro para realizar transações financeiras e compras online.**

A maioria dos entrevistados (69,1%) reconhece, corretamente, que não será seguro recorrer às redes WiFi públicas para concretizar compras ou transações financeiras online (Figura 99). Perante os inquiridos, a ideia apenas não é maioritariamente defendida no caso dos indivíduos com 70 ou mais anos (39,5%) e de quem tem formação académica inferior ao 3.º ciclo (48,2%) (Figura 100).

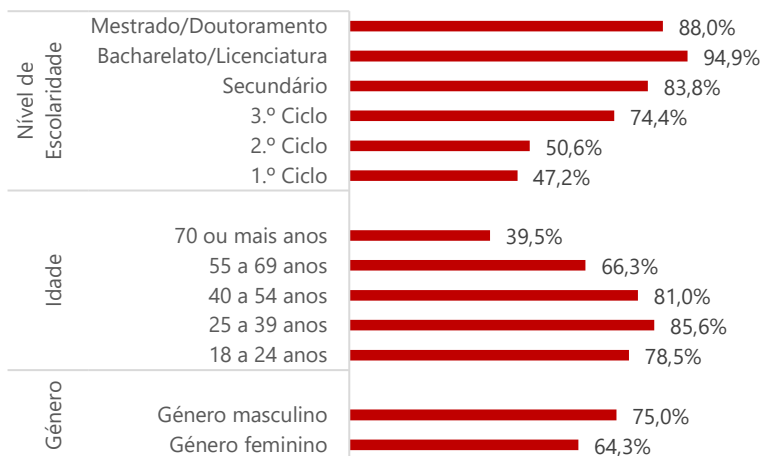
**Figura 99 - Respostas à afirmação 7**



1 Não sabe/Não responde

Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 100 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 7**

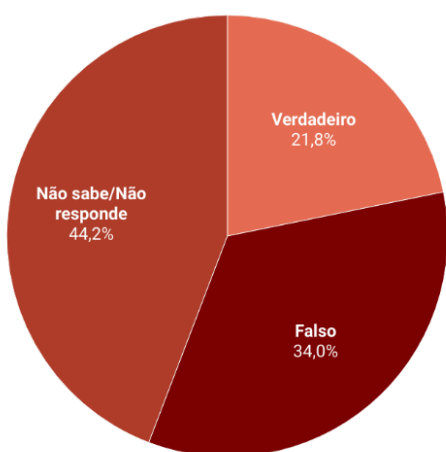


■ Resposta correta: FALSO

**8) As criptomoedas têm o mesmo curso legal que as notas e moedas.**

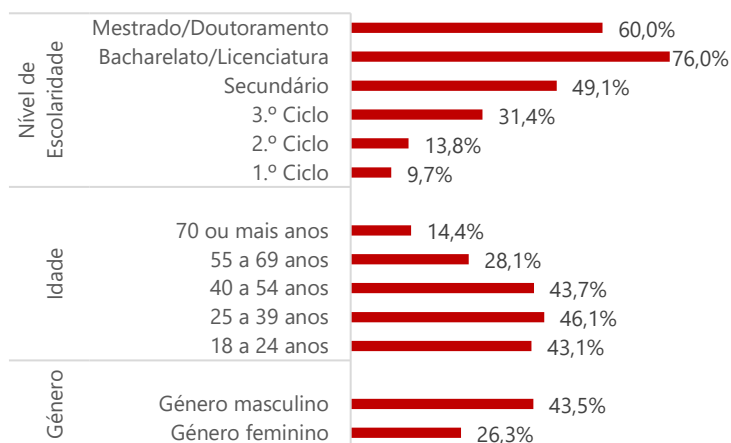
Um pouco mais de 1/3 dos entrevistados (34,0%) confirma, com acerto, que as criptomoedas não têm, de facto, o mesmo curso legal de notas e moedas. A melhor perceção surge evidente nos inquiridos até aos 54 anos de idade (44,6%) e com formação académica, no mínimo, ao nível do ensino secundário (56,4%).

**Figura 101 - Respostas à afirmação 8**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 102 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 8**

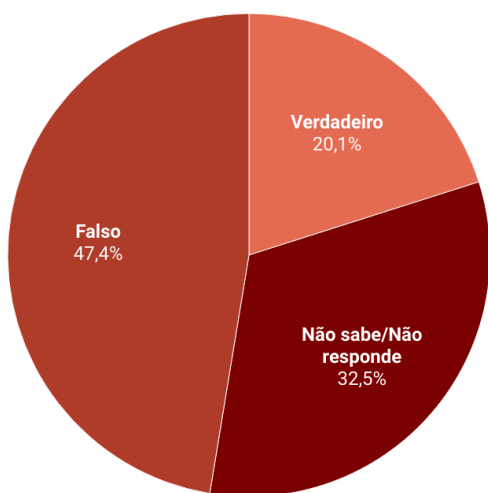


■ Resposta correta: FALSO

**9) Antes de subscrever algum produto financeiro online, não tenho de me preocupar em verificar se a instituição a que pertence é regulada no meu país.**

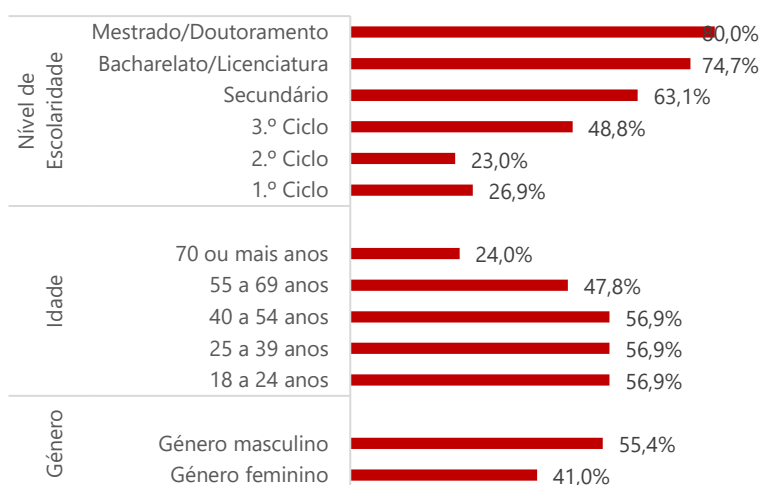
Quase metade dos entrevistados (47,7%) rejeitam, corretamente, a afirmação apresentada (Figura 103). No entanto, foi observado que existem segmentos onde a rejeição não é afirmada com muita consistência: indivíduos com 70 ou mais anos de idade (24,0%) e com o nível de habilitações do 1.º e 2.º ciclos de ensino básico (26,9% e 23,0%, respetivamente) (Figura 104).

**Figura 103 - Respostas à afirmação 9**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 104 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 9**

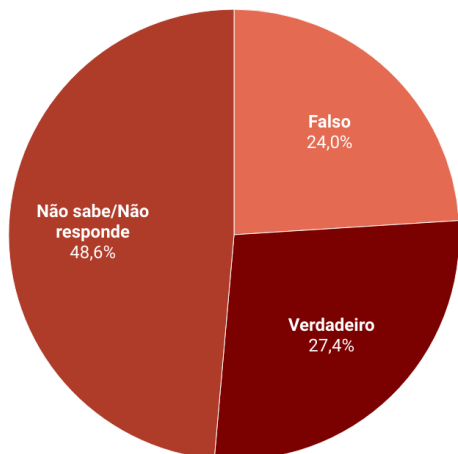


■ Resposta correta: FALSO

**10) Num investimento financeiro a médio ou longo prazo, um regime de juros simples garante maior rendimento do que um regime de juros compostos.**

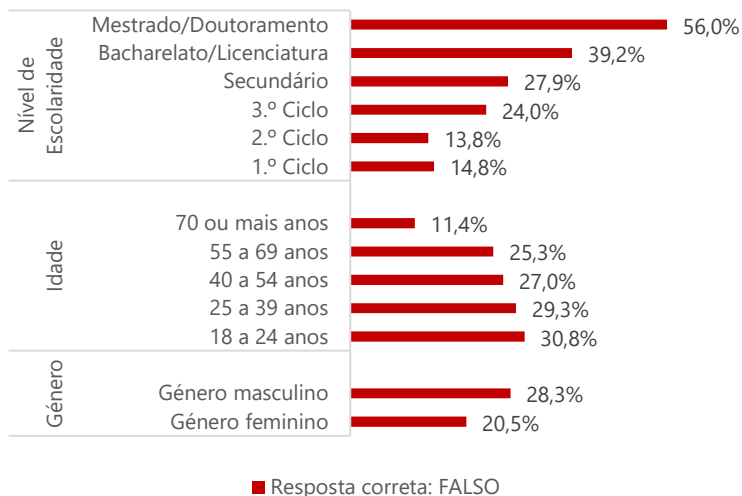
A opinião errada do maior rendimento dos juros simples sobrepõe-se à opinião correta relativa à vantagem dos juros compostos (27,4% vs. 24,0%, respetivamente) (Figura 105). No entanto, e a representar quase metade da amostra, 48,6% não se pronunciam nesta matéria. A vantagem de rendimento dos juros compostos só é, consistentemente, reconhecida junto dos entrevistados com nível de habilitações equivalente a mestrado/doutoramento (56,0%) (Figura 106).

**Figura 105 - Respostas à afirmação 10**



Base: Total de inquiridos (n=751)

**Figura 106 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 10**



**11) O débito direto previne o risco de, por esquecimento, não pagar atempadamente as despesas regulares.**

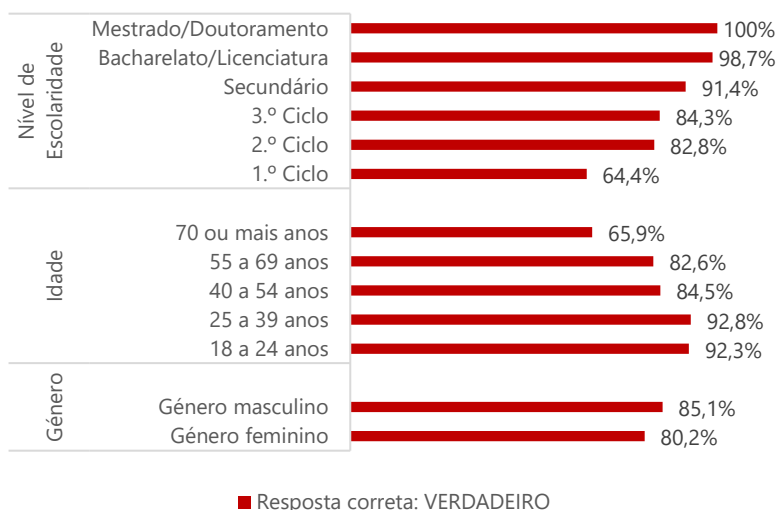
A grande maioria dos entrevistados (82,4%) perspetivam corretamente o débito direto como forma inibidora do esquecimento de pagamento de faturas regulares (Figura 107). Esta ideia é maioritariamente sustentada em todos os segmentos amostrais: variação entre um mínimo de 64,4% (observada junto dos possuidores do 1.º ciclo) e um máximo de 100% (observada juntos dos detentores de mestrado e doutoramento) (Figura 108)

**Figura 107 - Respostas à afirmação 11**



Base: Total de inquiridos (n=751)

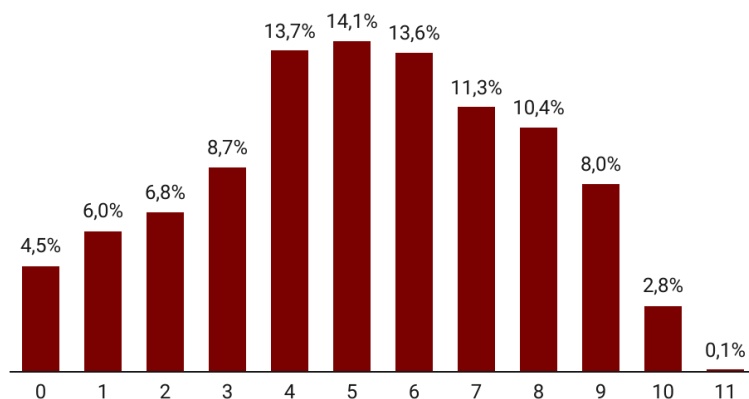
**Figura 108 - Demografia dos indivíduos que responderam corretamente à afirmação 11**



## Síntese das afirmações sobre conhecimentos financeiros

Com base nos resultados obtidos, foi observado que apenas 1 entrevistado (i.e., 0,1% da amostra) conseguiu avaliar corretamente as 11 afirmações, e 2,9% avaliaram corretamente, pelo menos, 10 das frases. Um pouco menos de metade dos entrevistados (46,2%) respondeu corretamente a, pelo menos, 6 afirmações. Assim, a média de respostas corretas por entrevistado situou-se em 5,16 (Figura 109).

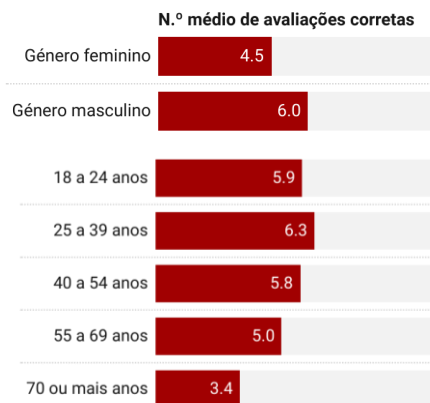
Figura 109 - N.º Respostas corretas (%)



Base: Total de inquiridos (n=751)

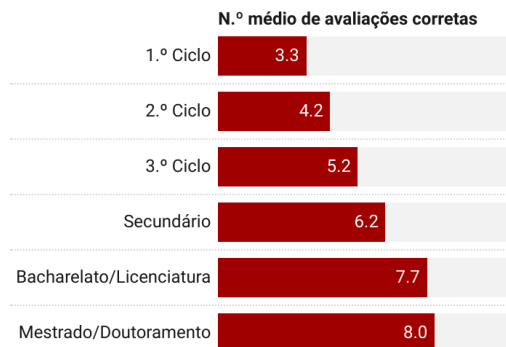
À semelhança dos exercícios de literacia numérica, o número médio de avaliações corretas foi superior nos entrevistados do género masculino. Por idade, os resultados mais consistentes situam-se entre os inquiridos na faixa etária dos 18 aos 54 anos, com particular destaque para os que se situam entre 25 e 39 anos (Figura 110). A capacidade para interpretar corretamente as afirmações aumenta com clareza à medida que cresce o nível de escolaridade detido (Figura 111).

Figura 110 - N.º médio de avaliações corretas, por género e faixa etária



Base: Total de inquiridos (n=751)

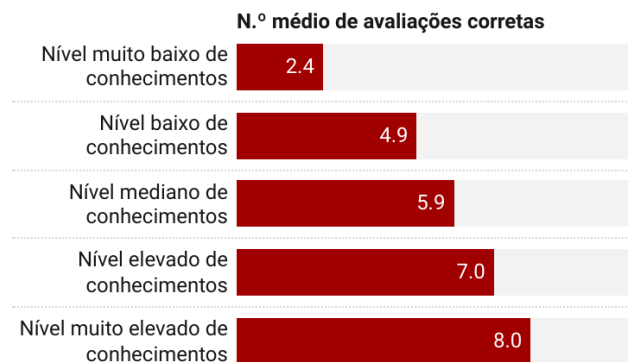
Figura 111 - N.º médio de avaliações corretas, por nível de escolaridade



Base: Total de inquiridos (n=751)

Para além disso, são os entrevistados autodefinidos com um elevado e muito elevado nível de conhecimentos financeiros que, de facto, demonstram maior acerto na apreciação das afirmações, apresentando uma média de 7,13 respostas certas por inquirido. Em contrapartida, os inquiridos que se reconhecem como pouco e muito pouco conhecedores destas matérias, referenciam claramente as mais baixas médias de correção nas avaliações, possuindo uma média de 4,03 respostas corretas por entrevistado (Figura 112).

*Figura 112 - Relação entre o n.º médio de avaliações corretas e o nível de conhecimentos financeiros percecionado*



*Base: Total de inquiridos (n=751)*

### **3.4. Formação em literacia financeira**

#### **3.4.1. Experiência de formação em literacia financeira**

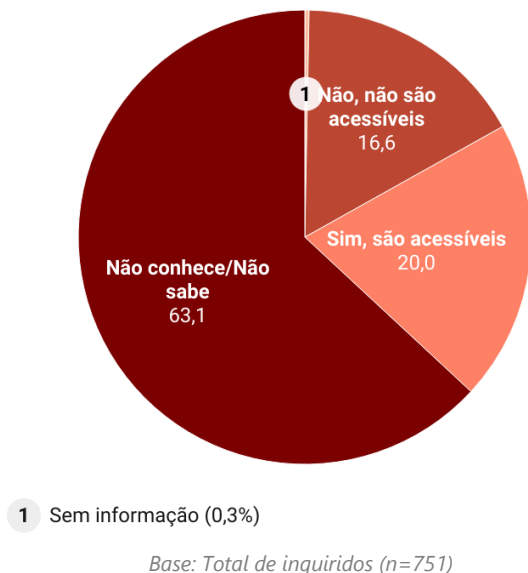
Nesta secção, encontra-se refletido o nível de familiaridade dos entrevistados com programas de literacia financeira. As respostas ajudarão a avaliar o alcance e reconhecimento de alguns dos programas existentes, principalmente a decorrer no município, permitindo compreender melhor a experiência dos participantes e as necessidades de educação financeira da população.

Quando questionados sobre formação em literacia financeira, apenas 6 dos 751 entrevistados (*i.e.*, 0,8% da amostra) assumiram já terem frequentado um curso ou já terem tido formação em literacia financeira - 3 inquiridos à mais de 5 anos, e os restantes 3 à menos de 2 anos. As formações identificadas por estes inquiridos foram maioritariamente associadas a instituições de ensino superior.

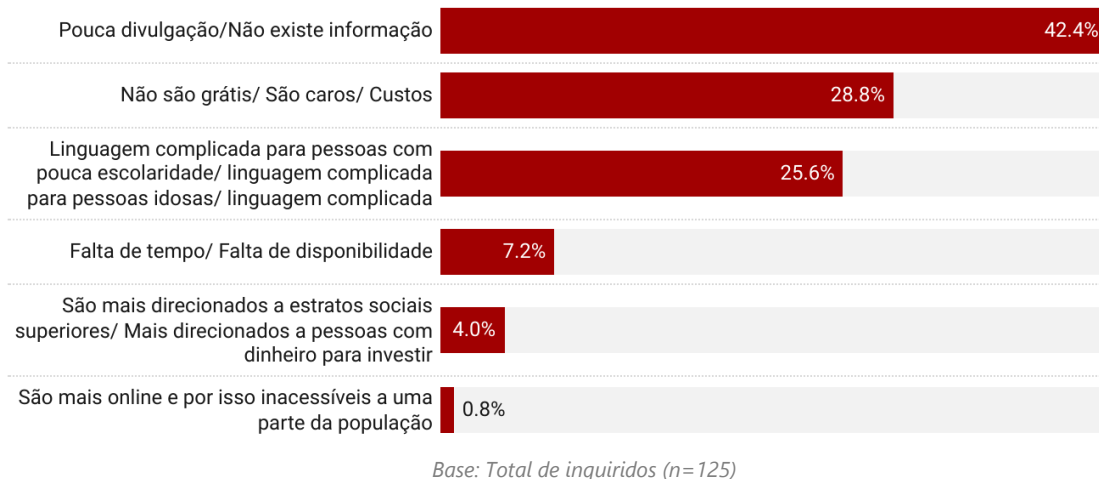
Para além disso, ao questionar sobre o conhecimento de programas existentes nesta área, foi possível aferir que 63,1% dos entrevistados não conhecem ou não possuem informação suficiente sobre programas relativos a literacia financeira. Por outro lado, os que conhecem dividem-se, equilibradamente, entre os que consideram tais programas como acessíveis à generalidade da população (54,5%) e os que, pelo contrário, perspetivam os mesmos como pouco acessíveis (45,5%) (Figura 113). Estes últimos, os que consideram os

programas pouco acessíveis, motivam a sua afirmação principalmente devido à reduzida divulgação dos programas (42,4%), aos elevados custos associados (28,8%) e a tendência para a elitização da terminologia utilizada (25,6%) (Figura 114).

**Figura 113 - Acessibilidade dos programas conhecidos**

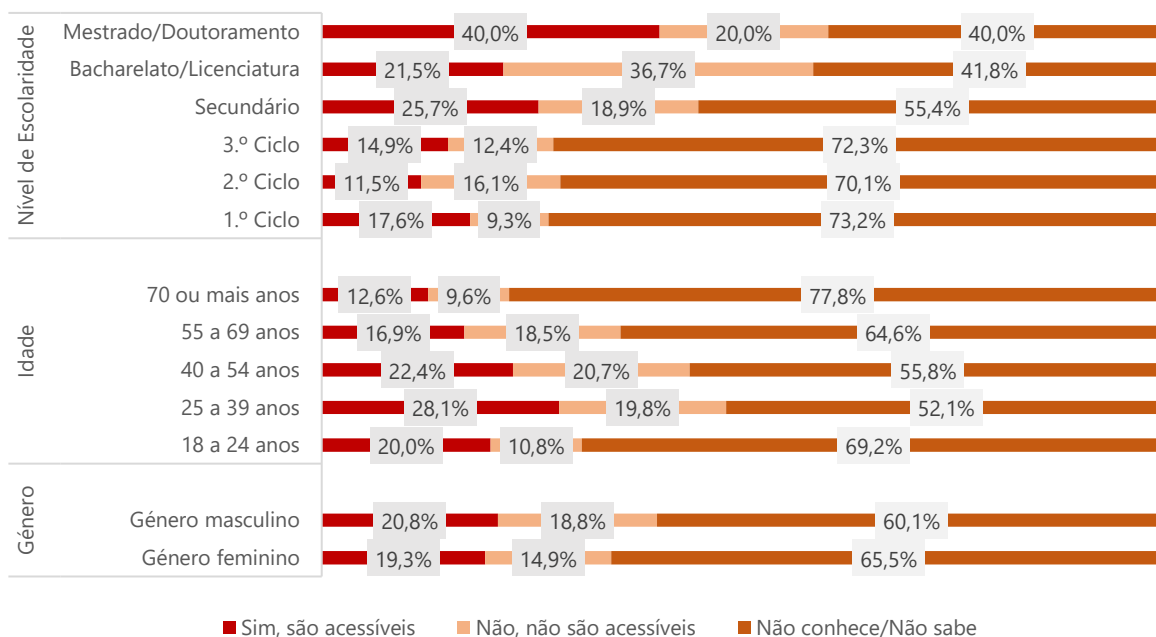


**Figura 114 - Motivações dos inquiridos para considerarem os programas existentes como não acessíveis**



O distanciamento face a programas relativos a literacia financeira surge especialmente acentuado nos jovens até aos 24 anos (69,2%), nos inquiridos a partir dos 55 anos de idade (71,0%) e com nível de escolaridade não superior ao 3.º ciclo (72,4%). Por contraste, a maior familiaridade com programas de literacia financeira surge inerente a quem tem formação superior (58,7%) (Figura 115).

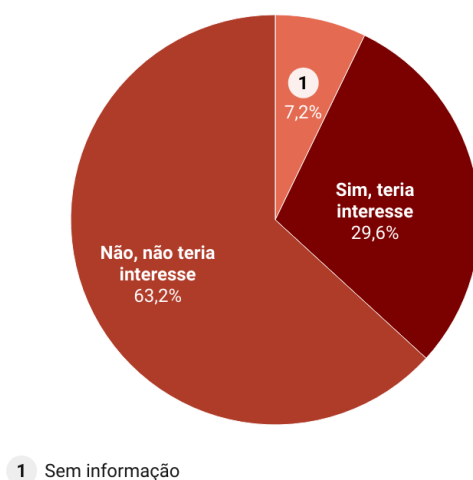
**Figura 115 - Características demográficas dos inquiridos**



Base: Total de inquiridos (n=751)

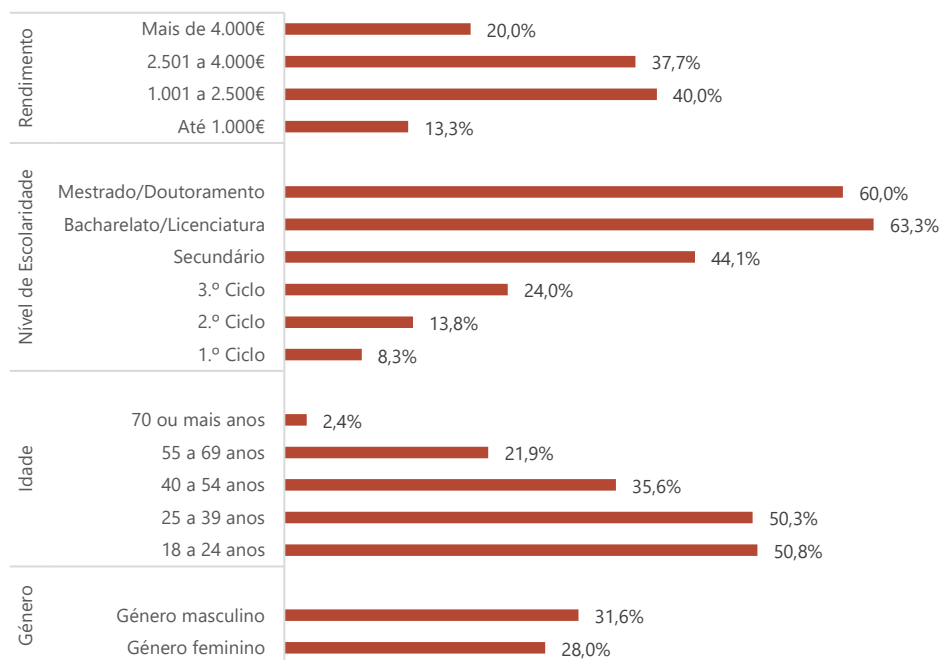
Quando questionados sobre a recetividade a um curso de literacia financeira, 29,6% dos inquiridos demonstraram interesse numa futura participação, enquanto 63,2%, pelo contrário, se desinteressam do assunto (Figura 116). O interesse neste tipo de formação é mais expressivo entre indivíduos com menos de 40 anos (50,4%), com formação superior (62,5%) e com um rendimento familiar mensal entre 1.001€ e 4.000€ (39,7%) (Figura 117).

**Figura 116 - Manifestação de interesse em fazer um curso de literacia financeira**



Base: Total de inquiridos (n=751)

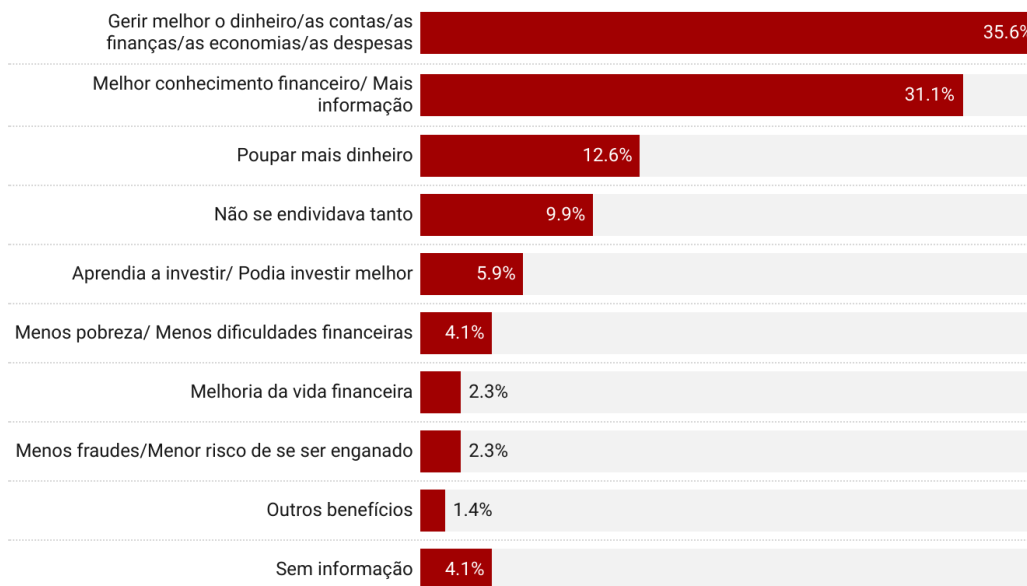
**Figura 117 - Demografia dos indivíduos com interesse em realizar um curso de literacia financeira**



Base: Total de inquiridos (n=222)

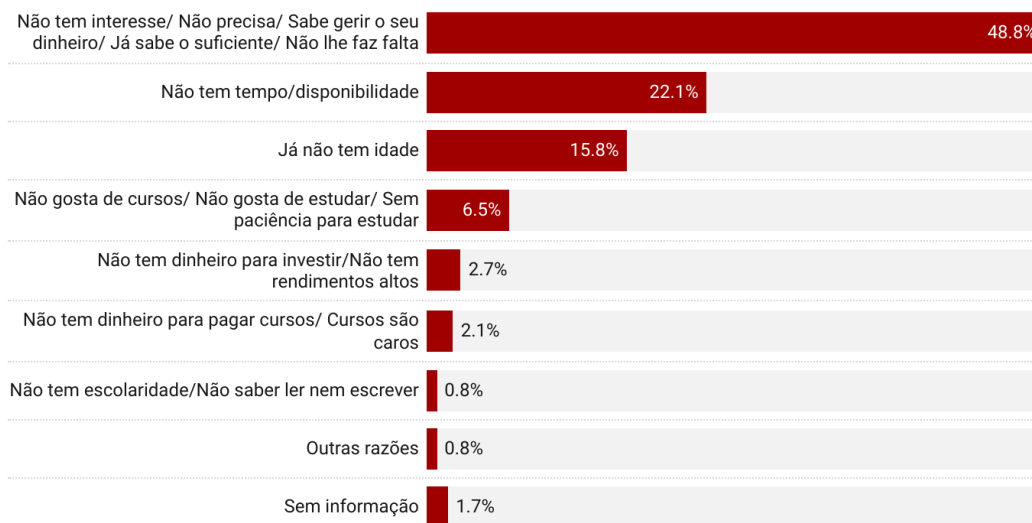
Os indivíduos que demonstram interesse num potencial curso, elencam sobretudo dois benefícios em ter uma população com maior literacia financeira: maior capacidade para gerir o dinheiro pessoal e familiar (35,6%) e um maior nível de conhecimento/domínio em matéria financeira (31,1%). Por outro lado, entre os entrevistados que não manifestam interesse em participar num curso de literacia financeira, a principal razão apontada é a perceção de que já possuem conhecimento suficiente sobre o tema (43,8%). Outros fatores incluem a falta de tempo e disponibilidade (22,2%) e a crença de que já não têm idade para frequentar este tipo de cursos (15,8%) (Figura 119).

**Figura 118 - Benefícios de uma população com mais literacia financeira**



Base: Total de inquiridos (n=222)

**Figura 119 - Motivações apontadas pelos inquiridos para a falta de interesse em participar num curso de literacia financeira**



Base: Total de inquiridos (n=475)

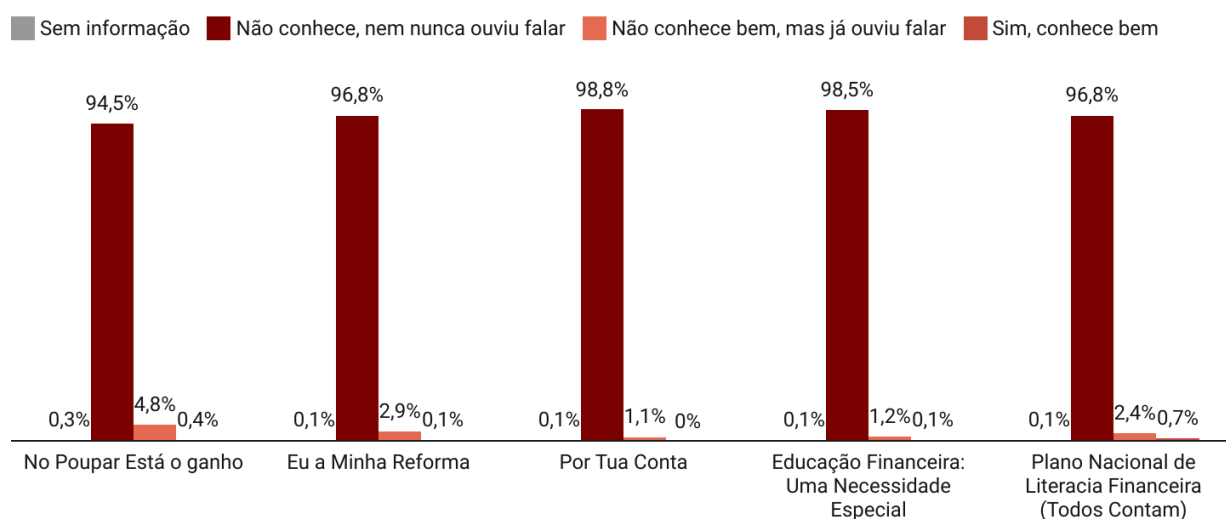
### 3.4.2. Notoriedade de programas de literacia financeira

Num momento posterior, os entrevistados foram confrontados com a menção a programas de literacia financeira que são desenvolvidos a nível local e nacional, sendo-lhes solicitado que evidenciassem o reconhecimento dos mesmos. No entanto, verificou-se que a notoriedade associada a qualquer um dos

programas mencionados – “No poupar está o ganho!”<sup>1</sup>, “Eu e a Minha Reforma”<sup>2</sup>, “Por tua conta”<sup>3</sup>, “Educação Financeira: Uma necessidade especial”<sup>4</sup> e “Plano Nacional de Literacia Financeira”<sup>5</sup> – é praticamente residual.

A opção “conhecer bem” nunca apresentou uma representatividade superior a 0,7%, sendo esta proporção associada ao Plano Nacional de Literacia Financeira – Todos Contam, iniciativa promovida pelo Concelho Nacional de Supervisores Financeiros. No programa “para No Poupar Está o Ganho”, a opção “já ouviu falar” representou a proporção mais elevada, embora não tenha superado 4,8% (Figura 120).

*Figura 120 - Nível de conhecimento dos programas*



Base: Total de inquiridos (n=751)

### 3.5. Benchmarking nacional e internacional

#### 3.5.1. Planeamento do orçamento familiar e da poupança

Com o intuito de compreender o posicionamento do Porto a nível nacional e, sempre que possível, europeu, tal como já referido, procedeu-se a comparações com três estudos: “4.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa” (CNSF, 2023), “*International survey of adult financial literacy*” (OCDE, 2023) e “*Monitoring the level of financial literacy in the EU*” (Comissão Europeia, 2023).

<sup>1</sup> Programa de literacia financeira desenvolvido pela Fundação António Cupertino de Miranda (FACM), destinado a crianças e jovens do ensino básico e secundário.

<sup>2</sup> Programa de literacia financeira desenvolvido pela FACM, destinado a adultos com mais de 55 anos.

<sup>3</sup> Programa de literacia financeira desenvolvido pela FACM, destinado a alunos do Ensino Profissional.

<sup>4</sup> Programa de literacia financeira desenvolvido pela FACM, destinado a pessoas com necessidades adicionais de suporte.

<sup>5</sup> O Plano Nacional de Formação Financeira (Todos Contam) é uma iniciativa coordenada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, que visa promover a inclusão e formação financeira a nível nacional, definindo os princípios gerais para a sua promoção.

Por referência à população portuguesa, a população residente no concelho do Porto evidenciou uma menor tendência para práticas de gestão financeira (82,1% vs. 69,0%). No entanto, em ambos os panoramas, o registo das despesas realizadas ao longo do mês e a adoção de ordens de pagamento por débito direto consistem nas estratégias de gestão financeira mais realizadas, apenas com o pormenor de inverterm a ordem com que surgem assumidas (Tabela 2).

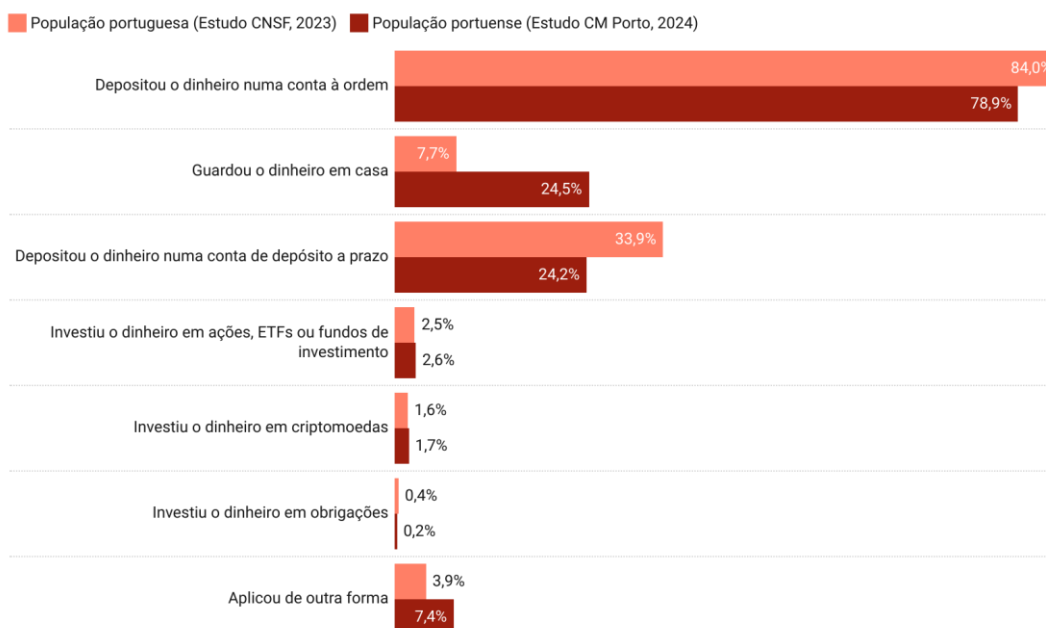
**Tabela 2 – Três principais práticas de gestão financeira**

População portuense (Estudo CM Porto, 2024)	População portuguesa (Estudo CNSF, 2023)
Regista as despesas realizadas ao longo do mês (35,4%)	Adota ordens de pagamento por débito direto (47,5%)
Adota ordens de pagamento por débito direto (35,2%)	Regista as despesas realizadas ao longo do mês (32,8%)
Planeia contas a pagar para evitar esquecimentos (33,8%)	Elabora um plano para gestão de rendimentos e despesas do mês (32,3%)

Base: Estudo CM Porto (n=751) e Estudo CNSF (n=1 510)

Ao nível da poupança, tanto em termos nacionais como a nível local, no Porto, um pouco mais de metade da população residente conseguiu poupar no ano precedente (53,9% e 56,1%, respetivamente). Em qualquer dos contextos geográficos, a manutenção do dinheiro na conta à ordem representa a forma predominante de materialização da poupança acumulada. Numa segunda posição, enquanto a nível nacional ganha especial expressão o depósito das poupanças numa conta a prazo (33,9%), no concelho do Porto esta prática nivela-se com a de, pura e simplesmente, se guardar o dinheiro em casa (24,5%) (Figura 121).

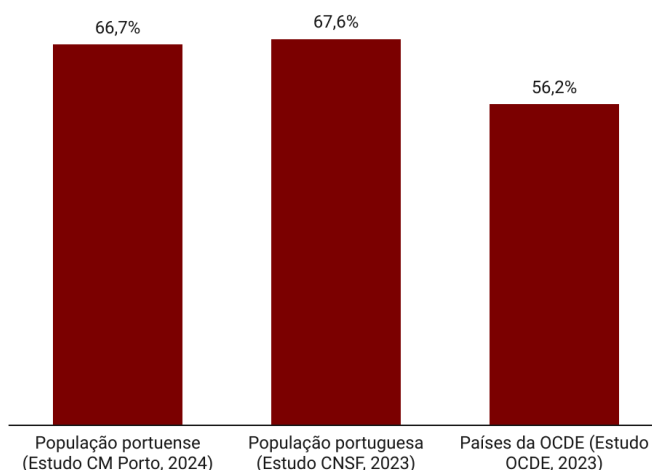
**Figura 121 - Aplicação da poupança realizada**



Base: Estudo CM Porto (n=751) e Estudo CNSF (n=1 510)

Tanto em termos de população nacional como em termos de população do Porto, e em proporções semelhantes, a maioria dos residentes assumem conseguir pagar, por meios exclusivamente próprios, uma despesa inesperada equivalente ao valor do seu rendimento mensal (67,6% e 66,7% respetivamente). Estas proporções situam-se um pouco acima daquele que referencia a média dos países da OCDE<sup>6</sup> em que há registo desta informação (56,2%) (Figura 122).

*Figura 122 - Capacidade de superar uma despesa inesperada*



*Base: Estudo CM Porto (n=751) e Estudo CNSF (n=1 510)*

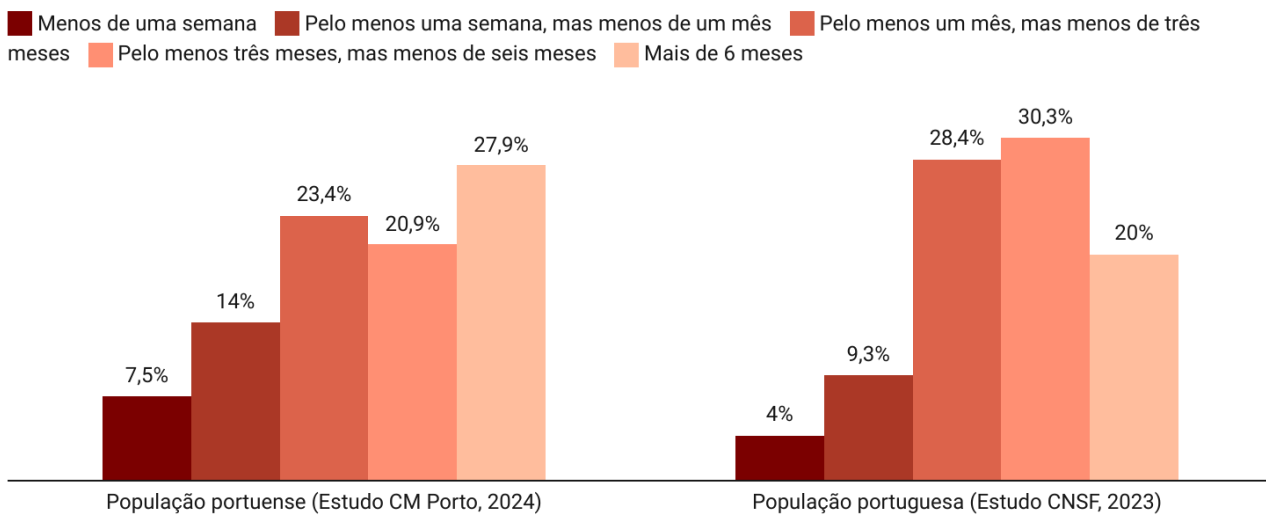
Um pouco mais de  $\frac{3}{4}$  dos residentes no território nacional, bem como dos residentes no concelho do Porto, afirmam que o seu rendimento disponível é suficiente para cobrir o custo de vida (75,5% e 79,5%, respetivamente). No entanto, no Porto existem mais famílias cuja autonomia, perante num cenário de perda da principal fonte de rendimento, não resistiria nem a 1 mês (21,5% vs. 13,3% a nível nacional), enquanto há também mais famílias cuja autonomia se manteria num período relativamente alargado, superior aos 6 meses (27,9% vs. 20,0% a nível nacional) (Figura 123).

Ainda no cenário de perda da principal fonte de rendimento da família, constata-se que tanto em Portugal como no concelho do Porto, e por comparação à média dos países da OCDE, existe um maior volume de agregados em que é sustentada uma capacidade de sobrevivência financeira num período de, pelo menos, 3

<sup>6</sup> O estudo da OCDE (2023) integrou 39 países e economias, incluindo 20 países membros da OCDE e 8 países do G20. Embora o estudo identifique todos os países e economias que participaram no inquérito, não categoriza os mesmos como membros ou não-membros da OCDE. Desta forma, as comparações realizadas ao longo do presente estudo referem-se à média dos países da OCDE, denominado no estudo como "OECD Average".

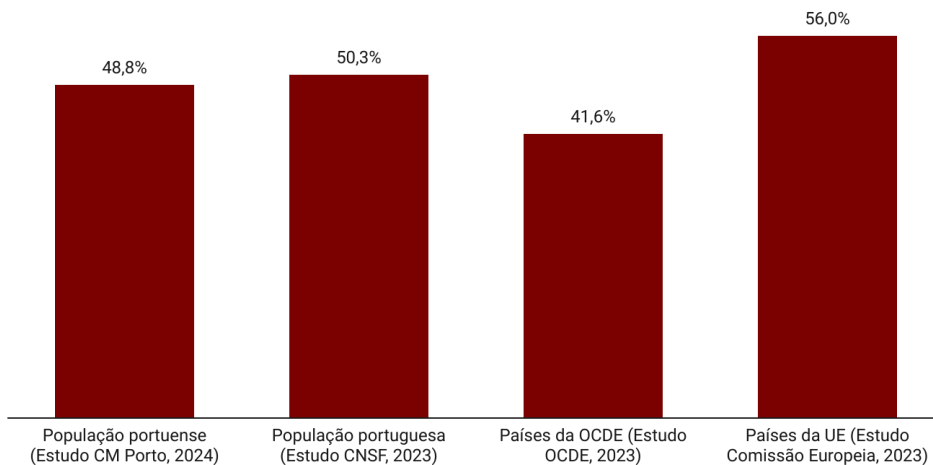
meses. Uma tendência que se inverte quando a comparação é estabelecida com o universo de países da União Europeia<sup>7</sup> (UE) (Comissão Europeia, 2023) (Figura 124).

**Figura 123 - Capacidade temporal de cobrir as despesas mensais no caso da perda da principal fonte de rendimento**



Base: Estudo CM Porto (n=751) e Estudo CNSF (n=1 510)

**Figura 124 - Capacidade de cobrir as despesas mensais durante, pelo menos, 3 meses, no caso de perda da principal fonte de rendimento**

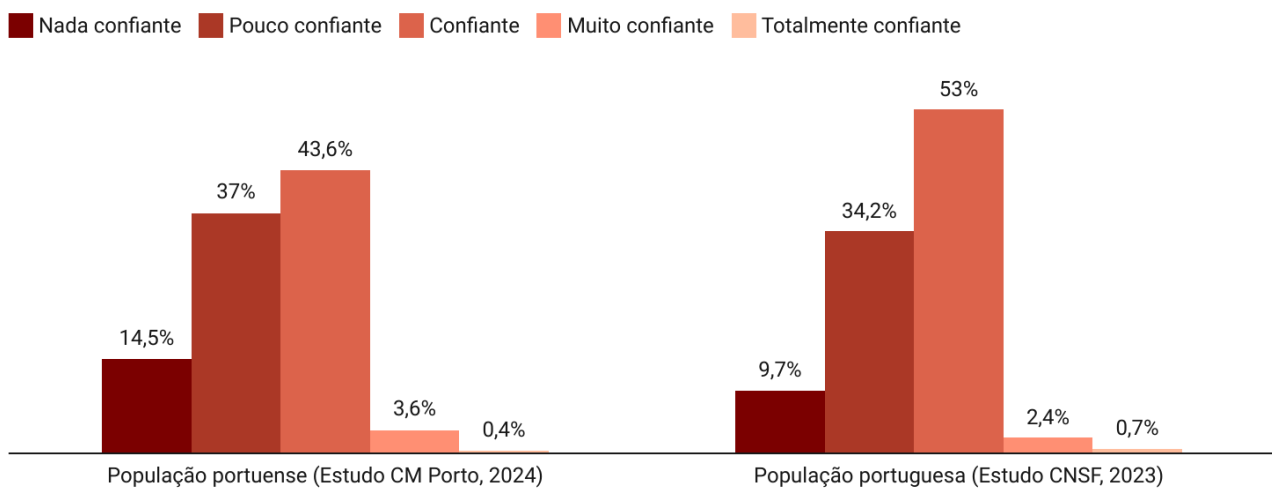


Base: Estudo CM Porto (n=751), Estudo CNSF (n=1 510), Estudo CE (n=26 139)

<sup>7</sup> Os países que compõem a União Europeia são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Roménia, Suécia.

No que concerne à reforma, no concelho do Porto é evidenciada uma menor tendência para o planeamento da reforma quando comparado com a média nacional (62,6% vs. 84,2%). Neste seguimento, existe um predominante espírito de desconfiança, tal como ilustra o baixo valor das médias obtidas: 2,50 em termos nacionais e 2,38 em termos de concelho do Porto. O menor resultado observado no concelho do Porto, resulta do maior volume de residentes pouco ou nada confiantes nesta matéria (51,5% vs. 41,9% sobre a base nacional) (Figura 125).

*Figura 125 - Nível de confiança face ao planeamento da reforma*



*Base: Estudo CM Porto (n=466) e Estudo CNSF (n=1 271)*

### 3.5.2. Escolha e gestão de produtos financeiros

No que concerne à escolha e gestão de produtos financeiros, em termos de hierarquia, assim como de intensidade de difusão, não existem disparidades muito significativas entre os resultados obtidos a nível nacional e ao nível do Porto. As contas de depósito à ordem destacam-se como o produto mais universal, e, numa segunda linha, com menos expressão, os cartões de crédito e conta de depósitos a prazo (Figura 126).

Apesar da formulação um pouco diferente das questões colocadas nos dois estudos<sup>8</sup>, é possível perceber que na escolha de um produto financeiro prevalecem claramente dois tipos de fontes: informações diretamente provenientes das instituições vendedoras (ligeiramente mais relevantes no Porto); e recomendações de familiares e amigos (mais valorizadas no panorama nacional) (Figura 127).

<sup>8</sup> No estudo da CM Porto (2024) a questão colocada foi "Fontes de informação que se pensa terem influência efetiva no processo de decisão", enquanto que no estudo do CNSF (2023) a questão colocada foi "Fontes de informação que tiveram influência efetiva na escolha".

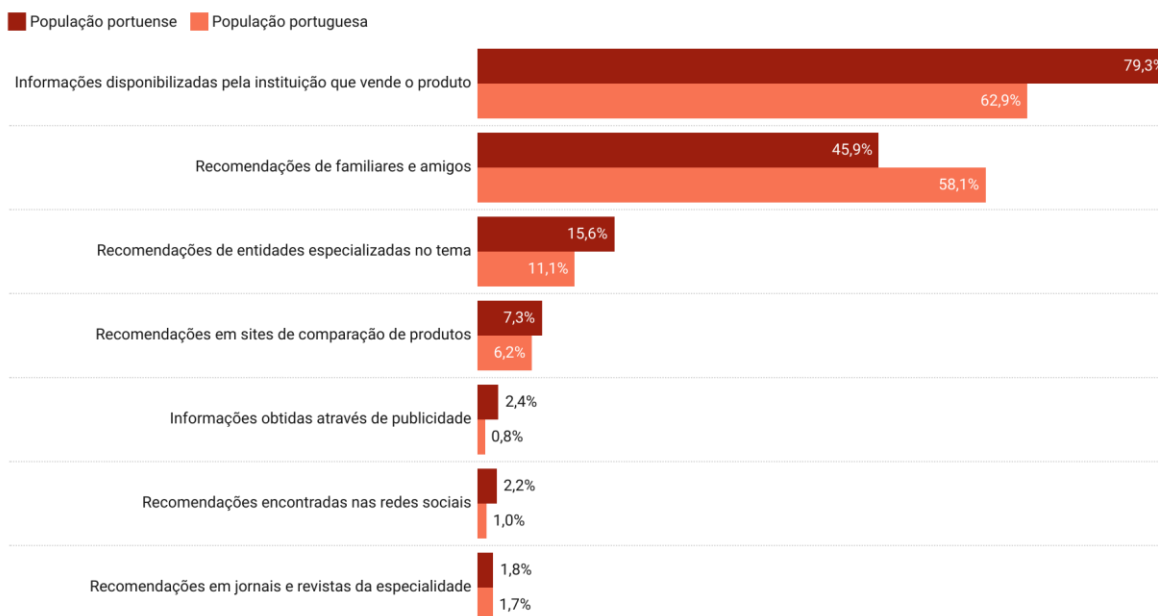
**Figura 126 - Principais produtos financeiros detidos**

Produto financeiro	Estudo CM Porto 2024	Estudo BdP 2023
Conta depósitos à ordem	94,90%	96,10%
Seguros automóvel	41,10%	43,80%
Seguros de vida	13,40%	43,80%
Cartão de crédito	39,50%	35,00%
Conta depósitos a prazo	36,40%	34,20%
Outros créditos (ex: automóvel, pessoal, lar)	18,20%	16,60%
Crédito habitação/Créditos com garantia hipotecária	11,30%	14,10%
Planos Poupança Reforma (PPRs)	6,40%	16,70%
Certificados de aforro/Certificados do tesouro	6,30%	14,20%
Conta bancária digital (ex: Revolut, Trade Republic, N26)	9,60%	*
Conta de pagamento associada a telemóvel (ex: MBWay)	*	33,10%

Base: Estudo CM Porto (n=751) e Estudo CNSF (n=1 510).

Nota: \*Produto não mencionado no estudo em questão.

**Figura 127 - Fontes de informação mais valorizadas em produtos financeiros**



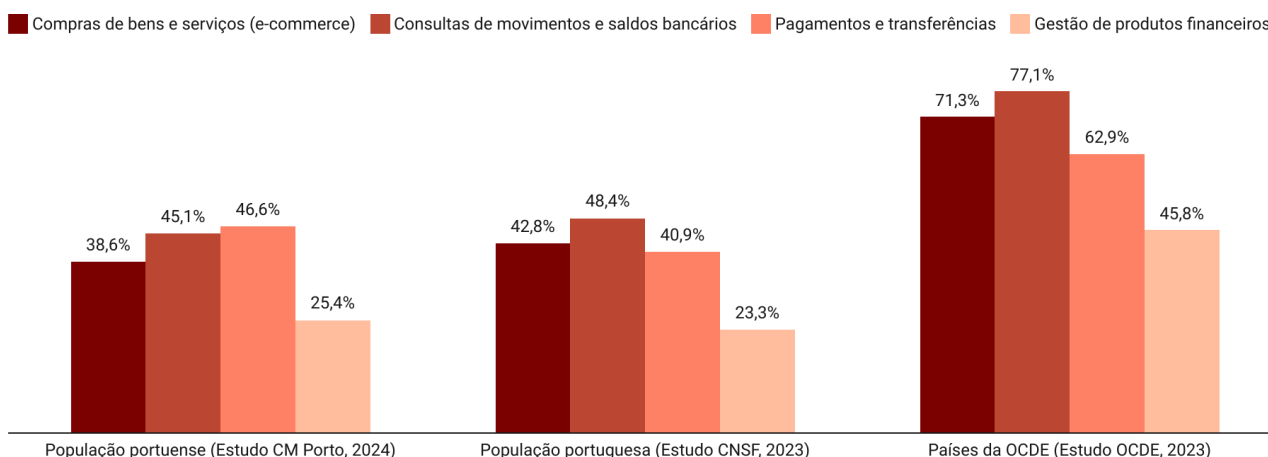
Base: Estudo CM Porto (n=751) e Estudo CNSF (n=1 454)

Tanto a nível nacional quanto no município do Porto, a adesão às atividades online consideradas não ultrapassou os 10%. No entanto, enquanto a nível nacional a solicitação de cartões de crédito/débito e a subscrição de seguros são as atividades online mais relevantes, no Porto destaca-se também a realização de

investimentos e aplicações financeiras pela internet. Adicionalmente, em Portugal como um todo, bem como especificamente no concelho do Porto, o nível de utilização do meio digital para realização de determinadas atividades fica muito aquém do observado na média dos países da OCDE (Figura 128).

No plano das operações online, os resultados obtidos a nível local são idênticos aos obtidos a nível nacional. As consultas de saldos e movimentos, pagamentos e transferências e *e-commerce* com níveis de realização online próximas aos 50%, enquanto a gestão online de produtos financeiros como operação são menos intensamente realizada, situando-se próximo aos 25%. Por outro lado, ao comparar com a média OCDE, tanto em termos nacionais como concelhios, é possível perceber que é bastante menos usual o uso do canal digital para realização de qualquer das operações financeiras referenciadas (Figura 129).

**Figura 128 - Realização de operações online**



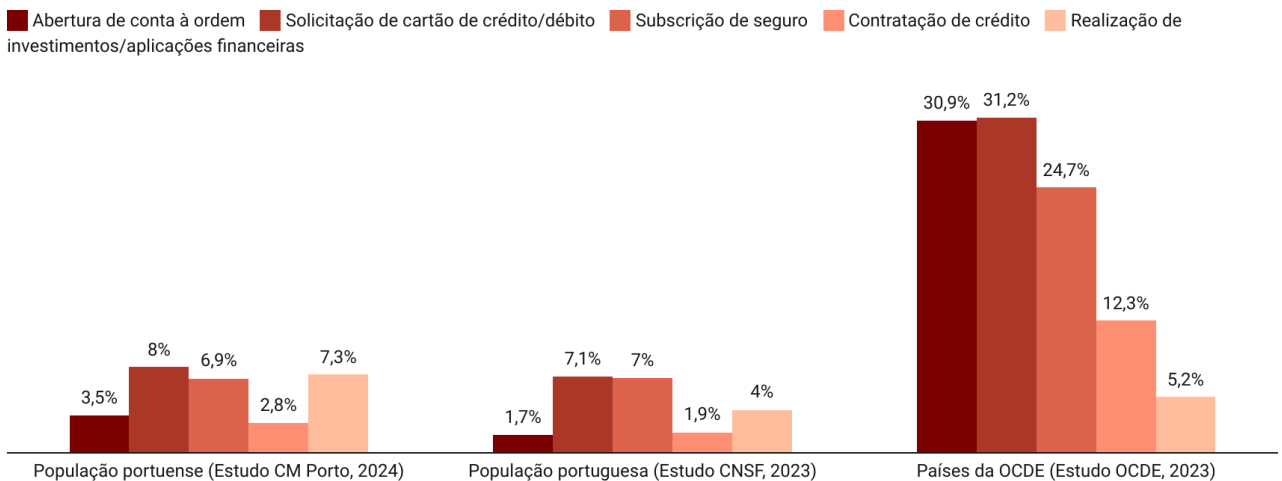
Base: Estudo CM Porto (n=751) e Estudo CNSF (n=1 510)

### 3.5.3. Compreensão financeira

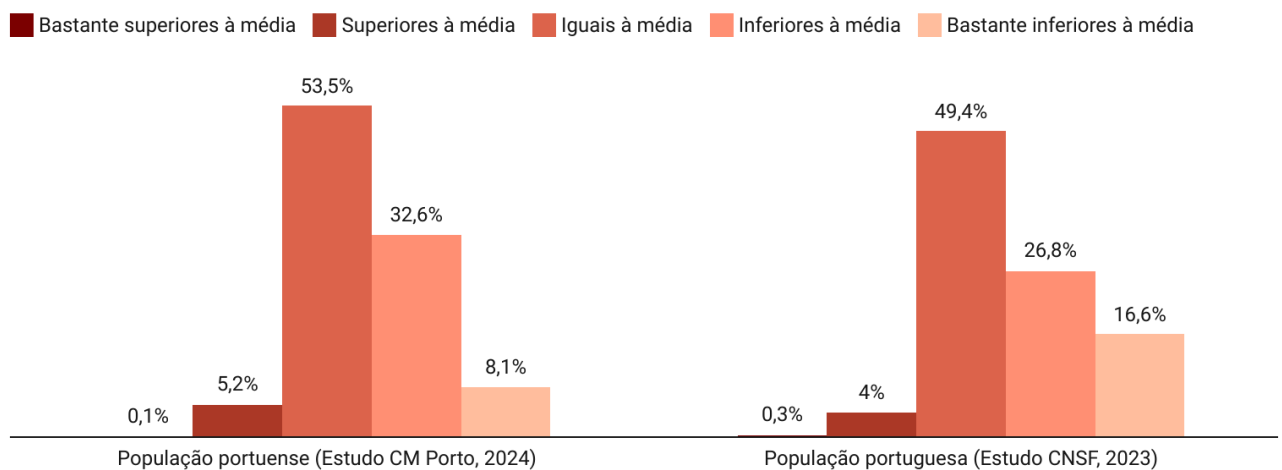
Ao nível da compreensão financeira, quer a nível nacional (49,4%) quer a nível de concelho do Porto (53,5%), praticamente metade dos inquiridos perspectiva-se como detentor de conhecimentos financeiros idênticos aos da média da população portuguesa. Nos restantes casos, as perspetivas ratificadoras de conhecimentos inferiores e bastante inferiores à média (43,4% no estudo nacional; 40,7% no estudo a nível local) sobrepõem-se de forma muito clara às perspetivas de conhecimentos superiores e bastante superiores à média (4,3% e 5,3%, respetivamente) (Figura 130). Assim, foi possível aferir que a média a nível do Porto situou-se nos 2,56, ligeiramente superior à média nacional (2,43)<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> As pontuações médias baseiam-se numa escala de 1 (Bastante inferiores) a 5 (Bastante superiores). Pontuação média teórica = 3.

**Figura 129 - Realização online de atividades**



**Figura 130 - Comparação dos conhecimentos financeiros face à média da população portuguesa**

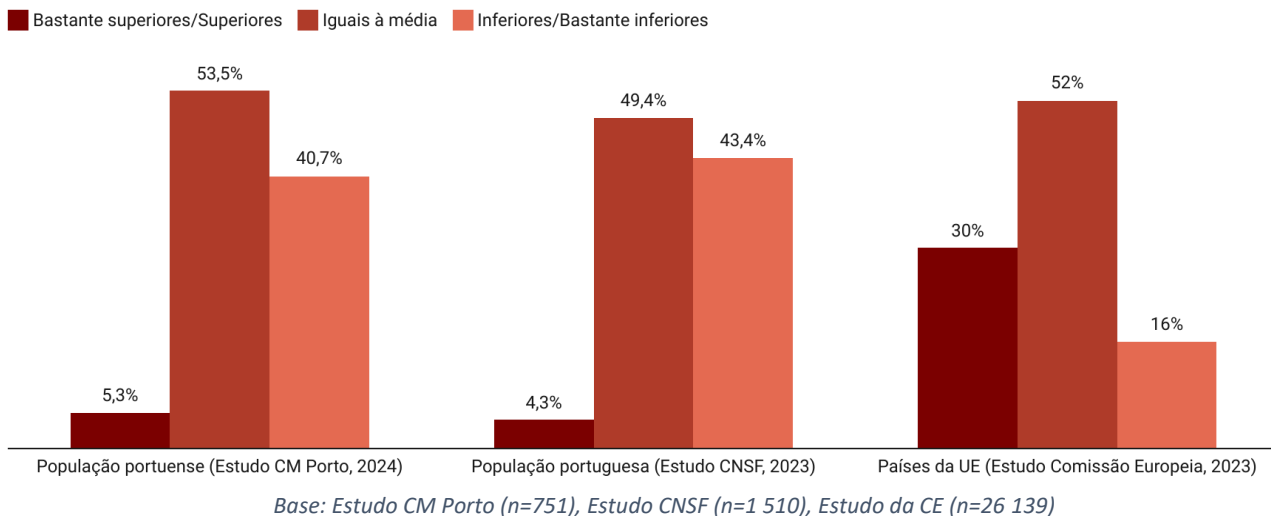


Base: Estudo CM Porto (n=751) e Estudo CNSF (n=1 510)

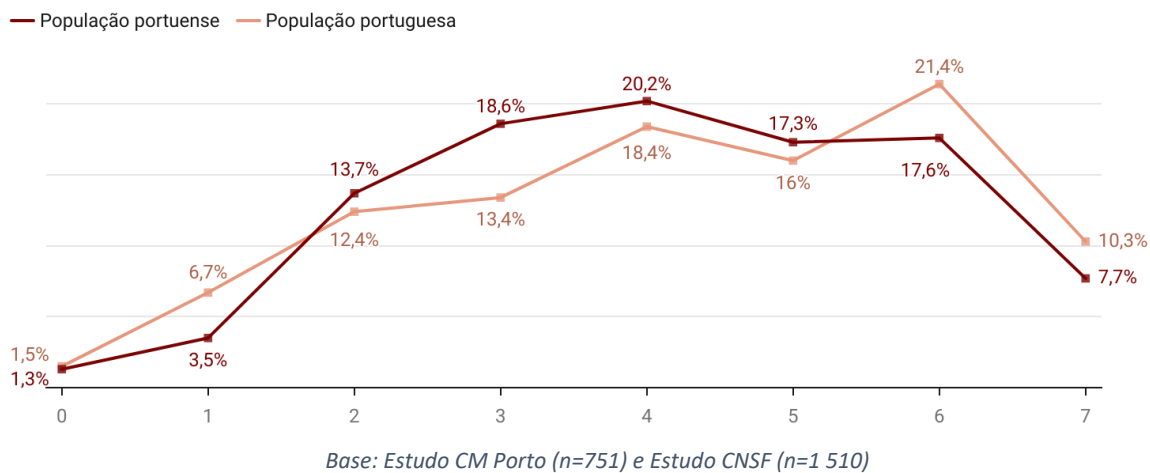
Numa comparação com os resultados relativos aos países da UE (Comissão Europeia, 2023), também prevalece a opinião de que se disporá de conhecimentos financeiros dentro da média. No entanto, e inversamente ao verificado em Portugal e no Porto, na UE existe um maior número de cidadãos que consideram possuir ter conhecimentos financeiros superiores à média, em comparação com os que, pelo contrário, pensam dispor de conhecimentos inferiores (Figura 131).

Ao analisar as respostas aos exercícios de literacia financeira no panorama local e nacional, é percecionado uma média de respostas corretas ligeiramente superior a nível nacional (4,25 vs. 4,14) (Figura 132).

**Figura 131 - Conhecimentos financeiros por comparação aos da média dos Países da UE**



**Figura 132 - N.º médio de respostas corretas aos exercícios de literacia financeira**



O exercício 1, composto por uma divisão simples, é o que evidencia a maior diferença de respostas corretas, com vantagem para o estudo realizado junto dos residentes no concelho do Porto (92,3% vs. 78,5%). Os exercícios sobre inflação e juros simples, por sua vez, referenciam níveis de respostas corretas muito semelhantes. Por outro lado, nos exercícios sobre juros compostos e descoberto bancário verificou-se uma ligeira vantagem nos resultados do estudo de âmbito nacional (Tabela 3).

Por outro lado, no que concerne às afirmações sobre conhecimentos financeiros, observou-se um volume mais elevado de avaliações corretas no estudo realizado junto da população portuguesa. As diferenças entre os

estudos situaram sempre acima de 10%, atingindo a sua maior expressão (23,5%) na afirmação relativa a criptomoedas (Tabela 4).

*Tabela 3 - Respostas corretas aos exercícios de literacia financeira (%)*

<b>Exercícios</b>	<b>Estudo CM Porto (2024)</b>	<b>Estudo CNSF (2023)</b>
1) 4 amigos ganharam um prémio de 2000 euros. O prémio é distribuído equitativamente por todos. Quanto dinheiro cabe a cada um?	92,3%	78,5%
2) Se existir uma taxa de inflação de 1,5%, daqui a 1 ano os 4 amigos vão conseguir comprar menos, o mesmo ou mais do que conseguiriam comprar hoje?	44,9%	45,7%
3) Empréstou 50 euros a um amigo e ele devolveu os 50 euros 2 semanas depois. Quanto é que ele pagou de juros?	91,3%	92,1%
4) Coloca 100€ num depósito a prazo com taxa de juro anual de 2%. Quanto terá na conta ao fim de um ano? (sem comissões e impostos)	37,3%	39,1%
5) E ao fim de 5 anos? (Sem comissões nem impostos. No fim de cada ano deixa o valor dos juros ficar nesse mesmo depósito a prazo)	40,9%	47,1%
6) De acordo com o extrato, qual o saldo que pode ser utilizado sem recurso ao descoberto bancário?	65,7%	76,4%
7) No dia 21 de novembro de 2024 vai ser debitado o seguro automóvel no valor de 150 euros. A conta tem saldo suficiente para?	41,5%	46,4%
Média de respostas corretas por exercício	59,1%	60,8%

*Base: Estudo CM Porto (n=751) e Estudo CNSF (n=1 510)*

*Tabela 4 - Respostas corretas às afirmações sobre conhecimentos financeiros*

<b>Afirmações</b>	<b>Estudo CM Porto (2024)</b>	<b>Estudo CNSF (2023)</b>
1) Inflação elevada significa que o custo de vida sobe rapidamente e o dinheiro perde valor	75,1%	90,1%
2) Um investimento com um elevado retorno tem geralmente associado um risco mais elevado	56,7%	73,2%
3) Regra geral, é possível reduzir o risco de investimento no mercado de capitais se possuir um conjunto diversificado de ações	33,3%	46,0%
4) Um contrato digital exige a assinatura de um contrato em papel para ser considerado válido	40,6%	51,2%
5) Os dados pessoais que partilho publicamente online podem ser utilizados para me enviar propostas comerciais ou financeiras personalizadas	21,4%	34,3%
6) As criptomoedas têm o mesmo curso legal que as notas e moedas	34,0%	57,5%
Média de avaliações corretas por afirmação	43,5%	58,7%

*Base: Estudo CM Porto (n=751) e Estudo CNSF (n=1 510)*

Na comparação possível dos resultados nacionais e locais de literacia financeira com os publicados no estudo OCDE (OCDE/INFE, 2023), foi possível observar que no Porto observaram-se os resultados menos consistentes, refletidos no menor número médio de respostas corretas por questão (54,2%). Os piores posicionamentos relativos aos 2 outros estudos situam-se nos planos da “definição da inflação”, do “risco e retorno” e da “diversificação do risco”. No polo oposto, os melhores resultados médios estão inerentes ao estudo OCDE, com vantagem mais notória nos temas “valor temporal do dinheiro”, “diversificação do risco” e “cálculo de juros simples” (Tabela 5).

**Tabela 5 - Respostas corretas aos exercícios /afirmações de literacia financeira**

<b>Tema</b>	<b>Exercício/Afirmação de referência</b>	<b>Estudo CM Porto (2024)</b>	<b>Estudo CNSF (2023)</b>	<b>Estudo OCDE (2023)</b>
Definição de inflação	Inflação elevada significa que o custo de vida sobe rapidamente e o dinheiro perde valor.	75,1%	90,1%	86,6%
Juros sobre empréstimos	Emprestou 50 euros a um amigo e ele devolveu os 50 euros 2 semanas depois. Quanto é que ele pagou de juros?	91,3%	92,1%	86,9%
Risco e retorno	Um investimento com um elevado retorno tem geralmente associado um risco mais elevado.	92,1%	73,2%	78,7%
Valor temporal do dinheiro	Se existir uma taxa de inflação de 1,5%, daqui a 1 ano os 4 amigos vão conseguir comprar menos, o mesmo ou mais do que conseguiriam comprar hoje?	44,9%	45,7%	69,5%
Diversificação do risco	Regra geral, é possível reduzir o risco de investimento no mercado de capitais se possuir um conjunto diversificado de ações.	33,3%	46,0%	59,6%
Cálculo de juros simples	Coloca 100€ num depósito a prazo com taxa de juro anual de 2%. Quanto terá na conta ao fim de um ano? (sem comissões e impostos)	37,3%	39,1%	55,7%
Cálculo de juros compostos	E ao fim de 5 anos? (Sem comissões nem impostos. No fim de cada ano deixa o valor dos juros ficar nesse mesmo depósito a prazo)	40,9%	47,1%	44,5%
Média de respostas/avaliações corretas por exercício/afirmação		54,2%	61,9%	68,8%

*Base: Estudo CM Porto (n=751) e Estudo CNSF (n=1 510)*

Relativamente às afirmações comparáveis, constantes na Tabela 6, o estudo realizado junto da população portuguesa regista sempre os níveis mais baixos de avaliação correta, quer em comparação com o panorama nacional, quer em comparação com os países da OCDE.

**Tabela 6 - Avaliações corretas de afirmações de conhecimento geral**

Afirmação	Estudo CM Porto (2024)	Estudo CNSF (2023)	Estudo OCDE (2023)
Um contrato digital exige a assinatura de um contrato em papel para ser considerado válido.	40,6%	51,2%	45,3%
Os dados pessoais que partilho publicamente online podem ser utilizados para me enviar propostas comerciais ou financeiras personalizadas.	21,4%	34,3%	63,7%
As criptomoedas têm o mesmo curso legal que as notas e moedas.	34,0%	92,1%	45,1%
Média de avaliações corretas por afirmação	32,0%	47,7%	51,4%

Base: Estudo CM Porto (n=751) e Estudo CNSF (n=1 510)

Em 4 dos exercícios e afirmações é ainda possível estabelecer uma comparação de resultados com os inerentes ao estudo promovido pela Comissão Europeia (CE). A este propósito assinala-se sobretudo: o grande nivelamento de resultados nos planos do risco e retorno, bem como do cálculo de juros compostos; a vantagem dos resultados da OCDE e da CE nos domínios do valor temporal do dinheiro e da diversificação do risco.

**Tabela 7 - Respostas corretas a exercícios/afirmações de literacia financeira**

Tema	Exercício/Afirmação de referência	Estudo CM Porto (2024)	Estudo CNSF (2023)	Estudo OCDE (2023)	Estudo Comissão Europeia (2023)
Risco e retorno	Um investimento com um elevado retorno tem geralmente associado um risco mais elevado.	56,7%	73,2%	78,7%	66%
Valor temporal do dinheiro	Se existir uma taxa de inflação de 1.5%, daqui a 1 ano os 4 amigos vão conseguir comprar menos, o mesmo ou mais do que conseguiriam comprar hoje?	44,9%	45,7%	69,5%	65%
Diversificação do risco	Regra geral, é possível reduzir o risco de investimento no mercado de capitais se possuir um conjunto diversificado de ações.	92,1%	46,0%	59,6%	56%
Cálculo de juros compostos	Coloca 100€ num depósito a prazo com taxa de juro anual de 2%. Quanto terá na conta ao fim de 5 anos? (Sem comissões nem impostos. No fim de cada ano deixa o valor dos juros ficar nesse mesmo depósito a prazo)	40,9%	47,1%	44,5%	45%
Média de avaliações corretas por afirmação		43,9%	53,0%	63,1%	58%

Base: Estudo CM Porto (n=751), Estudo CNSF (n=1 510), Estudo CE (n=26 139)

## Referências

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF, 2023). Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa 2023. Disponível em: <https://cliente bancario.bportugal.pt/pt-pt/publicacao/relatorio-do-inquerito-literacia-financeira-da-populacao-portuguesa-2023>

Comissão Europeia (2023). *Monitoring the level of financial literacy in the EU*. Publications Office of the European Union. Disponível em: <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2953>

OECD (2023). *OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy*. OECD Business and Finance Policy Papers, No. 39. OECD Publishing: Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/56003a32-en>.



# **Literacia Financeira no Porto**